

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

DIRETORES: Castro e Silva (PRESIDENTE), Paes de Andrade, Leitão de Carvalho  
e J. B. Magalhães — SECRETARIO: A. Carnaúba  
GERENTE: — Renato B. Nunes

ANO XIX

BRASIL—RIO DE JANEIRO, MAIO DE 1932

NUM. 221

## EDITORIAL

### A politica e a Defesa Nacional

E' curioso constatar em nossa história do segundo Imperio e da República principalmente, como a *politica* tem sido hostil ás instituições que visam assegurar a *defesa nacional* contra as agressões estrangeiras.

De fato, é que nunca, talvez muito raramente, tivemos uma verdadeira *Politica*. Vimos crescendo e nos desenvolvendo a mercê das fôrças evolutivas naturais e apesar da insuficiencia dos nossos homens que, em quasi sua totalidade, exceptuando-se apenas honrosissimas exceções, têm-se mostrado aquem das circunstancias. E aqueles que de inteligencia, carater e sentimentos civicos superiores, os que constituem as honrosissimas exceções, têm procurado atuar no sentido das conveniencias, têm apenas conseguido predominar em parte.

Dêsse modo, suas atividades politicas ficaram sempre limitadas aos aspectos principais num dado momento, a que se consagraram denodada e intelligentemente. Mas talvez pela raridade com que têm aparecido e pela distância que separa uns de outros, suas ações não têm carater de continuidade manifestada, já pela observancia e o desenrolar de um *plano proprio*, já se consagrando

a desenvolver uma *idéa* implantada por outro. E' que, aparecidos a largos espaços no cenário pilitico, as suas trajetorias são apenas suficientes para atenderem certas necessidades prementes da politica nacional. Muitas vezes, combatidos tenazmente pelos agitados ou pelos incapazes de compreenderem suas superioridades, eles duram pouco no poder ou ficam em grande parte neutralizados. Assim foi, por exemplo, com um José Bonifacio, um Demetrio Ribeiro, etc.

Apesar de havermos tido na Monarquia dois partidos politicos e na República varios, jámais houve nos governos a continuidade necessaria, e, salvo a grande exceção que é o Rio Grande do Sul, nenhum governo local ou geral, levou jámais a cabo um *programa*, bem estabelecido, bem meditado e abrangendo em seu conjunto os interesses nacionais em suas mutuas dependencias e em suas relações comuns.

Os *partidos* e seus homens têm se esgotado em lutas pela disputa do poder, seja por combates sistematicos e improdutivos, levados ás vezes até á mão armada, seja pelas manobras das falsificações eleitorais e os abusos e sofismas do poder.

Em regra, os *governos produtivos* que temos tido têm se consagrado apenas a um aspecto das questões, sem levar em consideração as outras necessidades. Daí resulta um certo progresso, na realidade mais aparente do que real, e fatalmente anarquico, pois os problemas desprezados agravam-se consideravelmente cada vez mais. Foi assim com os *governos* que só cuidaram de finanças, os que só cuidaram de portos e de embelezar cidades, os que se decidiram a fazer estradas, os que só pensaram no café, etc., etc.

E é, assim, que nossa rede de comunicações não apresenta logica nem coherencia; nossa imigração se distribue sem escolha que vise melhorar conservando as raças implantadas no Brasil; que nossas riquezas jazem inaproveitadas como o poderiam ser, que o Brasil é "um imenso hospital" de "proporção exagerada de analfabetos", etc., etc.

E como assim tem sido, não é de estranhar o que ocorre com as questões da *defesa nacional*, em que as premenças da política não fazem pensar, senão para aproveitá-las como pretexto ou como arma a favor de interesses pessoais ou de pontos de vista particulares e discutíveis.

Não surpreende, portanto, o que ocorre com o complexo problema da *defesa nacional*, cujo conjunto só pode ser abrangido por quem tenha bastante inteligencia, desenvolvida e disciplinada cultura, um sentimento cívico incapaz de se perturbar com as questões pessoais de qualquer natureza.

E, hoje mais do que nunca, as questões da *defesa nacional*, não podem ser tratadas isoladamente e requerem, para serem economicamente resolvidas, aspecto importantíssimo dos problemas moder-

nos, um patriotismo bem esclarecido; nitida compreensão das necessidades, dos recursos e dos processos; mas, sobre-tudo, uma vontade calma, firme e tenaz, de resolvê-las. Essas condições satisfeitas pelos que *governam*, tudo se processaria pela *ação do tempo*, porque os homens, cultura, educação, hábitos, — e o material, caro, numeroso e em constante evolução, não se podem modificar ou adquirir de chofre.

Dai surge, desde logo, a grande e imprescindível necessidade do *estabelecimento*, e da *aceitação por todos*, de um — PLANO, para ser executado segundo um *metodo*, inteligente e apropriado ás circunstâncias. *Plano* e *metodo* naturalmente modificáveis, conforme previsões largas previamente estabelecidas, á proporção que os resultados previstos forem sendo obtidos; e subordinados ás condições nacionais de toda ordem. Quer isto dizer que tal *Plano* e, principalmente, tal *metodo*, não devem considerar só as questões da técnica militar, mas levar em conta, a partir das razões históricas, as influências económicas, financeiras, político-internacionais, etc.

Num país moderno, e jovem, não se deve dispensar ainda o papel que suas classes armadas podem representar como instrumento poderoso de seu *progresso em geral*, notadamente para desenvolver e difundir um sentimento cívico acentuado e definido, para corrigir em parte a tendência dissociativa das correntes imigratórias, para manter os laços de cohesão das diversas unidades nacionais, para facilitar (serviço militar obrigatório e geral) a aproximação das classes sociais; para difundir os hábitos, e metodizá-los, de cultura física, etc., etc.

Não são Exército e Marinha escolas em que a nação se prepara para a guerra? E qual é o caráter da guerra moderna?

E' suficiente meditar sobre estas questões e procurar respondê-las concientiosamente, para se ter, desde logo, a conduta que uma *Politica* inteligente deve ter em relação ás classes armadas e á *defesa nacional*, e tambem o partido que pode delas tirar para realizar seus altos designios de manter a ordem e fazer o progresso, unica coisa que de fato querem todos os homens da politica.

Soube até aqui nossa Politica compreender e sentir tais necessidades e utilidades ?

Nem mesmo se tem cogitado destas questões com a necessaria *sisudez*, maturidade de espirito e *vontade sincera de realizar*.

Ao contrário, quasi sempre que ela tem cogitado ou se interessado pelas classes armadas ou pelas questões da

defesa nacional, o tem feito movida por motivos de ordem secundária, por interesses pessoais, ou, no minimo, *amarrrada* ás considerações de tal natureza. Os resultados são fatalmente negativos e a confusão, a complexidade dos problemas, as dificuldades crecem cada vez mais.

Ela não soube, até agora, dizer ao certo o *que quer* das classes armadas e como pensa defender a honra e a integridade do territorio nacional. E, por isso, tem sido incapaz de conceber um *plano*... e de realizar qualquer coisa de solido, util e definitivo... Por isso, certos esforços despendidas nas melhores intenções não logram qualquer exito...

Seremos doravante capazes de tão simples empresa ?

*Vontade, querer...*

## PREPARAÇÃO MORAL E INTELECTUAL PARA A GUERRA

..... Que disposições de espirito consagrar ao trabalho, ao estudo?

Primeiro *liberdade de espirito* porque se trata de compreender verdades; na da de preconceitos, de prevenções, de idéas preconcebidas, de opiniões admitidas sem exame pelo simples motivo de que se as ouviu dizer ou por que se viu fazer d'este ou daquele modo.

Só deve haver um criterio: a *razão*.

Em seguida trata-se de aplicar *as verdades* adquiridas a casos particulares: na carta pri-

meiro, no terreno em seguida, no campo de batalha mais tarde.

Não façamos apêlo á memoria, nada de procurar casos analogos: tudo isso se esvairia ao primeiro tiro de canhão. Do mesmo modo, na da de esquema, de épura, de formulas tendo valor intrínseco por si mesmas. Nós queremos chegar ao campo de ação com uma *capacidade de julgar exercitada*, para o que satisfaz ter feito esse exercicio desde já, portanto, *exercitemo-nos*.

(Foch — Princípios da Guerra).

## O EXERCICIO DO COMANDO

"O exercicio do comando é certamente o maior prazer da vida militar, mas sobretudo no posto de capitão pêla influência que se exerce, de todos os modos, sobre o soldado inteligente, devotado, ativo, como é o francês; e no posto de coronel, chefe de corpo, pêla que se exerce

sobre um corpo de oficiais cheios dos mais nobres sentimentos, de um grande saber e de um devotamento a qualquer prova, e, por meio d'esses oficiais, sobre todo regimento que se faz rapidamente a imagem de seu chefe." Foch — *Memorias*.

# O APARELHAMENTO DO MATERIAL DO EXÉRCITO

Pêlo Gen. ref. Castro e Silva

Os raciocínios expendidos no meu artigo anterior levaram-me ás seguintes conclusões:

1) o exército só é compreensível, só tem razão de ser, quando capaz de fazer a guerra com fortes probabilidades de exito, pois essa é a sua missão primordial;

2) á concecção dêsse gráu de eficiencia não pôde ser alheia a conciencia nacional da necessidade do organismo militar como elemento da segurança contra os perigos exteriores;

3) como bases do aparelhamento militar devem ser contados dois elementos capitais: homens e materiais;

4) ao exército de cobertura devem ser assegurados em quantidades suficientes esses dois elementos sob a forma de homens mobilizaveis e de materiais de mobilização e de reabastecimento para a duração das operações preliminares;

5) os materiais da alinea anterior devem existir stockados desde o tempo de paz, unica maneira de assegurar a rapidez da mobilização e a capacidade de resistencia do exército de cobertura.

Referi-me ligeiramente ao nosso precario aparelhamento material, sem decer a detalhes por diversas razões, entre outras porque isso é coisa sabida por todos que acompanham de perto a vida do exército.

Pretendo hoje mostrar porque tem sido descurado esse aspecto da preparação do exército e, em seguida, expôr minhas ideias de como esse problema poderá ser atacado e resolvido.

Antes, porém, quero mais uma vez, e explicitamente, afastar de mim a pecha de partidário da guerra que poderiam lançar-me leitores menos avisados. Sou contra a guerra, mas apenas contra a guerra desejada, provocada, agressiva, aquela para a qual se apela antes de esgotar todos os recursos pacíficos para resolver o conflito que pôde ser a sua causa, e não contra a guerra de defesa, aquela que pôde nos ser imposta pôr um adversário intratável. Sem desejar a guerra, qualquer que seja a sua forma, por isso sei avaliar os seus horrores e funestas consequencias, admito todavia a possibilidade de vê-la um dia instalar-se em nossa terra como hospede altamente indesejável. E só essa possibilidade, que para muitos povos tem-se tornado cruel realidade, é bastante para justificar a preparação militar, pois á guerra só se pôde opôr a guerra.

Por outro lado, apesar de todas as mais fogosas e vibrantes campanhas contra a preparação militar como causa da guerra, ainda acrediito na sabedoria do velho adagio "*si vis pacem para bellum*". Reconheço que una forte organização militar poderá servir de apoio a um máo governo para fazer a guerra sem razão; a culpa será dêsse máo governo, do povo que o tolerou ou apoiou, mas não da instituição, da qual um dos objetivos é, a meu ver, precisamente a segurança contra a guerra.

Isso se a culpa estiver do nosso lado; mas se estiver do lado oposto? Sem preparação militar, como poderemos opôr-nos á vontade do adversario? Enquanto a guerra fôr contingencia fatal da vida dos povos, enquanto não se realizar o sonho do desarmamento universal, material e moral, temos o dever de encarar a possibilidade de conflito armado e para resolve-lo a nosso favor precisamos estar aparelhados.

As causas principais do estado precario do aparelhamento material do nosso exército (e tambem da nossa marinha de guerra) teem sido a incompreensão, e conseguintemente a indiferença, por parte do povo e dos governos da missão das forças armadas, a insuficiencia dos ministros da guerra (ou da marinha) para fazer ressaltar a importancia dessa missão no seio do governo e arrancar os recursos necessarios ao organismo que tem de desempenhá-la, e a pequena ingerencia nas decisões governamentais dos orgãos diretamente responsaveis pelo preparamento do exército — Estado Maior do Exército e Diretorias de Serviços.

Examinemos cada uma dessas causas.

E' inegavel a indiferença do pôvo, em geral, e dos nossos governantes, em particular, pelas coisas militares, o que só pôde ser atribuido á incompreensão do papel das forças armadas no cenário internacional. Provas, temo-las no afan, com que as familias brasileiras procuram furtar os seus filhos á prestação do serviço militar, na ausencia quasi completa de discussões sobre téses militares interessantes pela imprensa, na desoladôra raridade com que nas duas casas do Congresso Nacional teem vindo á discussão tais assuntos e na absurda desconexidade dos atos governamentais referentes ao exército e á marinha.

Parece-me totalmente inutil expender considerações tendentes a demonstrar a absoluta necessidade de despertar o interesse do povo pelas coisas militares e tornar compreendido o verdadeiro papel das forças armadas. De modo nenhum é suficiente que a imprensa vulgarize, ao ponto do ridiculo, os adjetivos *heroico*, *glorioso*, *brioso* e outros igualmente retumbantes quando se refere ao exército ou á marinha. Muito mais interessante será poder saber-se um dia que o povo acredita com razão e concientemente em que realmente essas forças armadas são capazes de assegurar a vida, a honra e a integridade da Pátria. Estamos muito longe disso e, parece-me, cada vez mais nos afastamos dêsse ideal!

Importa sobremodo reabrir a campanha que Olavo Bilac iniciou com tão auspiciosos resultados; se eles mostraram-se, em seguida, fugazes, isso deve-se tão somente á falta de continuadores de sua importante obra social. E' doloroso verificar que daquele esforço colossal resta apenas, como lembrança de mão gasto, os uniformes de brim caqui de quasi todos os colegos civis! Se fossemos julgar do amor do povo pelo exército tomando por

medida a quantidade de jovens que diariamente envergam uniformes semelhantes aos militares, então o Brasil seria o mais militarizado de todos os países. Infelizmente esse amor não vai além dos galões, dos laços mais ou menos hungaros e mesmo das fitinhas á guixa de condecorações.

Se é lastimável a indiferença do povo, tem sido inqualificável a dos governos, porque, compostos de homens que se dizem políticos, isto é, versados na mais elevada das ciências, não devem ignorar qual seja a missão primordial das forças armadas. Que temos visto em muitos dos governos republicanos senão desamor, descaso e até mesmo antipatia pelo exército? Não que nenhum deles negligenciasse a fraseologia pomposa quando se referiram às forças armadas, nem mesmo a douragem externa do arcabouço militar; mas deixaram o organismo se depauperar continuadamente com a negação dos recursos necessários à vida e ao desenvolvimento. Em geral, os nossos governos só têm considerado a fachada do exército, mesmo quando aparentemente pareceram se interessar pelo amago da questão; a prova mais eloquente disso reside no fato já citado do Conselho da Defesa Nacional que o governo passado creou por um pomposo e bombástico decreto e nem sequer reuniu para a sessão inaugural!

As promoções por filhotismo político, algumas das quais levaram aos altos postos de comando verdadeiras nulidades profissionais, são outra prova da indiferença dos governos pela eficiência do exército.

A negação de recursos apara o aparelhamento material do exército, sempre sob o estafado pretexto da má situação financeira, que para outras despesas sumtuosas e perfeitamente dispensáveis nunca constituiu óbice, mostra à evidência o descaso pela Defesa Nacional.

A maior parte de nossos ministros da guerra têm-se mostrado insuficientes para fazer ressaltar no seio do governo a importância do problema militar e impotentes, consequentemente, para arrancar desse meio indiferente, senão hostil, os recursos financeiros necessários ao aparelhamento do exército.

De 25 anos a esta data só dois Ministros da Guerra realizaram obras verdadeiramente notáveis no aparelhamento material do exército: Hermes e Calogeras. O Marechal Hermes, cuja ação fecunda se iniciou ao tempo de comandante do 4º Distrito Militar, pôde desenvolvê-la como ministro e continuá-la depois, quasi sem interrupção, como Presidente da República. Calogeras, em sua rápida passagem pelo Ministério da Guerra, produziu enormemente e teria certamente dotado o exército de muito maior quantidade de materiais se não fosse obrigado a despender vultosas quantias na construção de quartéis e depósitos. Do tempo do Marechal Hermes são as grandes encomendas de fusis Mauser 1908, a artilharia de tiro rápido Krupp (canhões e obuses), os materiais de Copacabana, Vigia e S. Luiz e os vultuosos stoks de munição de infantaria que chegaram até o presente. Calogeras deu-nos os mosquetões Mauser 1922, as armas automáticas atuais da infantaria, a artilharia de dorso Schneider e os primeiros aparelhos da aviação.

Nenhum outro ministro passado poderá alinhar resultados comparáveis a esses.

E' muito cedo ainda para fazer o processo da atual administração da Guerra; o pouco tempo que tem de duração e a excepcional situação político-económica que atravessamos não permitiram ainda que se fizesse sentir o poder de ação construtora do Ministro. Dele muito devemos esperar, pois conhece perfeitamente o problema militar que se lhe antolha, é dotado de grande espírito combativo e goza de indiscutível influência no seio do governo.

Aos raros períodos de atividade acumuladora de materiais têm-se seguido outros de verdadeira estagnação e avaresa. Ministros têm havido cujo escopo administrativo parece ter sido o de fazer economias sobre o seu orçamento, sem se aperceberem de que elas eram pouco depois esbanjadas em outros ministérios.

Uma das causas da insuficiência da ação Estado Maior do Exército e das Diretorias do grama para a execução do aparelhamento do exército. Entre nós tal programa é exclusivamente da cabeça do ministro: nace e morre com ele. A influência e atuação do Estado Maior do Exército e das Diretorias do Serviços, que deveriam ser preponderantes e decisivas na confecção desse programa, são, em geral, sistematicamente afastadas e impedidas desde que não se casem ás ideias pessoais do ministro. Nada pôde haver de mais falso e absurdo, pois o Ministro não é pessoalmente responsável pela preparação do exército, no que diz respeito ao aparelhamento material, e sim o Estado Maior do ponto de vista geral e as Diretorias dos Serviços no tocante aos detalhes; ao Ministro incumbe principalmente a tarefa de conseguir do governo os recursos necessários à satisfação dos pedidos daqueles órgãos. Se o Ministro é pessoalmente um técnico, tanto melhor; estará em condições de discutir as proposições daqueles órgãos; será mais um elemento de colaboração para a confecção de um programa otimo. De modo nenhum, porém, tem o direito de substituir o programa organizado pelos órgãos competentes por um outro de sua lavra ou estabelecido no seu gabinete.

Compreende-se facilmente como deve ser grande a força moral de um Ministro que defende no seio do governo um programa estabelecido pelos verdadeiros responsáveis pela Defesa Nacional, feito muitas vezes antes de sua entrada para o governo. As ideias pessoais do ministro estão muito longe do mesmo valor, dadas a transitoriedade do cargo e a sua irresponsabilidade política e profissional.

Temos visto frequentemente, quasi como regra geral, cada Ministro repudiar, senão procurar destruir, a obra começada pelo seu antecessor. Um exemplo típico dessa inconsistância de ação tivemos mui recentemente na questão do serviço de subsistência, cuja organização racional iniciada por Calogeras foi abandonada pelo seu sucessor e agora retomada.

Para organizar e manter a Defesa Nacional em condições de plena eficiência é absolutamente indispensável que se estabeleça um plano abrangendo todos os domínios sobre que ela se estende e encarando todos os elementos que lhe são necessários. Uma parte desse

plano tem de ocupar-se do aparelhamento material do exército.

E' ao E. M. E. que incumbe estabelecer esse plano. Conhecedor da diretriz da política exterior da Nação, dos recursos ativos e passivos que oferece o país, das ideias políticas e da capacidade militar dos povos vizinhos, pôde daí deduzir o gráu mínimo do poder militar capaz de assegurar a Defesa Nacional nas diversas hipóteses de conflito armado.

Resultam dêsse estudo determinadas necessidades em materiais de diversas espécies.

As Diretorias dos Serviços são chamadas a dizer sobre as possibilidades de realização dos materiais cujas características aproximadas o E. M. E. fixou no plano de aparelhamento. Postos de acordo o E. M. E. e essas Diretorias, é o programa submetido ao Ministro, que o examina e discute com o Chefe do E. M. E. e eventualmente, os Diretores de Serviço. Aceito integralmente ou modificado em consequência dessa discussão, é o programa levado ao Chefe do governo.

E' nesse momento que se faz sentir em toda a plenitude a necessidade do Conselho de Defesa Nacional. Tão vastos e emaranhados são os problemas que se apresentam subsidiariamente à organização da Defesa Nacional, que não bastam para resolvê-los o Chefe do governo e os seus ministros militares, nem mesmo todo o seu ministério. E' indispensável que um órgão especial disso se encarregue e esse órgão é precisamente o Conselho da Defesa Nacional. Dele devem fazer parte todos os ministros, porque o problema geral estende suas ramificações nos domínios de todos eles, mas as figuras obrigatórias dos Chefes de Estado Maior do Exército e da Marinha e dos indigitados comandantes em chefe das forças de terra e das de mar asseguram-lhe o caráter essencialmente militar que ele deve ter; o seu presidente natural será o Chefe do governo.

O Conselho da Defesa Nacional não vai discutir os planos dos E. E. M. M. do Exército e da Marinha, pois para isso falta-lhe a competência profissional; sua missão é antes a de estudar e resolver de como será possível dar satisfação às exigências dêsses planos. Certamente, como consequência dos estudos e do cômputo das possibilidades momentâneas do país, chegar-se-á à conclusão de não ser possível realizar *d'emblée* esses planos. Mas, nem por isso deverá ser despresados ou refeitos, pois representam, não o esquecemos, as exigências mínimas da Defesa Nacional determinadas pelos únicos órgãos competentes. O que o Conselho vai fazer é seriar os esforços no tempo, de modo que os planos apresentados sejam realizados pouco a pouco, por degraus, até que num prazo mais ou menos longo atinjam à realização integral, o tópico da escada.

E' claro que as resoluções do C. D. N. não poderão de modo algum ser modificadas por atos posteriores do Ministro, nem mesmo do Chefe do governo; dêsse modo asseguram-se a intangibilidade do plano assentado e a continuidade dos esforços sempre no mesmo sentido, até que novas circunstâncias venham exigir ou justificar a remodelação daquele e consequente alteração no emprêgo dêsses.

Digamos de passagem que a função do C. D. N. não se reduz ao que acabamos de ver; entre outras, toca-lhe a preparação da mobilização industrial do país, sem a qual não ha guerra que possa durar. Como a guerra moderna é total, a mobilização correspondente tem de ser também integral, abrangendo todas as fontes de produção do país.

Resultam das resoluções tomadas pelo C. D. N. que o Ministério da Guerra vai dispôr anualmente de uma certa soma de recursos (financeiros, estatísticos, etc.) que será aplicada de maneira que o plano aprovado alcance o degrau previsto na seriação dos esforços.

Esboçada assim a marcha geral da preparação militar, como a entendo, volto ao meu objeto particular — o aparelhamento do exército em materiais.

Do plano geral aprovado consta o programa de aparelhamento material, não só para o exército de cobertura como para o grosso das forças nacionais; ali computam-se também os materiais de reserva.

Resolvido pelo C. D. N. não ser possível a realização imediata do programa integral, o E. M. E. deve estabelecer uma ordem de urgência para a satisfação das necessidades, ordem que, depois de discutida e aprovada pelo Ministro da Guerra, precisa também ser aprovada pelo C. D. N. para evitar-se seja mais tarde alterada pelo critério único do Ministro que vai ser o seu executor.

No estabelecimento dessa ordem de urgência terá o E. M. E. de considerar o pró e o contra das duas soluções extremas: o aparelhamento completo de unidades (Divisões) sucessivas ou o aparelhamento progressivo de todas as unidades da ordem de batalha; provavelmente resolver-se-á por uma combinação adequada dos dois processos. Não cuidarei agora dessa questão. Quero apenas firmar dois pontos capitais da solução do problema do aparelhamento material do exército: *um programa a executar, uma ordem de urgência a observar nessa execução*. Sem esses dois marcos de orientação, o problema caminhará, como tem feito até agora por sendas tortuosas e escuras que dificilmente conduzi-lo-ão ao termo da solução desejada.

O Brasil não é modelo de organização, qualquer que seja o ramo da atividade social que se encare; não obstante, tudo funciona de modo quasi aceitável e não se pôde mesmo ocultar que haja progresso nesse funcionamento. No tocante à organização e aprestamento das forças armadas, porém, o nosso atraso é patente; sob alguns aspectos tem havido mesmo retrocesso (porque parar corresponde a retroceder), ao passo que em vários ramos da atividade militar nota-se adeantamento que está em desacordo com o estado geral. Naturalmente o organismo militar ressentir-se dessa falta de equilíbrio funcional. A nossa capacidade para organizar militarmente a nação tem-se revelado insuficiente, forçoso é reconhecer. Exército e Marinha têm seguido caminhos que muito de assemelham a montanhas russas; no ponto de vista do aparelhamento material, ambos se encontram presentemente no fundo de um vale,

ao passo que a instrução profissional *teórica* se nivela quasi pelos cumes dessas montanhas. Mas, sem material adequado a essa instrução teórica otima, que valor prático poder-se-á atribuir á preparação guerreira? Por outro lado, sem material não ha exército nem marinha; logo...

A inexistencia de programa e de ordem de urgência de aparelhamento material do exército, programa e ordem intangiveis, têm sido a causa da negação de recurso ao Ministro da Guerra e não raro, quando concedido, da sua má aplicação. Poderia citar exemplos frisantes de má aplicação, mas prefiro calar-me.

Recusa ou má aplicação de recursos são coisas intoleraveis e que devem cessar definitivamente, se se quer realmente ter um exército capaz de fazer a guerra.

Não ha considerações de ordem económica ou financeira que justifiquem a manutenção de apenas um simulacro de Defesa Nacional. Ou a nação pôde e então *deve* organizá-la e mantê-la em constante estado de eficiencia, ou não pôde e então ainda *deve* suprimi-la totalmente.

Mas o Brasil pôde e precisa manter bem organizada e eficiente a sua Defesa Nacional. Não é possível que a um país tão vasto, tão rico de recursos naturais, dispondo já de formidável massa de riqueza realizada, habitado por mais de 40 milhões de almas, faltem os meios de garantir segurança dêsse colossal patrimonio que, mal defendido, despertará fatalmente a cobiça de povos mais fortes, vizinhos ou longínquos.

Acorde-se e mantenha-se viva na massa do povo a conciencia da indeclinável necessidade, e consequente dever, da Defesa Nacional e os meios de aparelhá-la surgirão como que espontaneamente.

Na desoladora crise por que passa presentemente a economia nacional, não se pôde pensar em fortes saldos orçamentarios dos quais possam ser tirados os vultosos recursos reclamados pelo exército e marinha, a ninguém é dado prevêr quando terão eles existencia real. Mas, as fôrças armadas não podem se aparelhar com os simples recursos dos orçamentos normais que contêm apenas os meios de viver. Mas, viver dêsse modo importa em não poder cumprir a missão que é o fim essencial de sua existencia; não é, pois, viver honestamente. E' a tal absurdo que estão condenados exército e marinha desaparelhados para fazer a guerra!

Importa, pois, estudar de como será possivel, *apesar de tudo*, obter os recursos em questão.

Para uma grande parte do povo ignorante em assuntos economicos, o governo é uma entidade que dispõe de recursos inexgotaveis, mas muito avaro; daí a noção corrente nesse meio de serem os impostos verdadeiras extorsões, perfeitamente dispensaveis. Evidentemente, um tal erro de apreciação precisa ser combatido energica e continuadamente, porque é naturalissimo que, incompreendida a necessidade de um novo imposto, o contribuinte procreue por todos os meios a ele furtar-se,

coisa que, infelizmente, não é muito dificil num país tão vasto e tão mal servido de comunicações como o nosso. Ora, o governo não tem outras fontes de renda senão os impostos; e é justamente uma parte dessas rendas que tem de ser aplicada no aparelhamento da Defesa Nacional.

Dois caminhos se apresentam, ambos conduzindo á méta desejada, consecução de recursos para a Defesa Nacional:

1) fomentar a arrecadação dos impostos atuais, de modo a reduzir a massa dos que fogem á sua prestação, destinando o acrecimo de renda da resultante ás rôsças armadas;

2) crear um imposto especial para esse fim.

O primeiro processo é certamente o mais justo e, se poder ser executado, produzirá somas formidaveis. Quero crêr, porém, que todos os governos, e especialmente o atual, que vive em apertura financeira sem igual, já tenham tentado nesse sentido. E, a menos que se ponham em execução medidas drasticas, instituindo-se um verdadeiro regime de terror para os refratarios, processo de eficacia indiscutivel mas de emprêgo pouco provavel nesta terra de bons moços, muito sensiveis e piedosos... á custa alheia, não acredito num rapido e importante *crecendo* das rendas atuais.

A Defesa Nacional, porém, não pôde esperar.

O segundo processo é capaz de rendimento muito mais seguro e, nas condições momentaneas, não vejo outra coisa a fazer senão empregá-lo. Não se pôde negar que, instituir uma nova taxa para contribuintes que já se desobrigam dos impostos vigentes, antes de serem constrangidos os relapsos ao pagamento d'estes, é realmente uma injustiça, que só será tolerada se as vítimas forem bem convencidas da impossibilidade de proceder de outro modo e compenetradas da necessidade e urgência de recursos para organizar a Defesa Nacional. E' por isso que me parece ser indispensavel uma energica campanha de propaganda antecedendo o lançamento dêsse imposto especial que, aliás, não precisará ser incorporado definitivamente ao sistema tributario; desaparecidas as causas momentaneas que o justificam, deve ele desaparecer tambem.

Quanto deverá produzir anualmente esse imposto da Defesa Nacional? Avalio, *grosso modo*, em cerca de 1,5 milhões de contos de réis as necessidades inadiaveis do exército e da marinha; admitindo-se que, tendo em vista as condições atuais, tenha sido previsto um prazo de 15 anos para a completa realização do programa de aparelhamento material, serão precisos 100.000 contos anuais de verbas extraordinarias aos ministerios da Guerra e da Marinha. E' intuitivo que, se as condições economicas melhorarem, como é presumivel e desejarvel, o prazo de 15 anos será encurtado em consequencia.

Suponhamos que dos 40 milhões de brasileiros, apenas quatro milhões contribuam com 20\$000, em média, anualmente *per capita*, e aí teremos já 80.000 contos. Os restantes 20.000 contos serão facilmente obtidos por economias a realizar nos proprios orçamentos

normais da guerra e da marinha, desde que haja coragem e bom senso para não mais custear velharias e inutilidades.

Ora, não ha um só contribuinte brasileiro que não gaste em coisas superfluas e muitas vezes futeis mais de 20\$000 por ano; nenhum sacrifício intolerável representará, pois, um imposto dessa importância. Se, por acaso, fôr exagerada a percentagem que tomei para os verdadeiros contribuintes, a modicidade da taxa e a relevância do fim a que se destina permitirão certamente elevar o valor do imposto, sobretudo tornando-o proporcional de algum modo aos bens dêsses e interesses dêstes contribuintes.

Indispensável será, porém, que o novo imposto não venha ser pretexto ou motivo de criação de novos órgãos arrecadadores, porque, se assim fôr, uma boa parte, senão a maior parte, da renda será absorvida pelos funcionários da nova repartição. O imposto da Defesa Nacional deverá ser lançado como adicional de outros impostos cuja percepção já esteja bem assegurada, dêsse modo nenhum acrecimo de serviço dele provirá.

Deixando de lado a marinha, procurarei mostrar como será possível economizar pelo menos 10.000 contos no orçamento da guerra, apesar mesmo da redução que já sofreu e cujo produto, infelizmente, não reverteu em benefício do próprio exército.

A medida que se me afigura de maior capacidade de rendimento é a de redução dos efetivos. Para mim, que só encaro a prestabilidade do exército para a guerra, nenhuma significação tem manter um efetivo de paz de 30 a 40 mil homens, quando as precárias condições de aparelhamento material não permitem mobilizar o efetivo de guerra que ele autoriza supôr. Aliás, 40.000 homens são de todo insuficientes para manter todas as unidades da nossa organização atual apenas com efetivos de instrução. Que importa formar anualmente uma classe de cerca de 15.000 reservistas instruídos se não se pôde armar e equipar convenientemente todas as unidades que essas 10 classes constituiriam na mobilização? Muito se falou na mobilização de 100.000 homens no Rio Grande do Sul por ocasião da revolução de Outubro de 1930. E' preciso desfazer essa balela extremamente perigosa, pôde dar nascimento no meio civil a uma falsa noção do que seja mobilização militar. Os tais 100.000 homens podem ter sido arrolados, mas positivamente não foram mobilizados, na acepção técnica do termo, pois para isso faltavam-lhe a instrução profissional, armamento, equipamento e demais materiais. Não se deve confundir mobilização com arrolamento ou mesmo ajuntamento de homens.

Por diversas vezes tenho dito, não é o elemento homem que nos faltará em caso de guerra e sim o outro elemento fundamental — o material. No meu entender, é perfeitamente lógico e acertado economizar brutalmente no pessoal do exército de paz para crear recursos necessários à obtenção do material.

O exército de paz está presentemente reduzido a cerca de 30.000 homens de tropa. E' bem de ver que com tal efetivo é impossível

manter organizadas todas as unidades que existem atualmente, muitas das quais em estado de esqueleto. Apesar disso, não hesito em aconselhar a redução de mais 5.000 homens nesse já tão diminuto efetivo. Certamente antevejo como consequência a desaparição provisória de algumas unidades. Na região do Norte, do Espírito Santo ao Amazonas, ficariam sem efetivo os batalhões de Vitoria, Aracajú, Alagôas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Terezina, S. Luiz e Manaus; os quadros dêsses corpos passariam a ficar adidos aos batalhões de S. Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, aos quais se recolheriam também o armamento e as munições. As casernas seriam entregues ao serviço de recrutamento ao qual dar-se-iam os meios necessários para conservá-las. Nas regiões do Sul e do Centro seriam igualmente suprimidos provisoriamente alguns batalhões de infantaria. Todos os R. I. passariam a dois batalhões. No Rio Grande do Sul ficariam sem efetivo quatro R. C. I. Na artilharia e na engenharia só seriam mantidas as unidades para as quais ha material adequado. A artilharia de costa concorreria com o desarmamento de alguns fortes que são verdadeiras inutilidades militares.

Uma das consequências dessa supressão provisória de corpos seria a cessação da crise de oficiais, cujos quadros não estão mais em relação com o desenvolvimento que foi dado ao arcabouço militar; e não me parece possível pensar-se presentemente em aumentar esses quadros.

Presumo que poder-se-ia dêsse modo fazer uma redução de cerca de 5.000 homens no efetivo atual. E o exército nada perderia em valor, desde que ás unidades organizadas fossem dados efetivos de instrução completos e se tomassem providências adequadas a uma rápida incorporação de reservistas, de maneira a atinjir o efetivo de guerra em caso de necessidade.

A supressão simples de 5.000 homens produziria pelos menos 7.500 contos por ano, cada soldado devendo custar, em média, 1:500\$ (soldo, etapa, fardamento, etc.). As economias feitas nos serviços gerais com a supressão temporária de unidades dariam certamente para perfazer os 2.500 contos que faltam.

Uma série de medidas complementares se impunham, mas deixo-as de lado para não alongar demais este artigo.

E' claro que não imagino esse regime senão a título provisório, por espaço de 3 a 4 anos, no máximo, tempo que, espero, não ultrapassará a duração da crise econômica atual.

Por isso, que a medida proposta tem o caráter de provisória, não aconselho a redução proporcional dos quadros que são muito mais difíceis de formar do que soldados. Penso, todavia, que serias economias poderiam ali ser feitas:

1º) instituindo desde já apenas duas datas para as promoções, por exemplo, 24 de maio e 15 de novembro;

2º) acabando com o pagamento da gratificação de função no caso de substituição interina ou ocasional, de maneira a evitar-se o absurdo de dois indivíduos receberem-na ao mesmo

# OS POMBOS CORREIOS E A DEFESA NACIONAL

Pelo Dr. Roberto de Freitas Lima

(Presidente do Club Colombofilo Carioca. Da Sociedade Brasileira de Avicultura)

N. R.—O Dr. Roberto de Freitas Lima, jovem e ilustre cirurgião patrício, reservista de primeira categoria da arma de artilharia, inicia hoje uma série de estudos relativos aos pombos correios, os mensageiros alados, das nossas transmissões.

A "Defesa Nacional" agradece o haver lhe dado a honra de iniciar em suas páginas o belo movimento em prol da dotação de nosso país com tal meio de guerra.

Oxalá de seu estudo todos tirem a maior utilidade.

Chamamos a especial atenção dos nossos chefes, notadamente os da arma de cavalaria e das praças fortes para este trabalho.

*"L'étude sur le Pigeon Voyageur en contribuant à vulgariser l'élevage et l'emploi du pigeon, apporte sa pierre à l'édifice de notre défense nationale, qui ne sera jamais trop solide."*

GENERAL GOURAUD.

(Membro do Conselho Superior de Guerra, Governador militar de Paris)

## I

### INTRODUÇÃO

#### IDÉA GERAL SÔBRE A UTILIDADE MILITAR DOS POMBOS

Muito se tem falado e mesmo escrito, entre nós, sobre o incontestável valor dos pombos correios como agentes de transmissão na guerra, como na paz, mas infelizmente pouco ou quasi nada se tem feito neste particular, exceptuando certos nucleos de amadores existentes principalmente no Rio e em São Paulo, que se reuniram formando clubs e sociedades colombofilas, e criam essas preciosas aves unicamente com um fim desportivo. O pouco caso, que ligamos a estes elementos, provém talvez de ter sido o valor dos mesmos esquecido, e até

certo ponto anulado por muitos credulos em demasia na ciencia geradora, na época do telegrafo, telefone, sinais oticos, T. S. F., radio telefonía, aviação, etc.

Na imaginação dos profanos da guerra, os pombos correios teriam seu valor sim, mas historicamente, e seriam apenas apontados ás gerações futuras, como reliquia para alguns povos, agradável recordação para certa família, ou como um dos primitivos agentes de transmissão empregados antes de J. C., ora na paz, como por exemplo, por Salomão no seu imperio, ora no caso de guerra como no caso da derrota de Antonio no sítio de Modena. Esquecem-se no entanto, que como em 1870 e a experiência dura e longa de 1914 a 1918 novamente constatou, e cada vez mais se constatará com o decorrer do tempo, que a ciencia de destruição evolue a passos de gigante sobre a ciencia geradora. Enquanto que esta última creava os órgãos de transmissão os mais aperfeiçoados, a ciencia oposta conseguia imediatamente não só perturbar como destruir todos os órgãos de transmissão os mais engenhosamente mascarados. Por muitas vezes os exercitos aliados, nos sombrios dias e noites tragicas da Guerra Mundial, contaram apenas com o homem e o pombo correio, como únicos e seguros agentes de transmissão: — o homem vencia graças ao patriotismo que o animava; o pombo graças a inteligencia e a orientação, que lhe permitiam desafiar todos os obstaculos opostos pelo inimigo. Mais uma vez verificou-se triunfar principalmente o valor natural. Ainda estão bem vivas em nossa memoria as memoraveis batalhas de Yser, Verdun e Somme, nas quais essas estupendas aves escreveram com seu sangue, o capítulo de ouro de sua historia. Efetivamente em muitos combates, foi a unica transmissão que resistiu a todos os meios de destruição do inimigo, conseguindo funcionar regularmente apesar dos bombardeios os mais violentos e as massas de gazes asfixiantes as mais densas.

tempo, por exemplo, o coronel X que está no Rio e o Capitão Y que comanda interinamente o seu batalhão em A.;

3º) reduzindo-se o número de alunos da Escola Militar durante o tempo da crise;

4º) suspendendo-se a reforma compulsória e a voluntaria durante o prazo acima, salvo por incapacidade fisica, profissional ou moral;

5º) finalmente, reduzindo-se o quadro dos oficiais generais, evidentemente excessivo para as necessidades presentes.

Eis aqui esboçado um plano que, parece-me, permitiria atacar o problema do aparelhamento material do exército. Pode não prestar, posso ter-me estribado em dados erroneos, pode a minha logica ser falha; que outros o demonstrem; mas que não destruam sem construir, que não me refutem sem apresentar substitutivo a este plano; terei imenso prazer em aplaudir melhor trabalho. O que não é possivel é deixar o exército nesse bêco sem saída onde o meteram.

Os preciosos serviços prestados durante este triste período, provaram de modo incontestável o valor dos pombos correios como auxiliares da defesa nacional; inumeros são os soldados que lhes devem a vida, inumeras foram as posições que puderam ser conservadas ou retomadas, graças unicamente as informações trazidas por eles ao supremo comando, demonstrando de modo indiscutível ser ainda o agente de transmissão o mais perfeito e seguro para os exercitos, apesar de todas as invenções hodiernas. O general Mazel, comandante do 38º C. A. (5º exército) concluiu no seu relatório oficial apresentado em 31 de julho de 1915, o seguinte: "Le mode de transmission par pigeons était suffisamment régulier pour qu'il soit possible d'avoir en lui toute confiance".

A nossa admiração por essas admiraveis aves é sobejamente justificada, pela citação do relatório de 13 de agosto de 1916, sob o n. 743 S. R. do exército de Verdun, que assim conclui: "Apezar de todas as precauções tomadas, devido a atividade formidável da artilharia inimiga ou a má visibilidade, a maioria dos meios empregados afim de conservar ligação estreita com as unidades combatentes, são insuficientes, falhando muitas vezes nos momentos os mais criticos."

"A experiência demonstra que:

1º, as ligações telefónicas são sempre interrompidas nas zonas de combate;

2º, as notícias transmitidas pelos *corredores* chegam com grandes atrasos, devido ao péssimo estado do terreno e a violencia das baragens;

3º, os sinais óticos, pouco visíveis devido à fumaça e à poeira, são ineficazes na maioria das vezes;

4º, as observações aéreas feitas pela aviação são desfavoráveis em grande número de circunstâncias, ora devido ao mau tempo reinante, ora ao afastamento dos objetivos, não conseguindo fornecer ao comando dados suficientemente precisos sobre o desenrolar do combate.

*"Os pombos correios são os únicos que funcionam regularmente em todas as circunstâncias, e apesar dos bombardeios, poeira, fumaça, neblina, trazem num espaço de tempo relativamente pequeno, notícias sobre a situação das tropas."* (\*)

Bem comprehendemos, agora, como se manifestaram de modo sincero e expressivo varios chefes aliados: "*Nos agens ailés n'ont jamais échus*". Inumeros foram os pombos que obtiveram citação no decorrer das hostilidades, e muitos foram condecorados com a cruz de guerra, graças aos feitos praticados, como o herói do Yser, o pombo soldado "Jacques", a quem se dedicam as linhas que se seguem,

e que bem frisam o que acabamos de escrever:

C'était le long du front un spectacle infernal: Le "Boche" avait juré de prendre nos tranchées; Il avait agencé grande assaut, *Kolossal*, Lancé des obus lourds aux forces endiableées.

Le poilu, dans son coin, se retirait sans cesse, Il ne comprenait rien au "feu roulant" brutal Qui venait démolir ses obus... sa détresse Augmentant, l'étreignait sous un froid glacial!

Cependant, en ces lieux, subsistait un espoir; Le téléphone avait annoncé la venue De troupes qui devaient glisser avant le soir Et prendre position... quelle déconvenue!

Tout à coup, les appels étaient demeurés vains; Les fils étaient brisés sous l'horrible mitraille, Le poilu flétrissait... ses esprits incertains Voulaient abandonner le sort de la bataille! Soudain, un caporal, brandissant un panier Leur dit: "Voilà celui qui va nous délivrer!" "Il ira demander le renfort et réel doute, Que des troupes fraîches n'occupent la redoute!"

Il s'envole!...  
Dans une pluie de feu, serti par les obus, Tombant asphyxié par les gaz délétères, L'oiseau veut annoncer aux postes militaires, Que l'on doit, sens répit, relever les poilus! Mais hélas! un éclat meurtrier lui fracass-

[une patte  
Laboure sa poitrine... un sang réche, vermeil L'écoule goutte à goutte... un caillot écarlate Grossit... en empesant ses plumes... son orgueil

Lui fait lever la tête... il tournoye puis s'abat Aux pieds de son dresseur qui l'attendait là-bas.

L'Heroïsme animal ajensa la Victoire, Le Pigeon partagea les lauriers et la gloire Qui auréolent les têtes des soldats; Qui ont crié: "Sol... tu ne passeras pas"! C'est pourquoi vous voyez pour eux la "croix de guerra"

Qu'on n'accorde jamais qu'aux heros militaires, Saluons donc bien bas ces vaillants messagers Qui honorent leur chef et tous leus colombiers.

Em 11 de novembro de 1918, data do armistício, os exercitos aliados contavam, além dos pombais fixos, com 373 pombais moveis, representando um total de 30.000 pombos, sendo esses animais considerados como auxiliares indispensaveis aos chefes e aos combatentes.

Facil, pois, é de se compreender, como após a grande guerra, todas as potencias ao envez de acabar ou diminuir a criação dessas preciosas auxiliares da defesa nacional, pelo contrário, a intensificaram e organizaram, aperfeiçoando os treinamentos, e cuidando com especial carinho a questão do acasalamento.

Principalmente nós outros, possuidores de um vastíssimo território, que carecemos de vias de comunicação rápidas e seguras, deveríamos, mais de que qualquer outro povo, cuidar com todo interesse destes agentes de transmissão os mais seguros e economicos. Contribuir para isso é nosso escopo.

O presente estudo compreenderá além desta introdução, nos seguintes pontos: Historico.

(\*) O grifo é nosso.

Origem, Conformação, Orientação, Organização de pombais, Treinamento, Conclusões.

Nota: As informações aqui transcritas, foram fornecidas pelo 3º Bureau do Estado Maior Francês.

## II HISTÓRICO

O histórico sobre os pombos empregados como agentes de transmissão pode ser perfeitamente dividido em três fases: — a da antiguidade até 1870; depois, fase de desenvolvimento, de 1870 até 1914, e fase de sistematização, de 1914 até 1918.

Limitar-nos-emos a fazer um ligeiro resumo sobre essas três fases, citando apenas os fatos mais importantes que as enriquecem.

O pombo foi empregado como mensageiro antes de J. C.; já na mitologia temos Venus e Marte se correspondendo por meio deles. A genese nos ensina ter Noé durante o diluvio recorrido igualmente ao pombo. Heródoto e Plutareo dizem ter os gregos empregado os pombos nos exercitos. Plínio cita a derrota de Antonio no sítio de Modena, graças aos mesmos, 43 anos antes de J. C., sendo essa, para alguns autores, a primeira vez que foram eles empregados pela arte militar. Em 1098, os cruzados conseguiram capturar um pombo, no qual encontraram sob a aza uma mensagem enviada pelos musulmanos sitiados no forte Harzar. O sultão Nour-Eddin organizou em 1146 um serviço postal entre Bagdad e todas as cidades de seu império, utilizando-os. Abhasi Ahned igualmente constituiu um serviço de correspondência constante com as cidades mais afastadas do seu domínio, em 1179, custando nesta época um pombo bem treinado 500 moedas de ouro. Novamente em 1572 e 1574 nós os vemos salvar as cidades de Harlem e Lyde, anunciando aos ocupantes, na iminência de capitulação, estarem as tropas de socorro distantes apenas duas horas das mesmas.

Consta que Maria Antonietta, encarcerada na torre do Templo, se comunicava com seus conselheiros graças aos pombos. Entretanto, cumpre notar, segundo o acôrdo da maioria dos autores, que foi devido a um sírio chamado Michel Sabbach, vindo para Paris em 1804, e tendo publicado um livro intitulado "La colombe, messagère plus prompte que l'éclair!" que tiveram início as criações, formação de clubs e sociedades columbófilas na Europa, principalmente na Belgica, cujos primeiros clubs se formaram de 1820 a 1825, em Liège. Atribue-se ainda a fortuna acumulada a partir de 1815 pelos Rothschild ao fato dos pombos terem anunciado em Londres a derrota de Napoleão em Waterloo, três dias antes de ter sido conhecida nas bolsas das demais capitais, o que lhes permitiu realizar no jogo de valores famosos golpes.

Em 1830 os pombos tornam-se auxiliares regulares para a transmissão de notícias financeiras entre Paris e Bruxelas. No sítio de Veneza, em 1849, os conhecidos pombos de São Marcos foram empregados com sucesso como mensageiros.

Na guerra franco-alemã de 1870, foi devido aos pombos que Paris não conheceu o isolamento completo.

M. Van Rosebeke, vice-presidente da Sociedade Columbófila "L'Espérance", propôz aproveitar balões assim de transportar os pombos correios de Paris para a província, e em 25 de setembro, às 11 horas da manhã, o balão denominado "Ville de Florence", pilotado por Mangin, deixou a capital conduzindo as preciosas aves, que levavam em suas azas as esperanças da capital do mundo. Muito não se fizeram esperar, pois, às 5 horas da tarde do mesmo dia, voltaram, sob admiração geral, trazendo a seguinte comunicação: "Sommes descendus près de Triel, à Vernouillet. Allons porter les dépêches officielles à Tours. Ballots de lettres vont être distribués". Foi o único agente de transmissão que demonstrou ser insuficiente o círculo de ferro estabelecido ao redor de Paris pelo inimigo, pois não impediu que desta data em diante se efetuasse a troca de correspondência entre o país e a capital!...

Desta época até 1914, em toda a Europa, sem falarmos nos pombais militares, inúmeros foram as sociedades e clubs criados, visando sempre pela organização de treinos metódicos, obter maior resistência e velocidade desses animais. Por todos esses fatos históricos, bem pode o leitor imaginar os grandes serviços prestados por estas aves. Entretanto, todos se tornam insignificantes, em comparação aos praticados por estes agentes alados, durante a Guerra mundial, cujas passagens mais importantes citamos em nossa introdução.

No início das hostilidades, em 1914, na fase propriamente dita de guerra de movimento, não houve oportunidade de serem eles utilizados com real vantagem, mas, desde que em 1915 a estabilização das frentes parecia se prolongar, M. Leroy-Béague, presidente da Federação Columbófila de Lille, incluído no 2º Bureau do G. Q. G., fez uma organização racional do serviço dos pombais e, assim, em curto lapso de tempo, foi o centro de Bruay ligado diretamente à Armentières, Poperinghe, Cassel e Saint-Omer. Depois, progressivamente os diversos exercitos se muniram de pombais chamados de vanguarda e de retaguarda, não se fazendo esperar os resultados mais edificantes.

Os pombais instalados nos fortes de Este eram destinados a assegurar a ligação dessas praças de guerra com o exterior, em caso de sítio, o que se verificou sobretudo na memorável batalha de Verdun. Mais uma vez não falharam os pombos correios, nos episódios heroicos. O do Forte de Vaux é conhecido. O comandante Raynal, um dos bravos destes tragicos dias, o lendário comandante daquele forte, sempre confiou nesses fieis mensageiros. Eis aqui sua última mensagem, levada pelo derradeiro pombo: "Tenons, toujours, nous subissons attaques par les gaz et les fumées très dangereuses. Il y a urgence à nous dégager. Faites-nous donner de suite communication par Souvielle. C'est mon dernier pigeon." (1)

(Continua no próximo número.)

(1) O grifo é nosso.

# SOBRE OS CURSOS DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

Pêlo Cap. Alves Bastos

Investindo contra fatos e cousas a que a apreciação superficial falsêa o verdadeiro aspecto, a crítica inadvertida e apressada, pelos foros de boas intenções com que ás vezes se reveste, torna-se digna de resposta ou contradita que restabeleça o exato julgamento das questões controvertidas.

O austero caráter de eficiencia e respeito com que na sucessão dos anos letivos se processam os cursos da Escola de Estado-Maior, nem sempre a tem pôsto a coberto dessas investidas que, conquanto no seu proprio seio não encontrem ambiente para medrar, fóra dela bem podem ganhar corpo de opinião.

Uma tecla existe que vem sempre sendo batida: é a que consiste em se dizer que nesses cursos ha uma pronunciada obcessão pelo trato das questões peculiares á tática propriamente dita, isto é, diretamente concernentes ao funcionamento em campanha da 3<sup>a</sup> secção dos estados-maiores, com desprêzo parcial ou total do mais, que diz respeito á atividade das outras secções, discriminadamente — questões de organização, de estudos sobre os inimigos prováveis e suas operações possíveis, questões de estatísticas, de transportes, etc., todas, na verdade, da mais alta relevancia.

Nos limites em que se possam tratar de público cousas tão intrinsecamente inherentes á defesa nacional, e por isso mesmo, em grande parte confinadas no segredo dos *bureaux*, vejamos até que ponto tal crítica procede e quais as contingencias que ainda a deixam respirar.

Funcionando os estados-maiores durante os largos anos de paz no preparo das operações de guerra e, durante esta, preparando para o chefe, nos diferentes escalões, os elementos de suas decisões com que possa ele enfrentar as pungentes realidades do campo de batalha, devem naturalmente ser servidos por um pessoal que lhes conheça o funcionamento em um e outro caso, evidentemente assás diversos.

Esse o aspecto práctico e muito geral sob o qual a questão se apresenta e que vai condicionar a maneira de proceder quando se trata do preparo dos oficiais de estado-maior, do qual, sem ser a unica, é contudo a principal etapa o tempo que o oficial passa na escola correspondente.

Decomponhamos a questão:

Qualquer estado-maior constitue um conjunto destinado a trabalhar na paz e na guerra;

Pelas diferentes secções de um estado-maior se acham distribuidos os diversos assuntos, cujo estudo lhe possa ser afeto.

Os oficiais considerados de estado-maior devem ser capazes de trabalhar indiferentemente em qualquer dessas secções.

Essas tres circunstancias indicam de modo simples e elementar as necessidades a que deverão corresponder os cursos da Escola, e que, partindo das mais simples e particulares para as mais gerais, poderão se traduzir no seguinte:

*a)* os cursos da Escola deverão fornecer a todos os que os sigam conhecimentos respeitaveis relativos a todos os assuntos que interessem a um estado-maior, e para os quais a atribuição de matérias feita pelo regulamento a cada uma das secções pode mesmo constituir verdadeiro *vade-mecum*.

Sobre essa base, solida e geral, poder-se-á admitir posteriormente certa especialização pessoal, que se comece a processar ainda no correr do curso e que venha corresponder a pronunciadas inclinações pessoais.

Efetivamente não haverá inconveniente algum em que certo oficial se empenhe particularmente no estudo e na prática de tal ou qual assunto, sob condição, porém, que essa predileção seja somente atendida após a aquisição da base comum indispensável. A existencia de especializados em determinados assuntos assegurará, sem dúvida, para êstes, um particular carinho no âmbito das secções; mas, tendo em conta, primeiro que estas não deverão viver estanques no conjunto, e, depois, que o oficial, subindo na hierarquia, poderá ser chamado á chefia de estados-maiores, função em que os conhecimentos especializados cederão o passo ás generalidades eficientes constituídas pela distribuição e controle do serviço, tato, firmeza e energia, características inherentes a um chefe de estado-maior, tendo em conta, uma e outras dessas circunstâncias, ressalta á evidência a necessidade imperiosa da referida base geral;

*b)* Indicada, pois, a contingencia de possuir qualquer oficial de estado-maior certo

cabedal comum aos da categoria, vista a conveniencia em que desde a Escola, e em certa medida, sejam obedecidas as tendencias individuais a especializações, não se deverá admitir, porém, que os cursos tratem certos assuntos com excessos de carinho prejudiciais aos outros.

Tal, efetivamente, não se dá na nossa Escola. Certos assuntos, por sua extensão, pela influência que indiretamente exercem sobre o conhecimento de outros, exigem para seu razoável estado maior número de sessões, maior número de exercícios do que outros a que baste um menor número de horas.

Certamente, para o caso, os cursos de Tática (Geral e das Armas) têm que constituir o arcabouço que sustente e valorize os demais conhecimentos de que se arme um oficial de estado-maior. Tais cursos, para comportarem desenvolvimento e eficiencia são inevitavelmente longos e demorados, pelo que se lhes consagra o maior número de horas possível. Disso, porém, não se conclua que os estudos relativos ás informações sobre o inimigo, relativos aos transportes, etc., sejam esquecidos.

Anualmente de tais cursos tem redundado, ás vezes, por louvável esforço dos oficiais alunos, copiosa documentação do mais alto valor e á qual lamentavel humorismo temporão atribuiu impropria denominação pejorativa.

No conjunto, o tempo disponivel é, todavia, escasso e daí algumas insuficiencias que mal podem ser sanadas por ocasião das manobras de fim de ano em que o caso concreto considerado é habitualmente tratado de modo a trazer luz sobre todas as questões sucetiveis de se apresentarem na prática;

c) Si um estado-maior existe para trabalhar na paz e na guerra, haveria talvez conveniencia em que se frizassem as diferenças substanciais ao funcionamento num e noutro caso, e se enfrentasse tambem o estudo de

certos casos inherentes aos periodos de paz e que se não apresentam em campanha.

Sem dúvida, poderá o observador assegurar que não são assás especificadas as caraterísticas de trabalho em cada caso, — e não estaria mentindo. Razões mui ponderaveis, porém, assim o impõem.

De um lado, a premencia do tempo mal permite o conveniente preparo dos oficiais na parte de Tatica e do funcionamento dos estados-maiores em campanha, o que na Escola tem de ser levado a fundo; de outro, a questão é de importancia aparente, podendo ser raciocinada pelo proprio oficial que, após o curso, terá de fazer o seu estagio regulamentar, na paz, de dous anos num estado-maior.

No que concerne ao estudo de certos assuntos militares, peculiares ao periodo preparatorio do tempo de paz e de que são exemplos classicos as questões de organização e de mobilização, podemos dizer que, em relação áquela, a serie de conferências com que foi iniciado o presente ano letivo constitue justamente um curso magnifico; raciocinando a questão, comentando-a, fazendo comparações, os professores adjuntos brasileiros mostraram a quantos os ouviram como deve ela ser tratada; relativamente á mobilização, pelo seu carater mais objetivo e tambem eminentemente secreto em seu aspecto práctico, nem sempre tem sido desprezada, mas preferencialmente tem sido deixada para os estudos e cogitações pessoais.

Essas considerações, modestamente articuladas, poderiam se extender muito mais, focalizando certos aspectos relativos aos cursos do nosso principal instituto de ensino militar que, em verdade, através de aperfeiçoamentos sucessivos, atinge nesse momento notável grau de regularidade e de eficiencia.

Si as circunstancias o permitirem, voltaremos a elas.

**LIVRARIA, PAPELARIA, LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA — Fundada em 1845**

Endereço teleg. — PIMENTAMELO — Rio. Teleph. 4-5325

Livros, revistas e quaisquer trabalhos de artes graficas

**PIMENTA DE MELO & C.<sup>A</sup>**

Rua Nova do Ouvidor n. 34

(Proximo á rua do Ouvidor)

Caixa Postal 860

Oficinas — Rua Visconde de Itaúna n. 419

—

(Edificio proprio)

— Telefone 8-5996

# Sobre a nova organização da Arma de Engenharia

Pelo Cap. Luiz Felipe de Albuquerque

Não cora o livro em hombrear com o sabre, nem cora o sabre de chamá-lo irmão. (Castro Alves). Mais adiante, Senhores, explicarei a razão de ser desta simples frase.

Antes, porém, de iniciar a nossa conferência, peço venia para solicitar do seletº auditório, a necessária benevolência no julgamento d'este modesto trabalho, posto que, no caso vertente, trata-se de um militar no cumprimento do seu dever, ou melhor, no desempenho do serviço para o qual fôra escalado.

Portanto, senhores, estamos bem afastados dos casos em que os conferencistas, ou são espontâneos por estudos, ou são solicitados pelos seus reconhecidos méritos no assunto em questão.

Voltando á frase que acabamos de citar, temos a dizer que é ela um dos exemplos clássicos de Maximino de Araújo Maciel, porém aqui não nos interessa o caso linguístico, para tão somente interpretarmos a intenção do autor.

O livro representa, em síntese, a ciencia, as letras e as artes, ou, em resumo, a cultura geral.

O sabre, na sua simplicidade, representa o soldado.

Ha um certo encanto na singeleza desta frase onde em tão poucas palavras se encontra um mundo de argumentações que respondem áquelas que combatem a incompatibilidade entre o sabre e o soldado.

Na escolha do assunto, quando a isto me facultou o Sr. Tenente-Coronel Comandante, preferi o témº "A ciencia ao serviço da guerra", por dois motivos: primeiro, para que o assunto suprisse, por si só, as insuficiências do insignificante conferencista; segundo, por ter uma oportunidade de combater a idéa, que sinto já vem predominando, de cercear-se, dentro de estreitos limites, os conhecimentos gerais e até mesmo especiais dos oficiais do nosso Exército.

Encurtou-se o curso da Escola Militar, mutilaram seus programas de ensino, modificaram o corpo docente daquele estabelecimento, dificultam-se as matrículas em certos estabelecimentos de ensino, e tudo isto, infelizmente, apesar de obedecer a uma orientação bem intencionada, vem em grave detrimento da cultura geral, que deve repousar nas bases das ciencias exatas, conhecimentos necessários e indispensáveis ao oficial de hoje, em presença da expectativa e da forma por que se nos apresentam os negros horizontes da guerra científica, que, sem dúvida nenhuma, constituirá o fator preponderante e decisivo das lutas internacionais. A difusão desta campanha tem se feito, não só entre oficiais,

como atualmente se propaga, como recurso mais eficiente, no seio dos cadetes da nossa Escola Militar.

Quanto a nós, julgamos de maneira diametralmente oposto e somos francamente partidários de que faça parte do cabedal intelectual do oficial do Exército a maior soma de conhecimentos, não só gerais, como também acentuadamente os da sua especialidade profissional, não limitando adstritamente a uma meia duzia de conhecimentos rigidamente ligados a disposições regulamentares, cuja duração efemera decorre do progresso científico dos processos de combate.

Só com uma solida cultura geral sobre os alicerces das ciencias exatas poderá o oficial de hoje preencher o seu principal papel, como passamos a ver.

Duas são as missões principais dos quadros permanentes em tempo de paz.

Uma, que é a primordial, consiste nos meios pelos quais deva o Exército, pelos seus órgãos competentes, acompanhar e assimilar todos os progressos da arte da guerra moderna, à medida que forem surgindo.

Outra, não menos importante, que consiste na formação de maior número possível de reservistas.

Vamos, portanto, provar com a exposição abaixo que os oficiais modernos precisam ter esclarecimentos exatos sobre a física, a química, a fisiologia, e outros assuntos correlatos ás necessidades da guerra hodierna.

Sabemos todos que a ciencia, desde que a história tem notícia de sua existência, vem prestando todo o serviço possível á guerra.

A historia militar de todos os países constata fatos como o de Archimedes, no cerco de Siracusa, onde ele empregou, além de muitos artifícios científicos, os celebres espelhos ardentes.

A balística, sobre o ponto de vista científico, é baseada nos estudos experimentais e de gabinete, da física, da química e da metallurgia, que, com auxílio dos recursos matemáticos, atingiu á perfeição de hoje, por nós tão bem conhecida.

Os binóculos, os telemetros, a telegrafia, a telefonia, o rádio, a sinalização ótica, são tudo aparelhos fundamentados em princípios e leis científicas.

Os vasos de guerra e tantos outros recursos bélicos, não são senão calcados nas descobertas científicas.

Excusado seria continuar a citar outros exemplos. O interessante de tudo é que todos os processos de combate adotados até aqui têm sido inferiores á guerra de projéctis, sobretudo depois do grande desenvolvimento da balística. Agora, porém, os papéis se invertem. Parece que a guerra balística iniciará o seu franco declínio para ceder lugar á então chamada guerra científica.

E porque científica?

Veremos um pouco mais adiante.

**NOTA** — A presente palestra, feita no 1º B E, constitue a primeira parte do estudo da nova organização da arma de engenharia, em face do aspecto moderno da guerra científica, assunto que deverá ser tratado na próxima oportunidade.

Os recursos da guerra balistica, ou pelo pouco progresso atual da metalurgia, ou pelo pouco avanço da química dos explosivos ou por qualquer outro motivo, como que cessaram bruscamente. Parece que pouco se poderia explorar neste campo e a cada invento agressivo, surgia a defesa eficiente e contrária. Como que já se equilibravam ataque e defesa, neste ramo da guerra de hoje.

Com isto esbarraram-se na última guerra os "fronts" inimigos. Surge então a necessidade de vencer este obstáculo. Era preciso vencer a luta e dominar o adversário.

Do equilíbrio das forças inimigas, na guerra de 1914, onde a prática demonstrou ser impossível a vitória pelas armas, naceu a idéia de lançar mão de outros recursos, creando-se novos processos, revivendo-se processos antigos.

Muito embora não se tenha desenvolvido durante a última guerra o emprêgo da guerra científica, a ponto de decidir da partida, deu, entretanto, nascimento a grandes estudos que, com os recursos da ciência atual, tomou vasto desenvolvimento, progrediu assustadoramente, desenvolveu-se interessante e rapidamente. Não obstante o sigilo guardado pelos países interessados, muita cousa tem transpirado como que para advertir os países incautos. A guerra moderna será o que podemos chamar a guerra científica.

Científica sim, porque ela nacerá nos laboratórios científicos, estará nos campos magneto-elettricos, nas correntes de alta frequencia, nas ondas hertzianas. Nacerá nas manipulações dos gráus, refundida nos cadinhos, precipitada nos balões químicos. Nacerá nos campos de culturas bateriológicas, no *caldo de carne* dos provetes de vidro. Será conduzida pelos observatórios astronomicos e meteorológicos. Será encaminhada pela mecânica aplicada, pela aero-dinâmica, pela aerostática, e a parte principal da guerra girará em torno do mundo científico, sobre a direção dos cientistas e o duelo se estabelecerá entre nucleos científicos dos países beligerantes.

Horrível paradoxo!

A guerra científica, segundo o que já está consagrado, divide-se em tres ramos: física, química bateriológica.

A não ser por uma questão didática, não vejo razões para esta divisão. Como vamos ver, os tres aspectos se confundem e se completam.

Nós seguiremos orientação diferente, analisaremos os fatos segundo a sequencia tática.

A primeira causa que nos surge é o veículo ou o meio pelo qual nós poderemos levar os nossos elementos agressivos aos pontos desejados.

São dois capitais e varios secundarios, além dos desconhecidos.

*Primeiro, o avião.*

Calcado no princípio da aero-dinâmica. A sua eficiencia decorre da relatividade entre o peso e a força dos motores de propulsão. O seu raio de ação, a capacidade de transporte, a resistencia às intempéries, a velocidade, o conforto da guarnição têm progredido vertiginosamente. E' de todos nós conhecido o *raid*

realizado por Saccadura Cabral e Gago Coutinho, na travessia do Atlântico, em 1922, em condições precarias, apesar de ter sido empregado o que havia de mais moderno na época.

Pois bem, comparativamente ao *raid* realizado no corrente ano, pela Aviação Militar Italiana, conhecida pelo nome de esquadra Balbo, que constituiu uma alta demonstração da eficiencia da aviação moderna, dadas as condições de êxito do *raid*, é assombrosa a rapidez do progresso aviatorio no curto espaço de nove anos.

Esteve ultimamente em nosso porto o *Dox*, e, segundo as últimas informações obtidas, este colossal avião não constitue mais a última palavra, visto como os americanos já possuem em construção modelos muito mais impressionantes.

*Segundo, o dirigivel*, cujo processo de acensão é baseado no princípio de aerostática combinado com aero-dinâmico.

Segundo os dados mais modernos, os tipos militares estão ao abrigo do ataque dos aviões. (Tipos ainda em estudo).

Em relação ao avião, o dirigivel tem menor resistencia á intempérie, menor velocidade, menor mobilidade, maior vulto e maior visibilidade; é mais caro em preço, de difícil manobra, de difícil construção e conservação e exige dispendiosos portos de amarração e grande guarnição especializada.

Em compensação, tem maior raio de ação, maior capacidade de transporte, maior estabilidade, maior conforto aos tripulantes e, sobretudo, o tipo militar, ultimamente estudado, empresta-lhe uma eficiencia que, segundo se nos afigura, o domínio de poderio militar está na divisão aerea que maior número de dirigiveis possuir.

O principal melhoramento consiste na adoção de cabines hermeticamente fechadas, no genero dos submarinos, levados em consideração os calculos de resistencia para o fenômeno inverso, isto é, pressão externa inferior á pressão interna (\*). São feitas de duro alumínio, com compartimentos estanques.

Os comandos se fazem por meio de um aparelhamento eletrico complexo. São munidos de aparelhagem ótica para observações, além das janellas e vigias de vidro. Contém, aparelhos de escuta (sismografos), aparelhos de sinalização, estações radio-emissoras e receptoras, etc., etc.

Interiormente a cabine tem condições de vida absolutamente independentes do meio exterior, com recursos para muitas horas. Para o gaz de acensão é adotado de preferencia o "helium", por não ser nem combustivel, nem comburente, apesar de ter menor rendimento que o hidrogenio.

São dotados de motores silenciosos ultramodernos e a America do Norte já conseguiu um dirigivel que transporta um avião, com

(\*) Ai o autor faz uma ligeira descrição dos principios científicos e principais aparelhos do torpedo e do submarino.

dispositivos tais que, saindo êste do bojo daquele, passa a desempenhar determinada missão e recolher-se novamente á sua base.

Podendo os balões atingir a altura em que o ar é muito rarefeito, tendo eles processos de controle, afim de que não atinjam altura de rutura causada pela grande diferença de pressões (fenomeno inverso ao esmagamento do submarino), ficarão eles ao abrigo dos ataques dos aviões, visto como êstes só sobem pelo princípio da aero-dinamica, cujo rendimento diminue á medida que o meio se torna menos denso. (Estudo moderno da estratosfera). (\*\*)

Escapam-nos outras informações, que não pudemos obter. Obtivemos a promessa de descrição das cabines dos dirigíveis modernos que acabamos de citar, o que constituirá assunto para uma nova conferencia.

Como elemento secundario, temos os balões, que serão tambem empregados neste serviço. São de dois tipos, os livres, que se orientam em direção segundo os ventos, em distância segundo estopim ou espóleta de tempo, em altura pelo princípio de Archimedes. Os do tipo torpedo aereo, que contêm maquinas e aparelhos de propulsão e direção. Navegam no ar como verdadeiros torpedos na agua. E' um material caro e muito perigoso.

Finalmente, ha uma muito breve notícia dos estudiosos destes assuntos, que acreditam haver íntima ligação entre a última experiência feita, em que um automovel funcionou pelo comando de vozes; e o comando dos engenhos aereos pela radio-telo-mecanica. Contudo, esta notícia carece de confirmação.

Maurice Laporte, em sua obra, refere-se tambem aos engenhos aereos em que os alemanes conseguiram comandar e dirigir á distância pela radio-tele-mecanica.

Os canhões do tipo do que bombardeou Paris, Gross Bertal, são hoje estudados com esmero, em cujas granadas se fazem o estudo dos carregamentos de gazes.

Como vemos, acabamos de tomar contato com os principais meios e processos necessários á primeira fase do ataque.

Passaremos então á segunda fase, que é constituída pelo uso dos meios agressivos, que se dividem em dous grandes grupos: grupos dos raios e grupo dos gazes. Está consagrado que raio são todos os processos fisicos que projetam á distância regular energia sob qualquer forma, em determinada direção e que produzam efeitos destrutivos, como incendios, mortes, paralisias, panes nas maquinas e motores e varios outros. Assim é que na America do Norte, estudando-se os raios infravermelhos, na maior intensidade que os recursos industriais modernos permitiram, foram conseguidos efeitos calorificos mais ou menos eficientes, porém o seu principal emprego, cujo rendimento foi muito mais util e interessante pela sua invisibilidade, depois de

passar por certos filtros, foi terem conseguido fotografias detalhadas de uma certa região tiradas á noite, sem que o avião fosse visto. E hoje, com o recurso do avião silencioso, êste processo constitue um dos graves perigos da guerra moderna.

*Gazes* — Está consagrado que são gazes todos os corpos gazosos ou não, que por processos quimicos ou biologicos tornem o meio ambiente pernicioso á vida animal, ocasionando asfixia, queimaduras, infecções, gangrenas e outros males.

Quanto aos raios, a ciencia está em relação aos gazes um pouco atrasada. Assim é que ha notícias de varios tipos de raios, que, segundo se afirma, constituem segredo de estado dos países seus detentores.

Os seus efeitos, ora são calorificos, ora eletricos, ora magneticos, produzindo pane nos motores e explosão á grande distância.

Finalmente estudam-se os raios vibratorios capazes de provocar a deflagração de qualquer explosivo. Não se tem bem conhecimento do que haja a respeito disso e quais as surpresas que eles possam nos fazer na guerra. Si eles existem estão em muito sigilo e as notícias são muito vagas.

Maria Lacerda de Moura em seu livro *Civilização Tronco de Escravos*, refere-se aos raios da morte, descobertos por M. Grindell Matheus, cujas experiencias em Maio de 1924 produziram tal resultado que uma firma francesa comprou o privilegio. Refere-se ainda aos raios invisiveis cujas experiencias foram feitas num porto do Mediterrâneo, como arma de guerra.

Na America do Norte o dr. E. F. Nothrup transformou 6.6000 volts em raios de calor que fundiram a platina e o iridium.

Marconi, na Italia, transformou correntes de alta frequencia em raios calorificos.

Ha várias outras notícias de menor importancia. Não sabemos porque ha maior sigilo sobre as raios, atribuidos talvez aos complicados esquemas que coordenam os diversos órgãos do aparelho.

O mesmo já não acontece com os gazes, que tomaram proporções gigantescas verdadeiramente assombrosas. Causa profunda impressão aos que entram em contato de como eles progredem. A sua superioridade economica sobre a guerra balistica, a facilidade de sua produção, a sua concentração para o transporte e a formidável eficiencia do seu emprêgo, e segundo se acredita hoje a precariedade, ou mesmo ausência completa dos metodos e processos de defesa, levaram os responsaveis pela eficiencia dos exercitos dos principais países do mundo, a dedicarem-se com afinco por todos os meios e modos para que o assunto tomasse o maior desenvolvimento possivel. E isto vem assim se processando com denodado ardor em certos países, enquanto que em outros (permitindo a parodia do pathé-jornal) nada se vê, nada se sabe, nada se informa. Dorme-se o tranquilo sono da inocencia. Não é pes-

(\*\*) Estes dirigíveis são destinados a agir das camadas mais elevadas da estratosfera.

simismo nosso a forma de aparente exagero que imprimimos a esta nossa dissertação como vemos em seguida:

#### *Principais' gizes e seus efeitos fisiologicos*

Antes de citarmos os principais gizes vamos atender á sua classificação segundo os efeitos fisiologicos, pois que eles se podem classificar, segundo sua densidade, cheiro, visibilidade, violencia de agressão, meios taticos de seus empregos, bases de sua composição quimica, processos biologicos e varios outros aspectos.

No caso presente e segundo os efeitos fisiologicos, eles podem ser: asfixiantes, lacrimogenios, corrosivos, causticos ou vesicantes toxicos, sternutatorios, infeciosos, explosivos ou incendiarios, etc.

A classificação acima não pôde ser levada a rigor, visto como os gizes têm simultaneamente 2, 3 e mais efeitos, ou são mesmo aplicados misturados para o concurso dos efeitos diferentes simultaneos ou sucessivos.

Assim por exemplo, os sternutatorios são aplicados sempre com outros gizes, porque provocam espirros e vomitos intensivos, obrigando o paciente a retirar a mascara envenenando-se em seguida pelos gizes concurrentes.

**Asfixiantes** — São os que atuam diminuindo a presença do oxigenio do meio ambiente, necessário á combustão imprecindivel á vida; ou pela ação de processos corrosivos ou inflamatorios que inhibem o funcionamento do aparelho respiratorio.

Exemplos: o gaz carbonico, mais pesado que o ar, incolor, inodoro e sem sabor, asfixia pela ausencia do oxigenio, enquanto que o cloro, tambem mais pesado que o ar, visivel de cor amarelo esverdeada, de cheiro caracteristico e sabor desagradavel, tendo sido aplicado no inicio de guerra quimica de 1915 em Yprè, contra uma divisão francesa produziu efeitos mortiferos numa média de 30 %, pela asfixia decorrente da inhibição do funcionamento do aparelho respiratorio.

**Lacrimogenios** — Que têm predileção particular pelo aparelho visual. São em geral corrosivos e irritantes e têm eficiencia sobre as mucosas em geral. Dissolvidos na saliva quando respirados pela boca, atacam a mucosa do aparelho digestivo, produzindo sofrimentos atrozes.

Um dos principais dêsses gizes já descobertos, além de muitos outros, é o "bromabenzoil", do qual tres decimiligramos por metro cubico de ar na pressão normal são o suficiente para produzir lesões e irritações insuportaveis no aparelho ocular.

O emprêgo dêsses gizes em maior densidade, causa a cegueira em suas vítimas.

**Corrosivos** — São aqueles que têm ação destruidora sobre determinado tecido destruindo-o. Fazem parte deles, em geral, os compostos de cloro e enxofre. A ação do cloro, provocando a necrose dos tecidos, decorre da deshidratação das celulas, formando o acido clorídrico que é corrosivo.

**Causticos ou vesicantes** — São os que em contato com a pele, produzem queimaduras

do 1º, 2º e até mesmo do 3º gráu, semelhantes a ação da agua fervendo. A Yperite (sulfureto de etila diclorado), um dos mais terríveis gizes, entrando em contato com a pele provoca graves queimaduras que se notam muito posteriormente.

"Segundo o dr. Dopter, as lesões produzidas pelos gizes de combate são as mesmas, não importando o estado fisico, sólido, líquido ou gazoso.

Assim uma gota do agressivo Yperite, produz a necrose da epiderme dos tecidos subcutaneos e dos musculos.

Na maioria dos casos, os líquidos empregados como agressivos químicos, se apresentam sob a forma de vapor d'agua, ou gotas pequenissimas o que torna os seus efeitos semelhantes aos produzidos pelos gizes" (sic).

A Yperite, portanto, depois de produzir um efeito semelhante ao carro do combate, isto é, abrir uma brecha na epiderme, insinua-se depois de necrosados os tecidos, e vai produzir no organismo as mais graves intoxicações com predileção pelo sistema nervoso.

Maurice Laporte em seu livro *Sous le casque d'acier* refere-se a um gaz que provoca um estado de decomposição dos tecidos, semelhante a uma lepra galopante.

**Toxicos** — São todos aqueles que sendo estranhos á nossa metabolize produzem perturbações internas, fisico ou químico biológicas.

Identificam-se pelos sintomas que a vítima apresenta de intoxicação.

São em geral os compostos de arsenico e cloro.

**Sternutatorios** — São todos os agressivos que em contato com a mucosa do aparelho digestivo ou respiratorio, provocam espirros, vomitos, enfim contrações espasmodicas em alto gráu e observa-se uma particularidade de submeter a vítima a perturbações cerebrais.

Estas perturbações têm sido atribuídas á estreita e direta ligação nervosa entre os cartuchos do nariz e o cerebro.

Chamamos agressivos aos sternutatorios, porque em geral são sólidos reduzidos a pó impalpável cuja forma facilita a travessia dos tecidos das máscaras, produzindo os efeitos acima estudados que tornam insuportável a máscara.

Estudam-se hoje os gizes toxicos entorpecentes ou inhibitorios, que produzem o efeito de imobilizar o paciente no lugar onde estiver.

A propósito citaremos que no Brasil ha um veneno dos indios, chamado curara, que tem a particular propriedade de permitir ao paciente depois de intoxicado, a circulação do fluxo nervoso centripeto, o que quer dizer que o paciente pode receber todas as impressões do mundo exterior para o mundo interior; e inhibe a circulação do fluxo nervoso centrifugo, ou melhor, isola a comunicação do interior para o mundo exterior, fazendo o papel de verdadeiro retificador de corrente alternativa. É um veneno insidioso que produz os seus efeitos uma vez lançado na circulação por ferimento, quasi instantaneamente,

e é absolutamente inocente quando ingerido por via gastrica.

**Impreciosos** — São gazes bacteriologicos, aplicados por 2 formas: ou são lançados contra o inimigo os caldos da cultura microbiana da epidemia considerada na sua maior virulencia e que se quer propagar, cujos perigos podem se refletir contra as proprias tropas amigas, pelo contato direto ou qualquer outro meio de contaminação; ou se empregam sómente as toxinas, que, produzindo os mesmos efeitos ás vítimas por elas atingidas, afastam entretanto o perigo da propagação pelo contagio. E' de menor eficacia, de mais difícil preparo e limita-se a um número restrito de culturas.

**Incendiarios ou explosivos** — São gazes que, como o seu proprio nome indica, produzem o incendio ou a destruição onde chegam, ou pela ação de contato, ou pelo tempo, findo o qual ele entra em combustão ou explosão espontaneamente. Em uma conferencia feita por um oficial argentino foi referida uma descoberta de um gaz que é lançado de certa altura em estado liquido tomando a forma de chuva e depois de garoa. Chega ao solo em estado de pulverização muito tenue, onde em contato com as substancias organizadas entra em combustão, produzindo elevada temperatura com formidavel poder destrutivo.

A Aviação americana tem atualmente bombas com capacidade de carregamento de 996 ks. e 600 grs. Já conseguiram os americanos um tipo de granada carregada com um explosivo cuja base é o fosforo branco, que, pela explosão, além da formidavel força expansiva e consequencias decorrentes do sôpro, produz uma temperatura de 3.000 gráus, dentro de um raio de ação relativamente grande, apresentando mais o perigo de que á noite a intensidade luminosa provoca perturbações visuais e até mesmo a cegueira. Como vimos dizendo, êstes gazes podem ser, ou só explosivos ou só incendiarios, ou simultaneamente uma e outra coisa.

Passaremos agora uma ligeira vista em outras classificações.

**Classificação do Dr. Hanslian, adotada pelos americanos:**

- 1º) Irritantes ou lacrimogenios.
- 2º) Asfixiantes.
- 3º) Cianidricos.
- 4º) Causticos.
- 5º) Arsenicais.
- 6º) Explosivos ou incendiarios.

Como se vê, a presente classificação obedece a um carater tatico, segundo a aplicação tatica.

Alguns são classificados pelos seus efeitos e outros pelas suas bases, como os de acido cianídrico e os de arsenico.

O primeiro com ação fulminante atuando sobre o sistema nervoso; o segundo, que tem a especialidade de atravessar as mascaras vulgares e atuar sobre o aparêlho respiratorio. (Cianídrico e arsenicais.)

O tenente-coronel Bloch classifica os gazes no grupo dos toxicos e no grupo dos que atacam os tecidos.

Acho que nelas proprias indicações da terapeutica esta divisão devia de preferencia classificar em gazes de ação interna e gazes de ação externa.

Quanto aos fins, o mesmo oficial classifica ainda em fugazes ou persistentes ou tambem chamados permanentes.

Os *fugazes* aplicam-se nas zonas que vão ser ocupadas posteriormente. Os persistentes no caso contrário.

Quanto ao ponto de vista fisiologico, ainda o mesmo coronel classifica em imediatos e mediatos.

Os primeiros são os que manifestam os seus efeitos imediatamente. Os segundos são aqueles cujos efeitos manifestam-se depois de passado algum tempo.

Em seguida, passaremos em revista os principais gazes cujas consequencias são as mais eficientes.

**Yperite** — O gaz caustico padrão, mais pesado que o ar, toxico, corrosivo, asfixiante, persistente e que além das consequencias imediatas, acarreta terríveis consequencias mediatas.

Atravessa os tecidos em geral, desaloja o ar dos torrões da terra, fixa-se nos interstícios dos tecidos, insinua-se nas partes baixas do terreno, produzindo mais tarde os efeitos com a mesma intensidade nas vitimas que com ele entram em contato. Tem preferencia pelos tecidos vivos, quentes e humidos, notadamente pelos testiculos.

As mulheres e as crianças são as suas maiores vitimas, dado o aspecto tenro da pele.

Irrita a cornea da vista, produzindo fotofobia. Ataca horrivelmente o aparelho respiratorio, destróe a membrana dos alveolos, produzindo hemoptises.

Seis mmgrs. por litro de ar bastam para que seus efeitos sejam mortais.

As roupas embebidas em oleo, ou impermeabilizadas pela cera de carnaúba, protegem eficientemente.

**Lewisite** — Segundo as palavras do notável americano Irwin, bastariam 12 grandes bombas de Lewisite, lançadas por avião, para destruirem em alguns instantes todos os séres com vida, numa cidade que ocupe uma área igual a de Chicago ou Berlim. E' insidioso, infiltra-se pelo terreno, mata toda a vegetação, envenena todas as aguas potaveis, penetra nos subterraneos, fossas, grutas de galerias.

Ataca os olhos e o aparelho respiratorio. E' caustico e toxico, fazendo paralisar os rins e depois o coração.

Ao terminar a guerra de 1914, supõe-se que os americanos tenham lançado fóra, no Oceano, 150 toneladas.

**Fogenio** — Que tem a particular propriedade de asfixiar, desoxidando os globulos vermelhos. E' humanitario, porque tira logo o estado de conciencia da vitima, pela anemia cerebral.

Tem por base um tratamento especial, sob alta intensidade luminosa do tétra-cloreto de carbono.

Poderíamos continuar a citação de outros gazes, não fosse alongar muito a nossa conferência.

*Meios de defesa* — Segundo afirmam unanimemente todos os interessados no assunto, não haverá defesa eficiente contra a guerra científica moderna. A vitória será daquele que tiver mais violencia e eficiencia no ataque. E' quasi ridicula e obsoleta toda essa organização belica e dos exercitos, com fundamento na potencia de fogo da guerra balistica. No pé em que se encontram os países mais adiantados e previdentes, no caso da declaração de guerra, entre dois deles, não haverá tempo para que os grandes exercitos se mobilizem. O ataque será imediato, violento e impiedoso, contra as populações civis, incendiando as capitais, destruindo os campos de cultura, inutilizando as grandes gares de estrada de ferro, aniquilando os centros industriaes e produtores, desarticulando desta forma toda a organização social, lançando a fome e o panico. A mortandade com todo o cortejo decorrente da desgraça; a infancia será atrocamente sacrificada; morrerão moços e velhos, homens e mulheres.

Aqui temos uma observação interessante a fazer. Como acabamos de ver, na guerra atual, não ha garantias de vida para ninguem. Todos os habitantes do territorio em luta, sem distinção de sexo, idade, posição ou nacionalidade, ficarão sujeitos aos perigos inflingidos pelos atuais processos de ataque, que atuam sobre as vitimas indistintamente. Hoje, destroem-se fauna e flora, além dos objetivos materiais. Parece-nos que esse aspecto constitue o primeiro passo para a construção dos alicerces onde irá repousar o edificio da pacificação universal. Os chefes de Estado, parlamentares e congressistas, administradores e plenipotenciarios, industriaes e comerciantes, armamentistas e pacifistas, banqueiros e agricultores e, enfim, toda a massa que constitue a cabeça dirigente de um povo, estarão, tanto ou mais exposta aos perigos da guerra que hoje se apresenta, do que talvez mesmo os soldados que constituam a vanguarda dos campos de batalha. E ainda mais, não só eles, como tambem as suas respectivas familias, constituidas pelos entes mais queridos, não se poderão abrigar da furia dos processos modernos da guerra científica.

Julgamos que estamos no prologo da pacificação universal.

A principal defesa adotada foi a mascara, porém, surgiu ela primeiro na proteção do aparelho respiratorio. Como resposta, vem o gaz lacrimogenio, cuja defesa foram os oculos especiais ligados ás mascaras anteriores, constituindo um só todo. Para combater, inventaram-se os gazes sternutatorios, cujos efeitos já são nossos conhecidos. Cada combinação ou qualidade de gazes exige um tipo de mascara. Daí as mascaras polivalentes.

Outros autores aduziram ás mascaras corpos ora absorventes, ora reagentes e ora analiticos pela ação catalitica. As ultimas mascaras são constituidas no genero das do escafandro, cujo reabastecimento de oxigenio é feito ou por empolas do gaz comprimido, ou por geradores. Estas têm o inconveniente de ter uma duração limitada, cujas mais perfeitas

têm provisão para duas horas. Contra os gazes de efeito externo têm sido estudadas as roupas impermeaveis, que são inconvenientes por dificultarem a respiração cutanea.

Isto quanto ao soldado em campanha. Nos abrigos e trincheiras e mesmo no campo, a defesa é muito precaria e é constituida pelos processos já acima expostos e mais a ventilação forçada.

A contraposição de outros gases quimicos não tem dado resultados praticos.

Quanto ás populações civis, o caso é muito mais complexo, pelas razões economicas. Seria impossivel distribuir mascara e roupas para toda a população. A construção de grandes abrigos não resolve o problema por immobilizar a população durante o tempo que permanecessem os efeitos dos gases, complicado com as dificuldades das condições fisiologicas da vida.

O general inglês Chetwood propôz a evacuação da cidade de Londres logo que os sinais de alarme profusamente distribuidos pela cidade fossem ouvidos, espalhando-se a população pelos campos. Esse sistema, porém, não pôde dar resultado na prática, não só pelo atropelo causado pelo panico do exodo em massa, como tambem pela impossibilidade da subsistencia dêsses pessoal no campo pelo prazo de oito dias, no caso da Yperite. E hoje os gases incendiarios são concurrentes e devastarão os campos inclusive.

Só ha um meio de defesa, que é destruir o inimigo antes da sua aproximação. No fim da última grande guerra chegou a haver regulamentação das medidas de proteção contra os gazes. O canhão inventado por M. A. Christensen, de grande alcance vertical, e destinado a lançar massas de gazes contra as esquadrilhas aereas, e combinado com um gaz, atribuido aos laboratorios alemães, o qual em contato com o ar se eleva á temperatura de 200 gráus, constituirão a principal defesa das cidades. E antes de concluir êste modesto trabalho, peço venia para dizer que o nosso exército precisa quanto antes voltar um pouco mais da sua atenção para este novo aspecto da guerra moderna, a exemplo do que fazem os nossos países vizinhos, no que coherne á evolução dos progressos contemporaneos que, como acabamos de ver, si não trouxerem uma transformação radical nas organizações dos exercitos, deverão pelo menos trazer uma profunda remodelação, mui principalmente nas armas de Engenharia e Aviação.

Perante a perspectiva da guerra moderna, inconcebidos e desconhecidos os efeitos e consequencias dos novos aparelhamentos da fisica e das novas fórmulas quimicas, diante dos surpreendentes efeitos eficazes e ineficazes dos processos impiedosos e mortiferos da agressão inopinada a todos os pontos do país atacado e em horas surpreendentes, diante de tudo isso, e mais, da intranquilidade a que todos ficarão sujeitos pela insegurança decorrente da declaração do estado de guerra, julgamos que êstes fatos levarão o mundo ou ao exterminio ("DILUVIO DO FOGO") ou á paz universal, com profunda repercussão na organização social.

# O CHEFE

Palestra feita pelo aluno do C. P. O. R. da 2<sup>a</sup> Região Militar  
THIAGO MAZAÇÃO FILHO

Meus camaradas:

A hostoria é, com justiça, considerada a mestra da vida.

Nela, em suas páginas sombrias ou heroicas, vamos buscar sempre, nos momentos precisos, os ensinamentos que, emanados das grandes ações, revelam, a nós outros, qualidades precisas para o desenvolvimento das mais robustas faculdades do nosso espírito, em diversos campos de todas as atividades humanas. Nela eu fui buscar, para abrir com chave de ouro esta preleção, cujo tema escolhido, *o chefe*, exige um exemplo vivo, claro, luminoso, incisivo, onde se espelhem todas as virtudes necessárias ao homem que recebe a suprema investidura de guiar outros homens.

Seria ocioso dizer-se aqui, meus camaradas, das responsabilidades que tais encargos significam para aqueles que, a despeito de todas as vicissitudes imagináveis, precisam, todavia, cumprir esse dever sagrado. E', com efeito, das mais arduas tarefas militares a missão do que comanda, do que manda e conduz, e isto porque mais fácil é obedecer do que mandar.

Daí — meus camaradas, — se evidencia, em toda a plenitude de sua significação moral, a figura incontrastável do chefe, daquele que definiu investido da missão de guiar outros homens.

Para isso, deve ser ele o primeiro em valor, em coragem, em abnegação, em heroísmo — e se alguma vez lhe cabe o último lugar, é quando as circunstâncias foram tais que só lhe restava o ficar como o último, no posto de sacrifício e de honra que é, dentro da farda, o fogo vivo e ardente, que faz pulsar o coração de todo soldado.

No mais, ao chefe, fica-lhe sempre o primeiro lugar e, de sua constância, ardor e patriotismo, dependem a vida, mais que a vida, o nome, mais que o nome, a honra de seus subordinados.

Eu não preciso, meus camaradas, abrir página por página toda a História do Brasil, em que cada página é uma epopeia de glórias à coragem e ao valor do soldado brasileiro, para descobrir a figura varonil de um chefe valeroso, com que realçar todas as virtudes grandiosas que tanto enobreceram os fastos brilhantes do nosso passado.

Um apenas, me basta citar — OSORIO — o grande chefe da passagem de Itororó.

Quem diz Osorio, meus camaradas, e pronuncia este nome diante de soldados, quer dizer heroísmo, valor, audácia, coragem, abnegação — virtudes que, se não devem faltar ao soldado quando recebe ordens e obedece, ao chefe, que as transmite, devem ser a inspiração suprema de toda a autoridade que possue.

Quanto aquela onda de soldados estropiados, famintos, vencidos pela sede, queimados pelo sol, mortos pelo cansaço — verdadeiros espetros de homens — se arroujou como uma avalanche ao fogo, através da memorável passagem de Itororó, ao grito de "QUEM FOR BRASILEIRO, SIGA-ME", escrevendo a maravilhosa epopeia que tantas glórias cobriu a memória do grande general, foi porque naquele instante supremo, de que dependia a honra do nosso pavilhão ultrajado, se resumiram, miraculosamente, naquela voz de comando do grande guerreiro, todas as virtudes que o tornaram o maior chefe dos nossos exércitos em luta.

Eis o exemplo vivo do famoso condutor de soldados, cujo perfil sintetiza, com admirável perfeição, a figura imponente do verdadeiro chefe militar — ao qual nunca faltaram dignidade do cargo, verdadeiro culto do dever, nobreza nos gestos e nas atitudes, firmeza de caráter, pureza de sentimentos, energia, coragem e, acima de tudo, grandeza de coração.

Essas são, em verdade, meus camaradas, as grandes virtudes, de que dimanam, toda a força de sua autoridade de um verdadeiro chefe.

Ha ainda os que acreditam piamente que a *energia*, e esta é para mim a primeira qualidade de quem comanda e dirige, é a gritaria da voz traduzida no comando, a gesticulação desordenada, o berreiro do que ordena... Não: e por isso, nem sempre é obedecido, com segurança e firmeza, o que mais grita. A energia, sem serenidade, deixa de ser virtude, para ser um fator de indisciplina. A energia é serena, sem um barulho e muitas vezes basta um pequenino gesto, um olhar, para que seja incontinenti compreendida a intenção do chefe.

Exemplo vivo diante dos seus subordinados, pela perfeita compreensão da dignidade do cargo que exerce, sempre imperturbável na atitude do cumprimento exato dos deveres que militam o cargo e enobrecem o nome — e não se pode admitir um chefe que não pratique, ele próprio, diante de seus camaradas, todas aquelas virtudes que formam a nobreza do verdadeiro militar, dos quais é mistério seja ele o primeiro a executar — ordenando sempre com brandura, mas sobretudo com firmeza e justiça, respeitando para ser respeitado, corajoso, constante, assim creio haver resumido, em breves palavras, o que eu entendo deva ser um verdadeiro chefe, diante dos seus subordinados.

Alma, cabeça e exemplo dos seus comandados, tal devem meus camaradas, áqueles a quem é confiada a nobre missão de dirigir soldados, na qualidade de oficial.

A importância dessa investidura não vem, como é claro, da farda com que o oficial se

apresenta aos seus soldados, nem dos vistosos galões que o adornam, sinão da rigida responsabilidade com que ele se torna digno e merecedor dessas insignias, com que, na carreira militar, são distinguidos os primeiros soldados. E esse merecimento só conseguem os oficiais quando, pelas suas qualidades de carater e de nobreza dos sentimentos, se tornam o exemplo vivo e sempre imitado pelos seus comandados.

Na paz, como na guerra, deve o oficial demonstrar que conhece perfeitamente todas as missões que, por ventura, lhe sejam confiadas. A calma, a iniciativa, o sangue frio, o perfeito manejo de todas as armas, são as virtudes e perdicados que só se transmitem pelo exemplo e por isso é necessário que seja, ele proprio, um exímio conhedor do serviço de armas como um perfeito possuidor de todas aquelas virtudes para que, ensinando-as aos seus comandados, na convivencia de todos os dias e de todas as horas, seja como que um livro aberto ao aprendizado militar dos seus soldados, *primus inter pares* e, deve o oficial, como chefe, pela ascendencia moral sobre seus subordinados, o que ele só conseguirá pela lição proveitosa do seu exemplo, por isso ele deve ser o *primeiro e o melhor*, diante da sua tropa, conduzi-la, guiá-la e instruí-la mais pela brandura e pelos bons exemplos de calma e serenidade, evitando, assim que se forme em torno dele, não o espetáculo degradante de uma multidão de automatos que lhe obedecem pela necessidade imperativa de obedecer, mas de uma pleia de soldados alegres, fortes, disciplinados, valentes e corajosos, que obedecem pelo prazer de obedecer, pela conciencia de obedecer.

A dignidade de um oficial não desaparece, é evidente, diante da camaradagem que ele deve manter com os seus subordinados.

Toda a disciplina conseguida á força de violencia e de castigos injustos — e a injustiça tem sido, meus camaradas; a causa de todas as desordens sociais — toda a disciplina conseguida á custa de violencias e de castigos injustos, desaparece muitas vezes, nos momentos mais criticos, principalmente quando, em frente de tropas inimigas, o oficial precisa, mais do que nunca, da coragem, do valor, do sangue frio e de todas as forças fisicas e morais dos seus soldados.

A disciplina, porém, essa que é feita pela confiança que o chefe inspira aos seus subordinados e que, para ser inspirada, precisa ser transmitida mais pela bondade, pela brandura e pela serena e provietosa lição do cumprimento dos deveres militares, do que pela ferrea imposição de obrigações, que, por serem impostas, nem sempre são aceitas e nem praticadas, essa não desaparece diante dos maiores combates e das mais arduas pelejas, antes aí se revela em toda a plenitude de suas forças, como ainda ha pouco vos mostrei, naquele episodio brilhantissimo da memoravel passagem de Itororó...

Não se pense, porém, que com tais qualidades, completo está o que se pode desejar de um verdadeiro oficial. Si além de chefe precisa o oficial reunir as qualidades de instru-

tor e, o que é mais importante, de educador dos seus soldados, claro está que, dele se exigem predicados e qualidades maiores ainda, para o perfeito exercicio da missão que lhe é confiada. Como instrutor, claro é que deva ser ele o melhor cavaleiro, o melhor atirador, o melhor artilheiro e o mais habil no emprego das armas, pois não se comprehende que todas essas disciplinas sejam ensinadas de outra forma que não seja pela execução delas, diante dos soldados. Para instruir com proveito, claro está que, deve o oficial conhecer, antes de tudo, o grão de aptidão dos soldados que vai instruir, como o lavrador deve, antes de deitar a semente, conhecer a qualidade e a fertilidade da terra que vai plantar. Será nesta emergencia que ele deixa de ser o soldado severo para ser o mestre paciente e amigo, sempre pronto a perdoar uma falta cometida, ás mais das vezes, pela natural ignorancia dos seus alunos, do que pelo proposito de errar. Qualquer precipitação neste ponto será de grandes prejuizos para a missão instrutiva do oficial. Qualquer um que aprende e que recebe lições de qualquer natureza, é por indole e pela razão natural das cousas, timido, desconfiado e muitas vezes uma palavra mais aspera, um ensinamento ministrado em linguagem impaciente, provoca o retraiamento do aluno, o mau humor do educando e daí, muitas vezes, o inevitável fracasso de todo o trabalho instrutivo do oficial. A bondade do instrutor vencerá facilmente toda a timidez do aluno que, muitas vezes, pelo peso das humilhações sofridas diante dos seus camaradas, torna-se um dos peores elementos da escola de soldados.

Neste ponto, é bom insistir: ensina melhor o professor que sabe guardar em todas as circunstancias o bom humor necessário á obra do instrutor, do que aquele que grita, que esbraveja, que blasfema, gritos, esbravejamentos e blasfemias, essas que só servem para assustar os alunos e provocar o natural retraiamento de todos que aprendem.

Não esqueçamos, tambem, o importantissimo papel do oficial como educador dos seus soldados. A melhor lição que ele poderá ministrar aos seus subordinados, já o dissemos, será a grande e proveitosa lição do exemplo de si proprio. Ninguem duvida da grande força e dos inestimaveis ensinamentos de um bom exemplo.

Todas as suas falhas, todos os seus defeitos, se refletirão, insensivelmente nos seus subordinados, ao passo que os bons exemplos que der calarão profundamente no ánimo dos seus soldados.

Para isso, insistimos mais uma vez: a maior de todas as suas obrigações e o mais sagrado de todos os seus deveres será este: o primeiro em tudo e por tudo; o padrão coragem, de sangue frio, de compostura, de honradês, de heroismo, na tropa inteira. Sómente o seu exemplo fará dos seus soldados outros exemplos de coragem, de atividade, de trabalho, e de atitudes civicas e morais, que são o apanhio dos grandes soldados colocados como sentinelas avançadas de toda a grandeza da nossa Patria.

# VIRTUDES MILITARES

Pelo aluno do C. P. O. R. da 2<sup>a</sup> R. M. Carlos Albuquerque Vasques

Meus camaradas:

A minha deficiência cultural, em berrante contraste com a pujança de vossa formação espiritual, acrece ainda, a aumentar-me a tarefa, a plenitude do assunto, tão ricos de fátos e circunstâncias, que me obriga a adotar um método com que pôr ordem ás minhas idéias.

Seja esse método lançado sobre o critério da Escola Positivista, que abraço, embora com restrições. Partir da generalidade decrescente para a complexidade crescente.

Assim, devo, ao discorrer pelo tema, começar pela mais singela virtude para terminar pela Honra, que é como a cúpula de todas as virtudes que possam enfeixar um cidadão, maximamente quando esse cidadão seja um soldado.

Enunciarei pois o esquema do assunto: vontade de agir, solidariedade, disciplina, devotamento, coragem, audácia e Honra.

Nesse enunciado se encerra todo o evangelho do militar.

Bem certo, Srs., que não vindes aqui á semelhança dos crentes que "ad majorem gloriam Dei" acodem a ouvir a pregação das escrituras para beber na palavra do pregador novas inspirações com que espalhar pela terra a doutrina do Christo Salvador.

Ao vosso evangelho, que também é o nosso, ó insignes representantes do glorioso Exército Brasileiro, as minhas palavras, por mais cintilantes que fossem, nada acrecentariam.

A vossa fé neste evangelho, vós, queridos e valorosos chefes, pregais a nós outros, catecumenos de vosso credo, só com expôr aos nossos olhos a vossa fé de ofício, que é toda feita: vontade de agir — que tem sido o traço de valor do soldado brasileiro; de solidariedade — que tem mantido a coesão das classes armadas; de disciplina — fator de nossas vitórias; de devotamento — que tem crea-

do ídolos; de coragem — que tem feito Caixias; de audácia — que imortalizou Osório e de Honra — que é o apanágio do Exército Brasileiro.

E' oportuno, meus caros ouvintes, que, em vos falando das virtudes militares, que vejo encarnadas em todos vós, eu abra á minha alma de moço, nesta fase de renovação por que passamos, para fazer a minha profissão de fé. De fé na grandeza, no futuro, na prosperidade de nossa Patria, porque creio nas virtudes e na Honra do nosso Exército, que, como no passado, ha de saber ampará-la e conduzí-la pelo futuro, una, coesa e resplandecente de glórias. Esta profissão de fé que ora faço, cheia de inabalável confiança, é um hino que levanto ao nosso Exército, que presto a minha reverente homenagem.

Esta, com permissão de todos vós, quero depositá-la neste momento nas mãos dum insigne soldado, que tanto destaque alcançou nestes últimos anos, que tem a sua vida pauada da forma seguinte: dedicação de corpo e alma ao Exército e bem estar da Nação. Este é o General Izidoro Dias Lopes.

Meus caros ouvintes: o tema é vasto e ainda não comecei a versá-lo.

Não viestes ouvir novidades e nem esperei por certo encontrar na minha palavra humilde, as delícias de uma oratoria cativante. O que vos moveu, tenho certeza, galardoando-me com a benevolencia de vossa atenção, foi sondar nos candidatos do Centro de Preparação, através do moço que vos fala, o gráu de aproveitamento de vossos ensinamentos, o espírito reinante dos iniciados; si os germens de civismo, que as vossas práticas semiam, frutificam; afinal, si o Centro forma de fato, reservas militares á altura das necessidades eventuais de nossas tropas.

De minha parte, dado o meu pendor pela carreira, que não pude abraçar na juvenili-

cheios de fé e de esperança nos grandes e gloriosos destinos da nossa Patria estremecida, como chefes e amigos, como mestres e camaradas, como irmãos e companheiros, façamos tudo para que possamos, pelo nosso trabalho, pelo nosso sacrifício, pelas nossas lições de justiça e, principalmente, pela honra da farda que com tanto orgulho ostentamos, ser dignos do exemplo daquele grande chefe que foi Latour d'Auvergne, o primeiro granadeiro da República que, ferido de morte diante da 46<sup>a</sup> brigada, os soldados chorando sobre o seu corpo pediram em altas vozes que lhes fosse concedido o coração daquele que sempre os levára á vitória. Obtendo-o, encerraram a adorada reliquia em uma caixa de prata, que era postada á frente do regimento, tal como a arca, nas grandes marchas, precedia o povo israelita!

O soldado, mais do que ningum, precisa, em alto gráu, dos ensinamentos de uma educação moral, para que, pelo exemplo dos seus oficiais e pela prática constante e diuturna de todas as virtudes cívicas, se tornem, quando preciso, os heróis da patria, por ela dando toda a grandeza do seu sacrifício. E esses ensinamentos compete ao oficial transmitir aos seus subordinados, certo de só pela educação moral — pregada mais pelo exemplo do que pelas palavras — se tornarão eles os verdadeiros soldados de que o Brasil precisa, para a defesa da integridade do seu território, para guarda inviolável da sua autonomia, das suas glorioas tradições.

E para que desta escola possam sair soldados dessa envergadura — grandes e fortes, valentes e corajosos, destemidos, audazes,

dade, posso assgurar-vos que tenho posto todo o empenho em assimilar vossos ensinamentos e seguir as vossas práticas e, cheio de ardor patriótico e absolvido pelos deveres militares, estou pronto a dar o que de mim possa exigir a Pátria, quando mistér. O mesmo poderão dizer os meus colegas.

Dito isto, entrarei no tema. Pudesse eu desenrolar, celeremente, ante vós, os fatos militares brasileiros e teria eu versado, da maneira a mais brilhante, todas as virtudes militares de que devo falar, com ilustrações as mais edificantes, a começar pela primeira — A vontade de agir.

**VONTADE DE AGIR** — Os homens definem-se por suas ações: todo aquele que tem um *desideratum*, se não agir decididamente, nem sempre o atingirá, pois a sorte, que aliás é um momento decisivo na vida de cada um, nem sempre procura o indivíduo, e sou daqueles que acham, que a sorte é cada um de nós que a cria, mas tão sómente com o nosso esforço e trabalho, enfim, **VONTADE DE AGIR**.

Temos entre nós, paulistas, exemplos magníficos. Rememorando os feitos gloriosos dos nossos indeleveis e intemperatos Bandeirantes, que a procura de um mundo desconhecido e animados pela vontade de agir, pode dizer-se sem receios, que foram os criadores de nossas fronteiras no Sul do Continente, pois plantaram as suas bandeiras e as levaram até onde sómente alguns elementos da natureza penetraram. O feito desses homens não é apenas o orgulho de uma raça, mas, quiçá, um exemplo à humanidade.

**SOLIDARIEDADE** — Em todas as reuniões de homens esta deve imperar, mas parece-nos que entre nenhuma, sinão entre os militares, esta deve ser mais praticada, aliás da passagem do evangelho, vemos as lindas palavras de Christo, onde em tão pequena frase disse, e através dos séculos ouve a humanidade: "Amai-vos uns aos outros". O militar, qualquer que seja o seu posto dentro da hierarquia, não tem o mais leve direito de diminuir seu camarada, pois todos vivem para o mesmo fim. Enquanto a Nação, num ambiente de paz e tranquilidade se desenvolve, na caserna, os homens, oficiais e soldados, abertos pelo dever, garantem essa paz produtiva.

Se as dissensões se verificam na classe armada, eis imediatamente a Nação sofrendo estas consequências, quasi sempre fatais e irreparáveis.

Na Guerra, formada esta solidariedade desde a menor celula da força armada, torna-se o Exército um conjunto tão perfeito e harmonioso que, positivamente, levará, de batalha em batalha, sobre o inimigo, uma vitória, e que no fundo a grande significação não se encontrará sinão pelo avivamento do **ESPIRITO DE SOLIDARIEDADE**.

O Exército ha de ser e tem de ser um só bloco, pois o fragor com que será arremessado em qualquer direção, o sucesso será sempre positivo, mas esta virtude não deve ser mais exercitada na Guerra que na Paz.

**ESPIRITO DE DICIPLINA** — Esta virtude é verdadeiramente a pedra angular das forças armadas, é a sua razão de ser; um militar poderá não ser vivo e culto, mas deixará de subsistir, mas se ao contrário, não tiver bem acentuado o espírito de disciplina, não subsistirá.

A disciplina enfeixa a obediencia e a submissão.

Para intelectos incultos pôde parecer até que a obediencia e a submissão constitua uma subserviência.

Toco neste ponto, pois é comum entre o elemento civil, ouvir-se tão grande acusação, entretanto, assim pensam os individuos que, sendo desprovidos de educação, não estão à altura de se ambientarem entre os militares.

Aquele que se veste com um uniforme do Exército precisa de compreender bem o que sea ja disciplina, pois, ao contrario, os seus átos, especialmente os praticados externamente, repercutirão desfavoravelmente em nosso meio. Como poderá alguém encarar o Exército sem a disciplina que é o seu elemento caracterizante?

Sem esta não ha aproveitamento em matéria de instrução; a má instrução acarretará má preparação e, consequentemente, insucesso para o momento crítico da Guerra.

Com a disciplina, entretanto, levaremos as nossas armas gloriosas em qualquer terreno e contra qualquer nação. Sem esta nada valerão a coragem, a audacia, o devotamento que os nossos homens tiverem.

Muito interesse deve despertar esta maxima: "Só exercerá bem um comando quem tiver bem nitida a noção de obediencia".

**DEVOTAMENTO** — O devotamento é um dos sentimentos mais belos que possue o militar; existem centenas destes exemplos, mas milhares deles são absolutamente anônimos, pois muito difícil é constatar tais fatos nos momentos terríveis e cruéis de uma guerra. Assim, pois, lembremo-nos de uma das mais extraordinarias e dignas missões da cavalaria. Uma patrulha de ponta de Rég. (a ação retardadora) é designada para fazer uma cobertura de emergencia; os seus homens são divididos em diversas direções, escalados em pequenos nucleos, em terrenos variaveis, dos quais alguns inacessiveis.

O Comt. da Rg. determina que só ás tantas horas poderão abandonar as suas posições, pois só então estarão com as suas posições consolidadas muito á retaguarda. Esta força, conforme o efetivo da coluna que se retira, será variável.

O inimigo se aproxima e é embargado em sua marcha pelos fogos inquietantes desta Cavalaria, que a detém, custe o que custar; e na maioria das vezes, chegada a hora de abandonaram as posições, já havendo muitas infiltrações do inimigo, estes heróis quasi sempre são esmagados, pela impossibilidade de atingirem ao itinerario de retirada. Na Guerra, este episodio é comum, mas os seus heróis são anônimos; só Deus pôde apreciar o sacrifício destes homens. Vejamos rapidamente um exemplo. Na nossa historia, encontrariamos,

com facilidade centenas, mas devidamente autorizado pelo nosso diretor, julgo de justiça, ao exemplificar, como uma sincera homenagem aos Dirigentes do Mackensie College, que há muitos anos, facultam com todos os meios para o que diz respeito à Defesa Nacional, trazendo rapidamente e podendo exaltar os bravos marinheiros da República Norte Americana.

"Durante o grande drama da conflagração, seguia um comboio naval, conduzindo o sangue jovem da América para as terras ensanguentadas da Europa.

Guardava este comboio, composto de inúmeros navios mercantes, uma patrulha de *destroyers* Norte Americanos.

Em certa altura do oceano, eis que um submarino germanico aparece, naturalmente com a missão de torpedear os navios que pudesse.

O Comandante de um *destroyer*, antevendo o risco que atravessava o comboio, a toda pressão das máquinas, tomou a boreste da embarcação que ia ser alvejada pelo torpedo, e recebeu de cheio o choque, ficando imediatamente avariado; o prejuízo foi menor, do que o que seria causado no simples transporte".

Que belo exemplo este, de devotamento!

Durante o grande drama da conflagração, seguia um comboio naval.

**AUDACIA** — O momento faz a audacia. A audacia a meu ver é uma modalidade da coragem; assim nem todos aqueles que são corajosos, são audaciosos, mas tão verdade também é que o militar deve ser audacioso e, virtude esta muito exigível à Cavalaria, pois a mesma é cognominada como A ARMA DA AUDACIA.

Antes de concretizarmos com exemplo, vejamos na Cavalaria um dos seus momentos mais emocionantes — o que se poderá verificar na missão de uma patrulha de reconhecimento.

Esta Cavalaria tem por escopo descobrir o inimigo.

Para tal fim ella se caracteriza pela não obrigatoriedade de itinerário. O combate para esta patrulha constitui exceção, porém uma Cavalaria em reconhecimento pode defrontar-se com uma força inimiga com missão igual. O momento é insignificante para deliberações. O comandante, tendo reconhecido à distância a força adversária, lembra-se antes de tudo de sua missão que deve ser cumprida a todo o transe. Eis um dilema que terá de ser resolvido em alguns segundos.

Combater ou não combater? O insucesso impedirá o termínio da missão, missão tão delicada, pois eles têm de ser OS OLHOS daquela coluna que espera pelo reconhecimento para poder tomar deliberações no espaço e no tempo.

Se o Com. desta encarnar em si a audacia, nada mais terá a refletir. O sabre em punho arremessar-se-á com sua força, contra o inimigo, tomando a primazia da ofensiva, não restará mais dúvida sobre o sucesso: será matemático e decisivo.

Eis afi o que pode ser a audacia.

Vejamos na nossa história alguns exemplos.

Dizia-vos eu, atrás, que para definir e realçar as virtudes militares, mais não tinha que rememorar os fatos de nossa história militar.

Realmente, basta lembrar os feitos dos nossos heróis dos campos do Paraguai que ali está, naquelas páginas homéricas, toda a glorificação das virtudes militares.

Só a "Retirada da Laguna", da lavra de Taunay, que mereceu ser traduzida em várias línguas estrangeiras e lida nas escolas públicas, é uma catalogação de todas as virtudes militares.

Basta lembrar que destemerosa coluna do Cel. Camisão teve que lutar, em sua famosíssima retirada, com três inimigos poderosíssimos e implacáveis: peste, fome e fogo e... fogo duplo — fogo de fuzilaria inimiga e fogo que se ateava à macega e que ameaçava tragá-la a cada instante e em cada pouso.

De coragem servem como exemplos edificantes, os feitos de Barroso, Caxias, Osório, Maurício, Mariz e Barros e tantos outros.

Do primeiro canta a coragem anônimo poeta patrício em versos, si não lapidares, cheios de vigor e quente patriotismo. Era o onze de Junho, em que se travou a memorável batalha naval de Riachuelo.

Vacilava a sorte de nossas armas quando imortal soldado, dominado de indomável ardor guerreiro, desembainha a sua espada, eletrisa a maruja e transfunde-lhe toda a sua coragem que decide da vitória.

Eis o soneto cantando a glória imarcessível:

"Quando ele viu, impavido guerreiro,  
Quasi vencido o patrio pavilhão,  
Rugiu raivoso e bravo como um leão,  
Surgiu na frente. No valor primeiro!

Ergueu seu porte auguste e altaneiro,  
Sentindo palpitar-lhe o coração,  
C' o glaudio a cintilar na destra mão.  
Venceu enfim o bravo marinheiro.

Desta luta gigante, em que a vitória  
Vacilou algum tempo, excelsa glória  
Ao nome invicto, cae, de Barroso!

Pois c' o a espada imortal, o prelio findo,  
Mostrar pôde aos heróis, altivo, rindo,  
O pendão auriverde vitorioso."

—  
Da audacia contá-se este feito de Maurício.

Comandava ele o Alagôas, fragil naviosinho que compunha a esquadra que forçava a passagem do Humaitá.

Nas barrancas paraguaias 420 peças assestadas vomitavam fogo sobre a esquadra.

A capitaneia seguida de outras unidades forçou a passagem.

O Alagôas que, por deficiencia das maquinas, ia rebocado, teve o cabo partido e ordem de retroceder. Não cumpriu o comandante as ordens de Tamandaré. Queria comparilhar da gloria, mas da temeridade não queria participar a maruja, a pique de revoltar-se. O bravo tenente, como exemplo de audacia, expõe-se ao fogo na torre de comando, acende um charuto e manda avançar, respondendo ao fogo inimigo.

Vence a passagem. Defronta logo Timbó. O inimigo tenta a abordagem a machadinha. Maurity varrê-o á metralha. Chega ao fim de sua temeridade e junta-se á esquadra.

Tinha cometido falta gravíssima — desobediencia. Mas a sua bravura cobre-lhe genericamente a falta que estava resgatada. O conselho de guerra absolve-o e a promoção galardoa-lhe a bravura.

De audacia, raiando já pela temeridade conta-se um feito de Dyonisio Cerqueira que, em suas memórias, dizia orgulhar-se mais de haver sido soldado do 12 — o "Treme terra" — do que dos próprios galões que ostentava.

Entrincheirada, certa ocasião, á pequena distância dos paraguaios, a nossa tropa conservava-se por longos dias em uma impaciente e dolorosa expectativa. Como feras que se respeitam reciprocamente, as colunas adversas se farejavam, faziam-se arregalhas mas quedavam-se mais ou menos inertes, como que temerosas do desfecho.

Sentinelas avançadas montavam guarda e muitas delas não voltavam.

Certo dia um camarada era encontrado baleado e morto atrás de um talude.

Dionysio prometera que, na primeira vez que lhe coubesse dar sentinelas, iria ás trincheiras inimigas. Queria examinar tudo de perto, conhecer os perigos que correriam. E cumpriu. Quando o primeiro soldado paraguaio deu com Dionysio, rente á trincheira, não teve animo de lhe fazer fogo. Rendeu homenagem á sua temeridade: deu-lhe de presente uma faca paraguaia, e um lenço, e Dionysio teve de privar-se de um cachimbo de estima, bem quilotado, para corresponder á genteza.

Na primeira formatura, interpelado sobre a procedência da faca que ostentava, Dionysio contou aos circunstantes boquiabertos, aos quais riscou tudo quanto vira no campo inimigo.

Osorio fornece exemplos de coragem indomita e de audacia temeraria, mas um dos traços que o sublimavam era o devotamento aos seus soldados, que o adoravam como a um ídolo.

Certa vez, palestravamos, á hora do rancho, em uma caçada e resvalando o assunto sobre as nossas glórias militares dissemos de Osorio: era um temerário.

Uma voz energica protestou, por traz de nós — Não senhor. Osorio era o pai da soldadesca.

Era um pobre velhinho, nosso cachorroiro, cujos antecedentes militares desconhecíamos, que, ignorante da significação do adjetivo, protestava, como a que repelir uma ofensa assacada contra seu ídolo.

Então, o veterano do Paraguai contou os desvelos do Cabo de Guerra pela sua tropa, a estreita solidariedade em que ele se entrelaçava com a soldadesca. E contou que em Curupaiti os nossos soldados passavam longos dias angustiosos, batidos pela fome e inquietados pelas pipocas do inimigo. Chega Osorio, toma conhecimento da situação e diz: "Os meus soldados não podem continuar com estes padecimentos. Arriscaremos a sorte mas os meus soldados deixam seus padecimentos". E fomos felizes.

HONRA — Chegamos finalmente, bondosos ouvintes, á corda de todas as virtudes militares que é a HONRA.

Ela está sublimada na limpidez de vossas conciencias, de imperterritos servidores da Pátria e de bons brasileiros, dignos dêsse nome. Demais, entretanto, não é que se a exalte sempre, afim de que os moços, que entram a perlustrar a carreira que já palmilhastes, alimentem por ela o mais acendrado e ininterrupto culto, a modo das vestais romanas no alimentar do fogo sagrado.

Moços que me ouvis! Filhos da terra de promissão dos nossos sonhos, dêsse Brasil encantado que adoramos, que os nossos maiores extremeceram e pelo qual deram o seu sangue generoso. Façamos nossa oração cívica no culto da Honra, como promessa formal para que saibam todos quantos nos ouvem, os nossos superiores e a Nação toda, que envergando a farda de soldado, não a deslustraremos, pois, senhores, a Honra é a conciencia serena, infléxivel e intransigente do dever cumprido. E' o altar sagrado de todas as nossas preces. E' a ara sacrossanta onde depositaremos todas as nossas oferendas, todos os sacrifícios. E' a razão de sér da nossa vida, é a nossa vida mesma, porque á síntese de todos os nossos deveres, sem cujo adimplemento pontual e intrinsigente a vida mesma não vale ser vivida. E' a vida, é a Pátria, é a dignidade humana, é centelha de divindade que Deus, fazendo-nas á sua imagem e semelhança, pôs em nós.

Vivamos com ela, se possamos cantar sempre com a alma na boca e a fé no coração, as estrofes do poeta:

"Ou morre o homem na lida  
Feliz, coberto de glória,  
Cantando em cada ferida,  
O hino de uma vitória."

# AVIAÇÃO E CAVALARIA

Pelo Cor. Newton Braga

Em 1922 escrevemos e publicamos nesta revista um trabalho pessoal sobre aviação e cavalaria: esquadrilha e D.C. em íntima cooperação na descoberta.

Eramos, naquela ocasião, aluno da Escola de Estado-Maior, fazendo o curso de revisão e, ao mesmo tempo, instrutor de observadores da Escola de Aviação Militar.

Esta situação e a de sermos, na parte de aviação, adjunto do professor de tática de cavalaria, Comandante Dalmassy, levou-nos a muito refletir sobre o assunto, amparados nas sugestões do digno mestre.

Ainda hoje conservamos as mesmas convicções e acrecido entusiasmo pela cooperação das duas armas, que se completam na exploração e fases da descoberta.

Por isso não nos furtamos à tentação de traduzir o magnífico trabalho:

*L'aviation de la Division de Cavalerie*, dada venia de seu autor, o Comandante De Drouas, que o inseriu no n.º 9, (abril de 1930), da *Revue des Forces Aériennes*, órgão das aeronáuticas militar, naval e de suas reservas, publicada com o concurso do Ministério do Ar, de França (1).

Sobre o assunto, em França, já o Coronel Daubert, desde junho de 1923, na *Revue de Cavalerie*, mostrara, numa série de artigos, o grau de atenção em que deve ser tomado.

Não basta, a nosso ver, a formação da mentalidade para o emprego das duas armas naquela fase das operações.

As discussões sobre vantagens e desvantagens da atuação, independente das duas armas, substituição de uma pela outra, etc., são devaneios academicos, que só produzem confusão e desviam a questão do ponto de vista das nossas necessidades imediatas e históricas para as surpresas da improvisação. Serão sempre estereis. Devemos ter visão mais ampla para bem ajustar a realidade.

Classificamos de espíritos limitados os que ainda pensam que a nossa cavalaria viverá num *pied à terre* contínuo e que a aviação não poderá cooperar com ela por falta de campos.

Se querem combater, combatam o híbrido infantil montado, mas não fechem os olhos às necessidades imprescindíveis de nossa cavalaria e aos seus companheiros alados, fieis camaradas, nestas regiões de milhares de quilômetros...

Além daquela mentalidade, torna-se necessária a criação e formação positiva, tangível, dos meios: cavalos, aviões, cavaleiros, avia-

dores, transmissões, para realizar o pensamento estratégico e tático no terreno, desenvolvendo temas adequados.

Isso porque a doutrina de emprégio de tais meios, a grande guerra não a pôde dar, pelas razões que expuzemos em nosso trabalho citado, e se quizermos fazer trabalho útil e proveitoso, qualquer causa capaz de despertar confiança, repetimos, devemos ir para o terreno fazer viver uma ou várias situações, dentro de um pensamento esboçando, com a imaginação sofreada pela realidade.

Então sim, os princípios comprovados terão força, e a doutrina prestígio.

Certo, a imaginação, trabalhando na combinação dos meios, pode tornar-se criadora. Mas é essencial que os meios existam, para viver na realização e, não só na cabeça do realizador, o que será a continuação de um *faz de conta* em que vimos nos iludindo há tanto tempo...

Nesta ordem de idéias, o trabalho que traduzimos serve como indicação e é proveitoso pelas sugestões que oferece.

Os meios de que dispõe a D. C. francesa dão-lhe, favorecidos pelo sistema de estradas, uma grande rapidez de movimentos, transporte e concentração de fogos: flexibilidade nos golpes e paradas, aliada à capacidade de resistência: manter uma linha, retardar o inimigo, precisando o seu contorno, etc.

A nossa D. C., efetivada a sua organização, realizará, também, com intensidade as suas missões.

As esquadrilhas são analogas.

Resta o teatro de operações. É este o ponto de partida para um trabalho proveitoso e orientador das idéias.

A diferença entre os dois é argumento poderoso em favor de nossa cavalaria e aviação, apoiada na organização e... não tenho adjetivo para os meios.

Traduzimos, depois destas rápidas observações, o trabalho do Sr. Comandante De Drouas.

Tema geral e ordens.

Em seguida a uma batalha (croquis 1), que se travou de 20 a 25 de maio, sobre o Marne, forças vermelhas de leste, tiveram que se dobrar sobre o curso do Aisne, Alto Somme de Harn a Péronne. Organizam-se e entrincheiram-se ao longo desta frente.

(1) Gauthier-Villars — Editores — Paris.

As fôrças azuis de Oeste estão momentaneamente fixadas na frente desta linha. O exército azul da ala esquerda está parado sobre a frente Moyan, Ham, Peronne; coberto á esquerda pelo Somme, cujas passagens são mantidas por fracos destacamentos até Bray-sobre o Somme, inclusive.

O alto comando azul decidiu, a partir de 27 de maio, constituir na região Ailly-sobre Noye, Molliens-Vidame, Paix, Granvilliers, Breteuil, um novo exército (\*) com quatro corpos e uma divisão de cavalaria. Os desembarques continuam e devem terminar a 1º de junho. São cobertos no Somme, entre Longueau, inclusive, e Haugest-sur-Somme, inclusive, pela 1ª D. C.

O X exército só estará em condições de operar ofensivamente, com dous ou tres corpos em 1º escalão, a 2 de junho na jornada...

#### *Boletim de informações de 31 de maio*

I — Segundo as informações fornecidas pelo exército da ala esquerda (VI e Exército), a ala direita das fôrças vermelhas engajadas sobre o Somma, mantém fortemente Péronne e o Mont-Saint Quentin, mas não ultrapassaria ao norte a linha Epeky, le Catillet, le Cateau.

II — Nossa aviação assinalou uma grande atividade nas vias férreas Valenciennes-Douai e Valenciennes-Cambrai.

Os desembarques realizavam-se nas estações á leste de Douai e ao noroeste de Cambrai, a 31 de maio, cerca de 8 horas; não tinham terminado ás 17 horas.

III. Nossa aviação assinalou uma grande atividade nas vias férreas Valenciennes-Douai e Valenciennes-Cambrai.

Os desembarques realizavam-se nas estações á leste de Douai e ao noroeste de Cambrai, a 31 de maio, cerca de 8 horas; não tinham terminado ás 17 horas.

A. Uma coluna de caminhões foi vista na estrada Valenciennes-Cambrai, na altura de Noyelles-sur-Salle.

III. Agentes serios informaram que um Q. G. funciona em Cambrai desde 31 de maio, á tarde.

Segundo informações não confrontadas, ciclistas e viaturas automoveis blindadas teriam sido vistas em Marcoing e em Marquien, a 30 de maio, á tarde.

IV. Na zona do 10º exército, a atividade da aviação inimiga manifestou-se apenas por pequeno número de reconhecimentos de dia e de noite, efetuados em particular sobre Amiens, Montdidier, Beauvais.

V. Nenhum bombardeio por aviões foi feito até o presente na zona do exército.

A aviação de caça inimiga tem estado pouco ativa ao norte da linha Canal de la Somme-Péronne-Le Cateau. Um unico reconhecimento nosso de dia foi atacado a 30 de maio, em cima de Cambrai, por uma patrulha monoplano.

*Ordem particular n. 1 para a 1ª D. C.*

Xe. Exercito.

E. M. 3ª Secção — Q. G., 1º de junho, 9 horas.

I. — II. — III... .

IV. — Missão da 1ª D. C.

Depois de substituída pelas vanguardas dos corpos de 1º escalão, a 1ª D. C. lançar-se-á na direção geral de Acheux-Croiselles-Valenciennes, com missão de reconhecer as fôrças inimigas, assinaladas em via de reunião, na zona Cambrai-Dourai-Valenciennes e de determinar sua importancia e sua atitude (ofensiva ou defensiva).

Informará a 2 de junho, antes de meio dia, sobre a presença ou ausencia de inimigo na linha Arras-Bapaume.

Esforçar-se-á em determinar se o centro de gravidade das fôrças inimigas encontra-se sobre o eixo Le Quesnay-Cambrai-Bapaume ou sobre o eixo Valenciennes-Douai-Arras.

Zona de ação:

Limitada ao norte pela estrada Doulens-Arras-Douai e a Scarpe. Limitada ao sul pela linha Albert-Fins-Le Pavé-Cornières-Le Quesnay (estes dois limites inclusivos).

V. Aviação:

1º. A 1ª D. C. disporá de uma esquadriilha de observação (10 aviões Potez 25; não organizada para os vôos noturnos) com secção fotográfica, imediatamente disponível no terreno de Poix, que lhe servirá de terreno de base.

Um terreno de trabalho para esta esquadriilha está em via de preparação em Dury; será utilizável a 1º de junho, ás 14 horas.

2º. A 1ª D. C. receberá comunicação das ordens de reconhecimento, dadas ao grupo de reconhecimento da aviação do exército, bem como dos reconhecimentos colhidos por esse grupo.

Os reconhecimentos de noite, julgados necessarios para as necessidades da 1ª D. C., serão pedidos ao exército pelo general comandante da 1ª D. C.

3º. Zona de ação da aviação da 1ª D. C.

A esquadriilha da 1ª D. C. operará na zona atribuida á 1ª D. C. e até a linha: Saint-Amand-Valenciennes-Le Quesnay (limites validos até 2 de junho, á tarde).

VI. Um centro de informações será organizado pelo exército em Amiens, a partir de 1º de junho, ás 20 horas.

Xe Exercito — Q. G., 1º de junho, 12 horas.

1ª D. C.

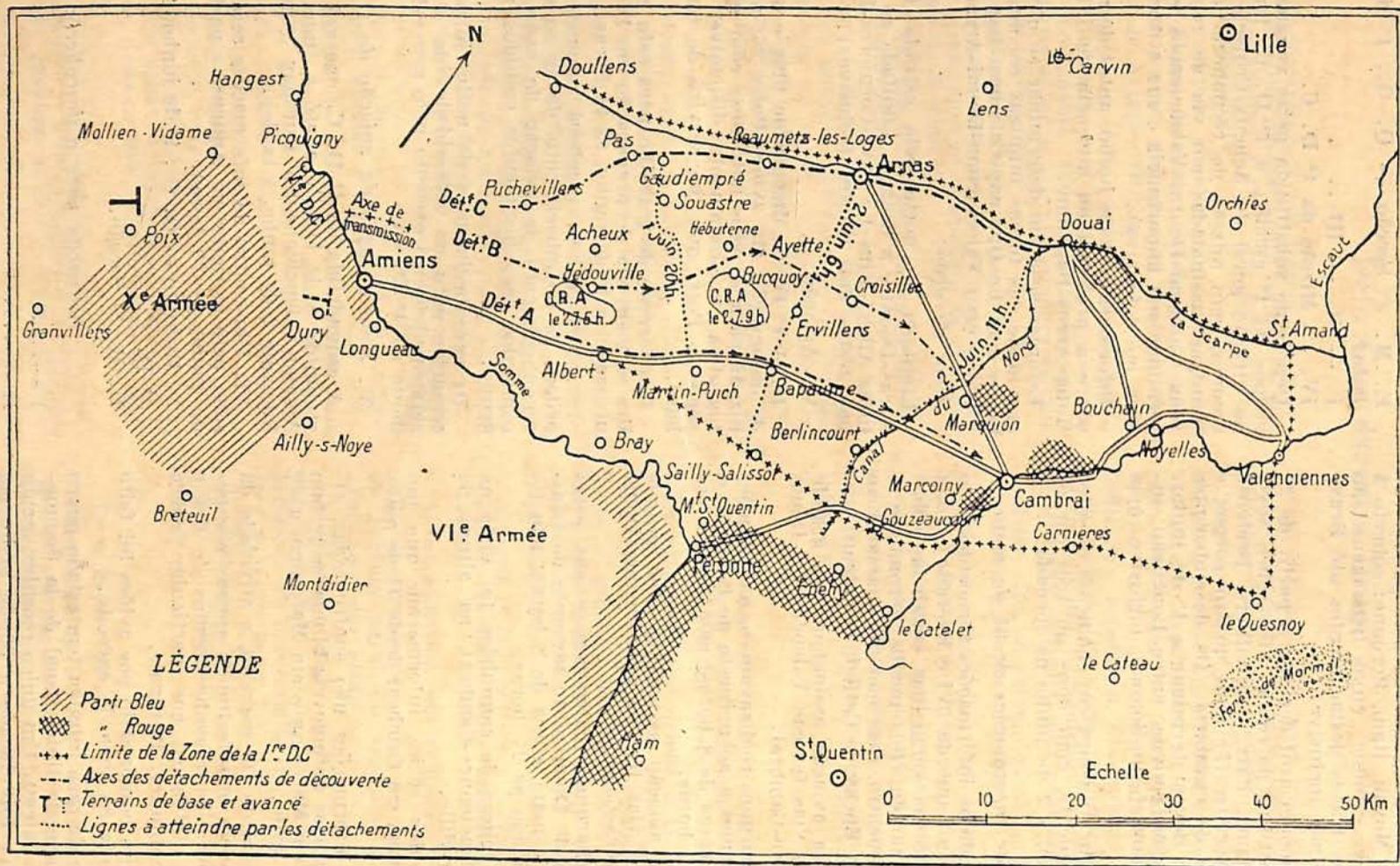
E. M. 3ª Secção.

*Instrução para a descoberta*

I —....

II —....

A 1ª D. C. deve atingir, a 2 de junho, pelas 5 horas, a estrada Albert-Acheux; pelas 10



horas, a estrada Bapaume-Arras; em fim de jornada, o canal do norte.

### III — Descoberta terrestre.

#### 1º. Destacamentos de descoberta:

DEST.	COMPOSIÇÃO	EIXO DE MARCHA	ZONA DE AÇÃO
Dist. A Ten. Cet X.	2 Esqs. 1 G. M. 1 Pel. A. M. C. 1 Posto E. 20 1 Caixa A.	Albert. Bapaume. Cambrai.	Como lembrança.
Dist. B Ch. Esqs. Y.	1 Esq. 1 G. M. 2 Pel. A. M. C. 1 Posto E. 13 1 Caixa A.	Hedouville. Ayette. Croizilles. Marquion.	Como lembrança.
Dist. C Ch. de Esqs. Z.	1 Esq. 1 G. M. 1 Pel. A. M. C. 1 Posto E. 20 1 Caixa A.	Puchevillers. Pas. Beaumetz-les-Loges. Arras. Douai,	Como lembrança.

#### 2º. Missão:

Informar sobre a presença do inimigo na sua zona respectiva.

Esforçar-se em varar a cobertura inimiga para tomar, se fôr possível, o contato com os grossos.

3º. Linhas sucessivas a atingir: 1º de junho, ás 20 horas, Martinpuich-Hèleutune-Sanastre-Gondienpré.

Os destacamentos passarão a noite de 1º para 2 de junho nesta linha.

2 de junho, ás 6 horas — Sailly-Saillisel-Bapaume-Arras.

2 de junho, ás 11 horas — Gouzeaucourt-Havincourt-Canal do norte até Douai e, ultimamente, Canal do Escaut.

4º. Os destacamentos de descoberta atravessarão o Somme, a 1º de junho, ás 15 horas.

#### IV. Descoberta aerea.

1º. Descoberta afastada (para a jornada de 1º de junho).

A descoberta afastada terá por missão:

a) reconhecer os movimentos, em direção e proveniencia de: Valenciennes-Douai-Cambrai; determinar a natureza, a importancia e o sentido destes movimentos; fotografar as estações da localidades indicadas acima;

b) reconhecer as reuniões assinaladas em Marcoing, Marqueau e, si estes foram levados para frente, determinar se eles tomaram a direção de Péronne, de Bapaume ou de Arras.

c) reconhecer as estradas e vias ferreas na zona limitada ao sul pela linha Péronne-Fins-Le Pavé-Le Quesnay, ao norte pela linha Doullens-Lens-Onchies-Saint-Amaud (estas duas linhas inclusas).

Em particular as estradas Péronne-Cambrai, Albert-Bapaume-Cambrai-Valenciennes; e as

vias ferreas Valenciennes-Cambrai-Péronne ou Bapaume; Valenciennes-Douai-Arras; Cambrai-Douai.

Todas as informações pedidas acima deverão chegar ao general comandante da 1º D. C. a 1º de junho, antes das 15 horas.

2º. Descoberta aproximada: (para as jornadas de 1º e 2 de junho).

A descoberta aproximada assegurará a ligação com os destacamentos de descoberta:

Sobre as seguintes linhas:

1º de junho, 20 horas, Martinpuich-Hébuterne-Souastre-Gaudiempré.

2 de junho, 6 horas, Bapaume-Arras.

2 de junho, 11 horas, Gouzeaucourt-Havincourt-Canal do norte, até Douai e, ultimamente, Canal do Escaut.

#### V. Transmissões:

Um C. I. A. será aberto em Hedouville (oito quilometros ao noroeste de Albert), ás 9 horas.

.....

Os postos radios dos destacamentos de descoberta deverão estar em escuta:

A 1º de junho, de 21 h. a 21 h 10 m;

A 2 de junho, de 0 h a 0h 10 m;

A 2 de junho, de 3 h a 0 h 10 m.;

Depois, nas horas impares, durante os 10 primeiros minutos da hora.

VI. O P. C. do general comandante da D. C. deslocar-se-á sobre o eixo Amiens-Hébucquoy-Ervilars-Croisilles-Marquian.

Seguirá: Execução das missões de esquadrias, no proximo número.

# O PROBLEMA DO RECRUTAMENTO E DA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA RESERVA

Pelo Major Carpentier, da M. M. F.

A forma atual da guerra, guerra total onde não se enfrentam mais sómente exercitos profissionais, não sómente exercitos permanentes, mas, as Nações inteiras com todas as suas forças, com todos os seus recursos em homens, coloca em primeiro plano na atualidade a questão do enquadramento das unidades organizadas tanto na mobilização como no correr da guerra.

E certo que quaisquer que fossem os sacrifícios financeiros admitidos, nenhum País poderia manter, em tempo de paz, um quadro de oficiais ativos permitindo enquadrar as unidades previstas pela mobilização.

E então necessário para assegurar este enquadramento, recorrer aos homens que pela cultura e pelos seus conhecimentos são naturalmente indicados para serem chefes, de que a nação dispõe.

Antes de 1914, a necessidade da criação de um quadro de oficiais de Reserva não havia aparecido com a mesma premissa.

Acreditava-se que a guerra seria de pequena duração e que caberia nela o papel principal aos exercitos do tempo de paz, em vista de seus efetivos e instrução.

Não se previa que a duração das hostilidades deixasse bastante tempo para organizar unidades de formação nova. Julgava-se que do ganho ou perda de uma batalha poderia depender a sorte da Nação.

Era preciso então, desde o tempo de paz, possuir o instrumento para travá-la com o maximo de probabilidades de bom exito. Esse instrumento era o Exército do tempo de paz com sua constituição solidá, isto é, com seu quadro de oficiais da ativa.

Não é que em França ninguém se interessasse pelo recrutamento dos oficiais da Reserva. Não, mas nem se suspeitava absolutamente da importância do papel que lhes estava reservado, no decorrer de uma guerra da duração de quatro anos.

Havia oficiais de Reserva e eles eram aliás excelentes, pois eram todos voluntários, mas eram poucos.

Em Agosto de 1914, no R. I. a que pertenci, 9º Regimento do 9º Corpo de Exército do interior, o qual só chegou ao "FRONT" a 7 de Agosto, minha companhia, à 1ª era comandada por um capitão da ativa e contava com tres tenentes da ativa, e um só 2º tenente de reserva. A proporção era a mesma em todas as companhias, e nenhuma delas era comandada por oficial de reserva.

A partir do fim de 1914, a situação mudou muito. As grandes perdas sofridas nas batalhas da Lorena, da Belgica, do Marne, do Yser, onde os oficiais levaram suas tropas ao assalto com desrespeito pelo perigo, tocando as raias do sublime (jovens oficiais saídos de S. Cyr, e que gostavam de carregar á frente de

seus homens de luvas brancas e penacho ao vento); essas perdas, repito, dizimaram os quadros do Exército. Oficiais da ativa de 2 de Agosto de 1914! Quantos cujos cadáveres balisavam os campos de batalha contribuíram com sacrifício da propria vida para deter o invasor? Dos sobreviventes, uns foram promovidos ao posto imediato, outros foram colocados nos E. M., onde seus conhecimentos encontraram uma utilização mais racional e mais adequada ao interesse geral, do que a frente de uma companhia.

De fato, quando, depois de restabelecido de um ferimento, voltei á minha companhia em 23 de Outubro de 1914, no Yser, para comandá-la, ela não dispunha, mais de um só oficial e estava sendo comandada por um ajudante de reserva.

A medida que a guerra se prolongava, e que as batalhas se sucediam, a situação dos quadros na Infantaria tornava-se cada vez mais inquietante.

Em 25 de Maio de 1915, pela manhã, em Artois, minha companhia contava com oficiais, mas eu era o unico da ativa.

Dos outros quatro que eram de reserva, dois haviam iniciado a campanha como sargentos de reserva, sendo promovidos no campo de batalha; o 3º pertencia á uma classe não convocada na mobilização e havia seguido um curso na zona do interior; este tinha de FRONT apenas dois meses.

A 25 de Maio á noite dois desses oficiais foram mortos, e a companhia ficou reduzida em seu quadro de oficiais, a dois sómente.

Após esses acontecimentos recebi reforços, onde veiu um jovem aspirante instruído num pelotão especial da retaguarda não tendo sofrido ainda o batismo do fogo. Ele foi promovido a 2º tenente ao chegar ao Regimento.

A 16 de Junho pela manhã, antes do desencadeamento da ofensiva francesa em Artois, minha companhia contava portanto com tres oficiais, mas eu continuava sendo o unico oficial da ativa.

A 16 de Junho á noite, ela estava reduzida a um só oficial, um tinha sido morto, e eu estava gravemente ferido.

Dêsse dia em diante, 16 de Junho, 1915, até o armistício, 11 de Novembro de 1918, isto é, durante mais de tres anos, esta Companhia não teve mais a sua frente um unico oficial da ativa.

No fim da guerra, a situação das armas e serviços era a seguinte:

*Infantaria* — Todos os regimentos eram comandados por oficiais da ativa; numerosos batalhões eram comandados por oficiais de reserva. A partir do escalão companhia para baixo, a quasi totalidade dos oficiais era, ou de reserva, ou de formados durante a guerra.

**Artilharia** — A artilharia não tinha sofrido perdas comparáveis ás da infantaria, mas a criação de numerosas unidades de todo calibre, imposta por seu enorme desenvolvimento no decurso da guerra ia muito além das possibilidades do enquadramento desta arma, em oficiais da ativa.

De fato, em 1918, um certo número de grupos e uma grande quantidade de baterias eram comandados por oficiais de reserva.

**Cavalaria** — Depois de Outubro de 1914, isto é, depois da corrida para o mar, a cavalaria, na frente ocidental, não teve mais emprêgo, salvo para algumas unidades a pé, até Agosto e Setembro de 1918.

Suas perdas, *em quadros*, foram, portanto, pequenas, e, em fins de 1918, a quasi totalidade dos esquadrões tinha ainda á sua frente oficiais da ativa.

**Engenharia** — A engenharia teve relativamente poucas perdas e estava mais ou menos nas mesmas condições da cavalaria.

**Aviação** — Arma nova, formada mais ou menos por elementos vindos de toda parte, contava em proporções iguais oficiais da ativa e de reserva.

Nos serviços de Intendencia, saúde, a proporção de oficiais de reserva era considerável.

Em 1918, portanto, quando o pano deceu, encerrando a maior das guerras da história, o Exército Francês, representava bem a imagem da nação em armas, todas, conforme suas respectivas aptidões trabalhavam pela libertação do território.

Ele possuia um quadro de oficiais de Reserva excelente, formado e amadurecido em quatro anos de guerra em todos os "Fronts" e sob todos os climas.

Todavia, desde 1919 o problema do recrutamento e da formação dos oficiais de Reserva torna-se objeto da solicitude do comando.

E' que a medida que os anos forem se escoando os oficiais de Reserva feitos na guerra irão desaparecendo; e conta-se que em 1930 aqueles que pela idade estivessem ainda sujeitos ao serviço, não mais poderiam servir sinão nos serviços da retaguarda e nas unidades territoriais.

Era necessário então providenciar para sua substituição progressivamente nas unidades combatentes.

O problema a resolver decomponha-se em três fases:

— Recrutar os candidatos a oficiais de reserva;

— Instrui-lo, e fazer deles oficiais;

— Durante todo tempo em que estiverem sujeitos ás obrigações militares, continuar sua formação, de modo a que estejam sempre aptos a desempenhar uma função relativa ao respetivo posto no momento da mobilização.

Vamos estudar sucessivamente estas tres fases do problema, e vêr como em França, chegou-se á dar-lhe uma solução satisfatória.

**Recrutamento dos candidatos a oficiais de Reserva** — (C. O. R.). A primeira ideia que se apresenta ao espírito é de recorrer ao volun-

tariado. A experiência prova, porém, que esse modo de agir dá resultados insuficientes: grande número de moços que não hesitam um instante em deixar família e situação para correr á fronteira quando a Pátria está em perigo, (a guerra 1914-1918 bem o demonstrou) não se emprenham em ser oficiais de Reserva, por causa das obrigações que resultam para eles (particularmente nos períodos de instrução que tem de fazer depois do licenciamento do serviço ativo).

Precisava-se portanto, encontrar um meio de atrair esses moços oferecendo-lhes vantagens tais, que compensassem os inconvenientes que acabamos de assinalar.

Decidiu-se pois, que os jovens que seguissem com éxito os cursos da Escola de Oficiais de Reserva fariam seus seis últimos meses de serviço ativo como segundos tenentes.

Era uma recompensa interessante.

Ter durante seis meses o soldo do seu posto, viver a vida de oficial, entre camaradas de um mesmo nível social, era evidentemente preferível á vida no alojamento e ao soldo modico de um cabo. Não era aliás a unica recompensa concedida aos A. O. R. ou pelo menos a alguns, como em seguida veremos. Quanto ao que diz respeito ao recrutamento a primeira ideia que ocorreu foi a de procurá-los entre os homens que por sua instrução e educação eram naturalmente indicados para serem chefes, isto é, os alunos das Universidades e das Escolas civis.

A lei do recrutamento de 1 de Abril de 1923, que fixava a duração de 18 meses para o serviço militar, organizou em todas as faculdades e grandes escolas civis a Preparação Militar Superior. Nessas escolas os alunos recebem a instrução militar durante dois anos, sob a forma de teorias, conferências, exercícios práticos no terreno, dirigidos por oficiais da ativa especialmente escolhidos.

Classificam-se esses estabelecimentos de ensino em duas categorias.

De um lado, ficam áqueles em que a preparação militar superior é obrigatória para todos os alunos em virtude do caráter do ensino professado, da natureza dos diplomas oficiais, ou equivalentes, dados no fim do curso. Contam-se 20 estabelecimentos desse gênero em França. De outro lado ficam aqueles em que a preparação militar superior tornada "facultativa", só pode ser dada a alunos preenchendo já certas condições de ensino mínimas. Existem 250 desse tipo. No fim do curso os alunos aprovados nos exames escolares farão um exame de instrução militar. Reprovados neste são incluídos num regimento onde seguem então a sorte de sua classe de incorporação. Aprovados, serão reunidos num centro de educação militar onde recebem durante seis meses uma instrução intensiva, cujo resultado é julgado no fim do ano por um exame. Os aprovados neste exame serão nomeados segundos tenentes de Reserva e como tal farão seus últimos seis meses de serviço. Os outros serão nomeados sargentos e seguirão num regimento o destino da sua classe de in-

corporação. Segundo a lei de 1 de Abril de 1923 que fixava em 18 meses a duração do serviço militar para todos os franceses, os C. O. R. saídos das grandes escolas tinham, portanto a vantagem de só passar um ano nas fileiras, do qual seis meses numa escola militar e seis como oficial; levava-se em conta com efeito o tempo relativo aos cursos de preparação superior que tivessem seguido nas faculdades e escolas fóra das horas normais de trabalho.

Esta vantagem, a contagem do tempo empregado nos Cursos de Preparação Superior, não lhes podia ser conservada sob o regime da lei de 31 de março de 1928, que reduziu a um ano a duração do serviço militar para todos os franceses. Com efeito, não se podia diminuir para os futuros O. R. a duração legal do tempo passado nas fileiras; os C. O. R. continuaram fazendo, portanto, seis meses numa Escola e seis meses como O. R. num regimento, mas os seis meses de Escola passaram a fazê-los já como segundos tenentes. Deu-se-lhes então uma recompensa material e moralmente interessante. Seja, porém, como fôr, mesmo no caso do serviço de 18 meses, este modo de recrutamento tinha o inconveniente de só interessar uma parte da mocidade do país, aquela que saía das grandes Escolas. Era uma injustiça e um erro, porque podem haver moços que, apesar de não terem diplomas das Escolas, têm entretanto uma formação pessoal e qualidades morais necessárias para serem excelentes oficiais de Reserva. Decidiu-se então que os moços do contingente incorporado que o desejassem, fossem grupados num corpo de tropa a princípio, e em seguida num Centro de instrução por Corpo do Exército, onde receberiam durante seis meses uma instrução intensiva. Ao cabo desse tempo seriam submetidos a um concurso. Aprovados, vão frequentar durante seis meses uma Escola Militar, seguindo daí em diante a sorte de seus colegas vindos das grandes Escolas. Reprovados, são mandados para um corpo de tropa e seguem a sorte de sua classe de incorporação. Tal é o regime adotado pela lei dos 18 meses, como eu o vi funcionar em França.

A lei de 31 de março de 1928, que mudou a duração do serviço militar de 18 meses para um ano, trouxe á esse regime modificações de pormenores, conservando, porém, os mesmos princípios.

Acabamos de ver que todos os A. O. R., quer os oriundos da Preparação Militar Superior, que os dos Pelotões dos Corpos de Exército, seguiam durante seis meses os cursos de uma Escola Militar.

Em 1919, quando este regime começou a ser aplicado, não se sabia bem onde se poderiam reunir os C. O. R., de maneira a lhes dar em seis meses a instrução intensiva necessária á sua formação. Foi então que o general TANANT, que comandava nessa época a Escola de S. Cyr, onde durante a guerra haviam se formado conjuntamente oficiais da Ativa e de Reserva, lembrou-se de propôr ao Ministro que os C. O. R. fossem grupados numa Escola Militar de candidatos a oficiais

da ativa, S. Cyr e S. Maixent, para a infantaria, Saumur, para a cavalaria, Poitiers, para a artilharia.

Esta idéa foi combatida por um certo número de oficiais da ativa, em nome da *tradição*. No entanto, apoiado pelo general Castelnau, antigo comandante de grupo de Exercitos durante a guerra e nessa época presidente da comissão do Exército na Câmara dos Deputados, o general Tanant conseguiu fazer triunfar sua sugestão.

Vi durante quatro anos, de 1919 a 1923, funcionar este regime na Escola de S. Cyr e posso dizer que os resultados obtidos ultrapassaram as esperanças mais otimistas. *Resultados materiais e morais*.

*Resultados materiais*, porque em lugar nenhum, sinão nas Escolas já existentes, os C. O. R. poderiam receber com mais proveito a instrução militar intensiva correspondente á formação de um oficial da graduação de 2º tenente.

Além do mais, tais Escolas possuem já material de instrução (armamento, transmissão, ótica, telemetros, educação física, etc.), que seria difícil e dispendioso pôr á disposição de varios C. O. R. dispersos. Elas têm igualmente um nucleo de oficiais instrutores especializados (armamento, transmissão, educação física), cuidadosamente escolhidos, que dão assim a todos os alunos da Escola (candidatos a oficiais da ativa ou de reserva) uma formação comum.

A unidade de doutrina em todo o Corpo de Oficiais, sejam da ativa ou da reserva, é dêsse modo plenamente realizada, pela submissão ao mesmo Chefe, o Gen. Cmt. da Escola, dos alunos da ativa e da reserva.

*Resultados morais* — Vivendo na mesma Escola, instruídos na mesma fonte, reunidos nos mesmos cursos, nas equipes desportivas, etc., nossos futuros oficiais, quaisquer que sejam seus destinos, ativa ou reserva, aprendem a se conhecer e a se estimar, resultando daí um grande proveito para o Exército e para a Nação.

Este contato continuará mais tarde na pequena cidade do interior onde o oficial da ativa tornará a encontrar seu camarada de Escola, um antigo C. O. R., feito um importante comerciante ou um advogado notável, sob a forma de relações pessoais muitas vezes mesmo familiares, como deve-se dar entre os membros de uma mesma grande família: o Exército.

O sistema adotado em França para o recrutamento e formação de oficiais de reserva tem encontrado seus detratores.

Entre as objeções apresentadas contra ele, a mais séria, ou pelo menos, a que parecia ser, era a seguinte:

Como, diziam eles, podeis formar em seis meses um 2º tenente de reserva, quando julgais preciso manter por dois anos na Escola os candidatos oficiais da ativa?

A isto pôde-se responder:

E' preciso considerar a instrução já dada aos C. O. R. nos cursos de Preparação Militar Superior (dois anos de estudo). Para a in-

fantaria, por exemplo, em instrução deve ter por fim dar ao futuro O. R. o conhecimento das armas de combate do infante (fuzil e armas automáticas); a instrução de cabo chefe de esquadra, e de um certo modo, a do sargento chefe do G. C., pelo menos no que se refere à conduta do fogo. E' então, só depois de uma *degrossissage* bastante séria, que o futuro O. R. vai entrar para a Escola Militar, enquanto que o candidato à oficial da ativa só chega apenas saído do Liceu sem a mínima instrução militar.

— A instrução militar que é necessária dar ao C. O. R. na Escola Militar, não precisa ser muito desenvolvida, deles queremos fazer 2ºs tenentes, quer dizer, oficiais capazes de comandar uma secção de infantaria, uma secção de Mtr., uma secção de engenhos de acompanhamento.

— Ao contrário, os da ativa receberão instrução de Cmt. de Bia., de Cmt. de Cia., Mtr. Nós não fazemos dos primeiros instrutores, não será seu papel; para os segundos, sim, na Escola Militar, consagraremos à formação do *instrutor* uma boa parte do tempo dos nossos alunos militares.

Enfim, a instrução geral será muito mais desenvolvida nos programas dos cursos dos da ativa do que nos dos C. O. R.

Queremos, com efeito, dar aos oficiais da ativa uma cultura geral, correspondente à sua situação de oficial. Não é o mesmo o objetivo quanto ao que diz respeito ao O. R.

Estes últimos só nos interessam quanto ao que diz respeito à sua utilização militar. Aliás, é preciso não esquecer que os O. R. têm em regra, sobretudo aqueles que saem das grandes escolas, uma sólida cultura geral e própria à sua carreira civil.

Esta cultura geral, que é acompanhada de um espírito crítico bastante desenvolvido, impõe a necessidade de cuidar muito particularmente do enquadramento das unidades de C. O. R. nas Escolas. E' preciso designar para esses postos sómente oficiais da ativa tendo qualidades indiscutíveis de instrutor, aliadas às de método, de tato, e à uma apresentação impecável, como à uma cultura geral desenvolvida.

Uma experiência de 10 anos nos provou que o sistema adotado em França para o recrutamento dos O. R. era bom, e disso tivemos confirmação pelo desenvolvimento do espírito militar nos nossos O. R. e, particularmente, pelo número de jovens oficiais de reserva desejosos de ingressar na ativa.

De facto, um certo número de jovens O. R. que antes de ingressar na Escola Militar ou no Regimento nunca tinham pensado em abraçar a carreira das armas, seduzidos durante o estágio de O. R. pelo interesse e a variedade próprios da função de oficial, pedem todos os anos transferência para os quadros do Exército ativo. Para isto conseguir, devem passar com sucesso nas provas de admissão à Escola Militar, relativas aos C. O. A., tendo sido sub-oficiais. Estes oficiais constituem uma excelente fonte de recrutamento. Em 1919, por exemplo, num total de 120 alunos recebidos na Escola Militar de

S. Maixent, uns 30 eram 2ºs tenentes de reserva e quasi todos foram classificados encabeçando as respectivas turmas. Uma vez regulada a questão do recrutamento dos O. R., o problema consistia em manter estes oficiais, após a sua saída do regimento, sempre entusiasmados, e ao par das modificações sobrevidas no armamento e ao par da evolução das idéias em voga, relativas à tática das armas e ao funcionamento dos serviços.

A lei de fato previa um certo número de períodos de instrução, numa duração total de quatro meses, em que o O. R. deve ser reincorporado.

Isso, porém, é apenas um mínimo insuficiente para garantir ao país o quadro de oficiais de reserva instruído de que ele pode vir a precisar. Creou-se, então, em cada região militar e em cada guarnição importante, um centro de instrução de oficiais de reserva de todas as armas e serviços, e em Paris, na propria Escola de Guerra, um centro para os O. R. do Serviço de E. M. Mas, era preciso atraír o maior número possível de O. R. a estes cursos, decidí-los a sacrificarem, depois do trabalho quotidiano, depois de toda uma semana de preocupações, uma noite ou um domingo para ouvirem *conferências* ou *tomas*rem parte em exercícios na carta e no terreno. Para isso era preciso oferecer-lhes certas vantagens. A atração das facilidades para a promoção, das felicitações mencionadas no Jornal Oficial, das decorações, podia interessar um certo número de fanáticos, mas é preciso reconhecer que a grande massa dos O. R. permaneceria refratária.

Fez-se necessário, portanto, achar outra qualquer coisa que constituisse uma vantagem material, tangível, e atraente. Foi o que se resolveu em França, com a instituição das *cartes de surclassement*. Esta carteira anualmente concedida ao oficial de reserva que seguir com certa assiduidade, fiscalizada, os centros de instrução, constitui um passe especial, a preços muito reduzidos nas estradas de ferro francesas. Tal medida é, aliás, um pesado encargo para o Tesouro Nacional, mas o interesse geral a justifica cabalmente. Ele produziu efeitos decisivos e os centros de instrução desde então funcionam com plena frequência. A instrução é dada por oficiais da ativa muito capazes e consiste em conferências, manobras de quadros, na carta e no terreno, visitas a fábricas, apresentação de novos materiais, passagens de *films*, viagens de história aos campos de batalha da guerra 1914/1918.

Pode-se avaliar por um fato preciso o interesse dos O. R. por estes cursos. O orçamento da Guerra, além dos créditos para os períodos de instrução obrigatórios, prevê todos os anos uma certa soma para os estágios voluntários dos O. R. nos corpos de tropa, estágio de uma duração de duas a três semanas. Depois da instituição da *carte de surclassement*, isto é, depois do afluxo dos O. R. aos cursos acima referidos, os créditos consagrados a tais estágios voluntários têm sido sempre insuficientes para satisfação de todos os pedidos.

E' uma prova do interesse com que os O. R. seguem aqueles cursos, o qual os leva

ao sacrifício mesmo de uma parte de suas férias anuais, para aperfeiçoarem sua formação militar.

No Brasil o assunto é regulado pelas leis de 15 e 21 de dezembro de 1921, cujas disposições essenciais são as mesmas das leis francesas.

Nós encontramos a distinção entre C. O. R. vindos das escolas oficiais ou oficializadas de ensino superior e os vindos dos corpos de tropa.

Nós constatamos do mesmo modo a instituição de uma preparação militar superior nas escolas secundárias e profissionais, compreendendo:

1º, instrução geral do soldado, para obtenção da caderneta de reservista de segunda categoria;

2º, instrução técnica especial militar, visando a preparação para O. R. da arma ou do serviço que se aproxime mais dos cursos da Escola.

Nós encontramos, enfim, pelotões de instrução instalados em cada Região, quer nas Escolas de sargentos, quer junto á um Corpo de tropa designado pelo Cmt. da Região. Mas, há entre a França e o Brasil uma diferença capital. Em França, o serviço militar é obrigatório e geral, e não é sómente uma formalidade, mas uma realidade.

No Brasil, a lei do serviço militar de 1923 especifica bem que todo brasileiro é obrigado á esse serviço, mas pelo jogo das isenções, do sorteio... é um número relativamente fraco do contingente respectivo que é chamado anualmente a prestar o serviço.

Como em tais condições recrutar oficiais de reserva, quando, segundo as leis de 1921, só se pôde contar com o patriotismo e a honra vontade dos jovens?

Pôde-se introduzir na legislação o princípio da obrigatoriedade para os alunos de certas escolas:

1º, de seguirem os cursos de preparação militar;

2º, de serem incorporados num Pelotão de instrução?

Isso me parece difícil; crear-se-iam assim duas classes de cidadãos: uma, a que o sorteio daria a possibilidade de escapar ao serviço militar; outra, que seria obrigatoriamente sujeita ao serviço.

E' preciso, então, modificar a lei de 1923, ou mesmo no quadro desta lei encontrar outra solução. E' preciso apelar para o sentimento do dever para com a Patria, do ideal patriótico dos jovens para os induzir a seguirem voluntariamente os cursos de preparação militar e a serem oficiais de reserva. E' uma questão de propaganda, que deve dar resultado. Por outro lado, é necessário dar ao O. R. vantagens para compensá-los do ano de serviço militar que eles poderiam bem deixar de fazer. Podem-se dar aos O. R. vantagens análogas áquelas que existem em França, por

exemplo, um passe de circulação nas estradas de ferro e nas companhias nacionais de navegação, com direito a redução nos preços das passagens? Isto me parece inteiramente possível. Outras vantagens poderiam ainda ser concedidas aos O. R.: é uma questão a estudar. Por exemplo:

Supressão das taxas de inscrição nos exames nas faculdades, ficando entendido que os C. O. R. que não obtivessem o diploma de preparação militar superior seriam obrigados a pagar as mesmas taxas.

Isenção de taxas de tese. Isenção de certos impostos. Uma certa percentagem nos empregos públicos, reservados aos O. R., etc.

Pontos suplementares concedidos aos oficiais de Reserva em certos concursos de admissão, etc.

De acordo com a lei de 1921, os C. O. R. se reunem em pelotões regionais. As razões invocadas em França para reunir os C. O. R. de uma mesma arma num mesmo centro de instrução são válidas no Brasil.

Será possível reunir todos os C. O. R. na Escola Militar do Realengo? Seria desejável, mas é impossível, por questões de aquartelamento.

Porém, deve ser possível grupá-los na Vila Militar. Lá seria um lugar ideal; localizado no meio das Escolas de Oficiais da ativa de todas as armas; perto de um campo de instrução, disposto de tropas de manobras de élite, constituídas pelo batalhão de infantaria, o regimento de cavalaria e o grupo de artilharia da Vila Militar, com efetivos reforçados. Eles poderiam tomar parte nas manobras organizadas nas diferentes escolas, podendo usufruir ainda do ensino por oficiais instrutores especialistas de certas Escolas (por exemplo, Centro de Transmissões, Carros de combate), e, assim, o *Centro de Instrução dos O. R.* daria ao Exército brasileiro oficiais de reserva de um valor militar incontestável.

A preparação militar superior nas grandes escolas e faculdades é regida pela lei de 1921. Ela poderia comportar um programa de estudos em dois anos, de maneira que os jovens ao chegarem ao Centro de Instrução dos O. R. possuissem os conhecimentos relativos ao comando do Grupo de combate na Infantaria e Cavalaria e ao chefe de peça na Artilharia. A duração do estágio no *Centro de Instrução* poderia ser então de oito meses.

Os O. R. aprovados nos exames de fim de curso no *Centro* seriam nomeados segundos tenentes de reserva e serviriam então quatro meses num Corpo de tropa. Aliás, este total de 12 meses de serviço ativo corresponde á duração do serviço exigido ao C. O. R. pela lei de 1921.

Quanto ao que diz respeito ás armas especiais (aeronáutica) e aos serviços (intendência, saúde, serviço veterinário) os seus C. O. R. seriam grupados na Escola de candidatos a oficiais da ativa da arma ou serviço em questão.

Pôde-se objetar como se deu em França: parece difícil poder formar em oito meses um segundo tenente de reserva, enquanto se exi-

# A PROGRESSÃO SOB O FOGO DA INFANTARIA

Cap. D'OLCE

TRADUZIDO DA REVUE "d'INFANTERIE"

Pelo 1º Ten. Augusto Sevilha

Na instrução individual do soldado, bem como na instrução do grupo para o combate, uma das partes mais importantes a ensinar, sem contestação, é a maneira de progredir sob o fogo da infantaria.

As condições gerais desta progressão são nitidamente fixadas. O deslocamento se executa de posição de tiro em posição de tiro e se faz, ora ao passo por caminhamentos, ora de coberta em coberta, por lanços ou rastejando.

Entretanto, estes movimentos por lanços ou rastejando, as duas maneiras de progressão mais frequentemente utilizadas no combate, não são, quanto às condições de execução, objeto de nenhuma regra precisa. Parece, no entanto, necessária sua existência. Desta lacuna promanam a incerteza muitas vezes verificada e os erros frequentemente revelados no comando dos grupos e respectivos deslocamentos, no decorrer dos exercícios de combate.

Se as faltas não cometidas no campo de exercício, é mistério não concluir que resultam exclusivamente do não se sentir a ação do fogo inimigo, e que, consequentemente, elas desapareceriam, por si mesmas, no campo de batalha. Enganar-se-ia redondamente. Não basta expôr-se ao fogo para saber evitá-lo. Tem-se dito bastante e a experiência sempre confirmou: o homem na guerra só faz o que sabe fazer perfeitamente no campo de manobra. A progressão sob o fogo da infantaria escapa ainda menos a esta regra, porque, de todas as ações de combate, é a que reclama, não só mais coragem, sangue frio e vontade, mas também o saber fazer. Consequentemente, se o homem, desde o tempo de paz, não for colocado deante de uma situação de combate bem clara e habituado a progredir da maneira mais bem apropriada, preparam-se as maiores desilusões no campo de batalha. Aqui, linhas inteiras se deterão logo que recebam as primeiras balas por não saberem os homens e os graduados a conduta que devem manter; buscarão na sua ignorância todas as desculpas para a maior pusilanimidade; ali, comandantes de grupo e soldados, temerários ou precipi-

tados, sem nenhuma regra, nenhum reflexo para os guiar, farão massacrar seu pessoal e a si mesmos, inutilmente.

E' indispensável, pois, adotarem-se, para as progressões por lanços e rastejando, sob o fogo da infantaria, regras precisas e de aplicação simples e prática, ao mesmo tempo no terreno de exercício, como processo de instrução, e no campo de batalha, como norma de conduta.

Tentar determinar estas regras é o objetivo do presente estudo. Já que elas devem encontrar seu emprêgo na guerra, serão apresentadas de tal forma que correspondam às situações de fácil apreciação pelo homem sob o fogo e que exijam, para ser aplicadas, um esforço mínimo de reflexão e compatível com as emoções do campo de batalha. Isto quer dizer que aqui só raciocinaremos no ponto de vista do combatente.

## 1 — A progressão por lanços sob o fogo da infantaria

O estudo da progressão por lanços deve ressaltar:

1º. As regras gerais da progressão por lanços;

2º. As regras de execução, por uma fração (1), da progressão por lanços.

### 1º. Regras gerais da progressão por lanços

A progressão por lanços, encarada sob o ponto de vista geral, apresenta dupla questão: a sucessão dos lanços, a execução do lance.

De inicio, que compreendemos exatamente por lance? O lance é um deslocamento repentino, de duração variável, mas relativamente curto. O homem se ergue de repente, corre durante alguns instantes, depois se cola ao terreno. Assim pôde escapar ao fogo inimigo, se já estiver deitado quando as balas passa-

(1) Grupo ou por esquadras.

mação de um corpo de oficiais de reservas numeroso e instruído. Considerando a forma da guerra moderna é um problema capital e que se impõe à todas as Nações.

Todas devem resolvê-lo inspirando-se nas próprias tradições, mas há um princípio básico e comum:

"Conciliar o interesse geral da Nação com os interesses particulares dos indivíduos".

gem três anos de estudos para um C. O. A. no Realengo. Os argumentos que já apresentei para o caso da França são integralmente válidos para o Brasil.

Procurei neste estudo realçar a importância do problema do recrutamento e da for-

rem no local em que se encontra. Tais são o mecanismo e o objetivo do lanço.

Desta definição pôde concluir-se que a *sucessão* dos lanços deve ser rápida. O espaço que separa duas cobertas será transposto numa sequência de lanços, o homem só se deitando para imediatamente levantar-se. Colado ao terreno, mas, à vista do inimigo, é muito vulnerável por causa da imobilidade. Será, portanto, atingido se a parada se prolongar demasiadamente. E, mesmo que fique parado alguns momentos, dá ao inimigo o tempo de visá-lo antes do começo do lanço e corre, por conseguinte, o risco de receber a rajada durante o movimento.

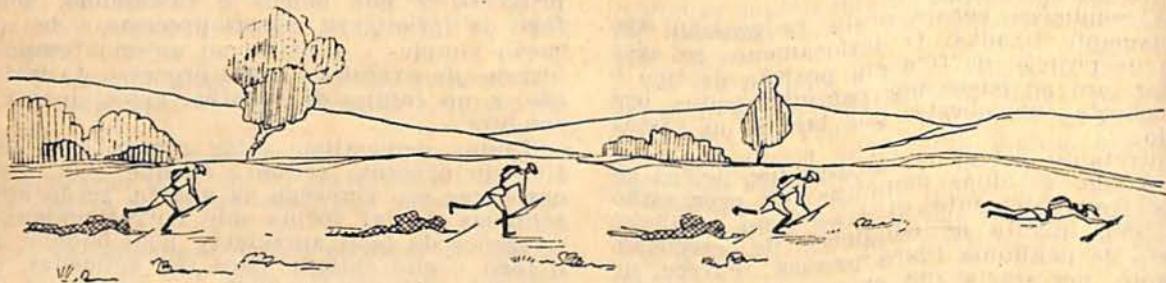


Fig. 1

*A sucessão dos lanços.* O homem transpõe o terreno que separa duas cobertas por uma série de lanços. Deita-se e levanta-se imediatamente.

Ha apenas uma exceção para esta regra: o homem, quando recebido por uma chuva de balas, só tem uma causa a fazer — enterrarse no solo, com todas as forças, não mais se mexer, fingir-se morto e não é mais o momento de prosseguir por lanços.

As paradas nas cobertas devem ser curtas tanto quanto possível. Evite-se qualquer perda de tempo durante a progressão. Logo que o homem teve o repouso suficiente, se o fogo inimigo o permitir, retomará a progressão por lanços, para alcançar a coberta seguinte. Mais adiante será indicada a maneira pela qual se aquilatará do valor do fogo inimigo, mas ocorre assinalar, desde já, que cada calma, cada diminuição do fogo se aproveitam para progredir. Entretanto, quando a coberta se confundir com uma posição de tiro, será preciso, antes de partir, considerar se o apoio de fogo que fornece às unidades vizinhas pôde cessar sem inconvenientes.

O estudo da *execução do lanço* só se referirá à duração e à velocidade. A execução prática do lanço, a partida, a parada são bem conhecidas e regulamentadas; sobre elas é inútil insistir.

Os dois fatores, duração e velocidade, são determinados por certas condições que é preciso ressaltar imediatamente.

A duração é função do tempo que se escôa entre cada rajada do fogo inimigo. Isto resulta da própria definição do lanço.

A velocidade deve procurar satisfazer as três seguintes condições:

1<sup>a</sup>, ser diretamente proporcional à eficácia do fogo inimigo. E' óbvio que, à medida que

o fogo inimigo se opuser cada vez mais à progressão, se deve ir duma coberta para outra mais depressa; tirar, pois, um proveito crescente do lanço, ganhando, no seu decurso, cada vez mais terreno, isto é, aumentando cada vez mais a velocidade. Uma outra razão para assim ser é que todo aumento da eficácia do fogo se traduz quasi sempre pela diminuição da duração do lanço;

2<sup>a</sup>, poupar, ao máximo, as forças dos homens, afim de que estes estejam, na ocasião do assalto, em condições de fornecer ainda um esforço serio;

3<sup>a</sup>, permitir a maior utilização do fogo de apoio. Avança-se com a máxima rapidez,

dando ao lanço a maior velocidade, desde que se desencadeou o fogo de apoio, aproveitado ao máximo. Trata-se, com efeito, de aproveitar o mais possível a diminuição do fogo inimigo, originada pela ação de apoio, vantagem que só pôde ser momentânea, e de economizar munição. Neste caso, a velocidade do lanço deve ser aumentada além da que a eficácia do fogo inimigo exigiria realmente.

A primeira e a terceira condições não estão em oposição, pois que essa, sendo satisfeita, aquela também o será sempre. Mas a segunda, economia de esforço, se opõe simultaneamente á primeira e á terceira. Como realizar-se esta conciliação, que se impõe, afim de atingir-se resultado prático?

E' mistério notar, em primeiro lugar, que a economia do esforço deve ceder deante da obrigação de proporcionar-se a velocidade do lanço á eficácia do fogo inimigo. Não se pôde tergiversar neste assunto. No combate, antes de mais nada, é preciso que se avance e o mas que se puder. Fica, pois, o separar a economia de esforço e a utilização máxima dos fogos de apoio. Isto é possível e se acomoda, aliás, melhor do que á primeira vista se poderia acreditar.

Consoante a distância do inimigo, um dos princípios deve sobrepôr o outro. Longe do inimigo, é o princípio da economia do esforço que domina. Nesta parte do campo de batalha é necessário poupar, o mais possível, as forças dos homens, se se quizer que eles se emprenhem com vigor no combate aproximado. A velocidade dos lanços será exatamente relativa á eficácia do fogo que se sofre; todas as vantagens para a economia das forças, porque nestas regiões o fogo inimigo será, em geral, pouco intenso.

Mas se se agir assim, será sacrificado o fogo de apoio? Na maioria dos casos em nada será.

Longe do inimigo, efetivamente, esse fogo será pouco numeroso ou pouco eficaz, devido à inexistência de informações sobre os objetivos a serem batidos. Haverá, portanto, raras ocasiões de utilizar-se-lhe a ação.

Perto do inimigo, ao contrário, o emprêgo máximo do fogo de apoio deve ser a primeira preocupação, o esforço pedido aos homens relegado para segundo plano. Graças a este fogo é que a progressão se torna possível, ele é a condição essencial de todo movimento. E' mister, pois, pela velocidade do lance, utilizar aquele fogo a fundo. Mas, ainda aí, a contradição entre os dois princípios é mais aparente que real. As médias e pequenas distâncias, o fogo inimigo, só ele, exigirá a maior rapidez da progressão. E de tal maneira que, na realidade, a economia do esforço não será absolutamente sacrificada, mas será apenas proporcional à importância do fogo inimigo.

No que precede, fez-se referência à distância do inimigo e aos termos: "Longe" e "perto". E' necessário definí-los.

Segundo os regulamentos alemães, as grandes distâncias começam de 800 metros. Esta distância corresponde ao último alcance eficaz da metralhadora leve alemã (1). Dado que esta arma fornecerá uma muito importante parte do fogo da infantaria no campo de batalha, poderá admitir-se que a expressão "lon-

ge" unica, só deve ser empregado quando não houver nenhuma dúvida sobre a posição da gerba, e é, diz ele, exceção (2). Em todos os outros casos, o tiro é feito com uma ceifa de 100 metros de profundidade. Tal proceder redonda em aumentar-se muito sensivelmente a dispersão e, consequentemente, tirar ao fogo da metralhadora pesada parte da eficácia. Ora, pode admitir-se que, a partir de mil metros, sempre será difícil determinar a posição da gerba; em resultado, é só aquem desta distância que o fogo inimigo terá todo valor.

Tem-se, pois, o direito de concluir que a expressão "longe do inimigo" se aplica às distâncias superiores a mil metros e a "perto do inimigo" às inferiores.

E' possível fixar-se agora as regras de progressão por lances em função da eficácia do fogo inimigo.

No combate dois casos podem apresentar-se:

1º, o fogo inimigo está completamente neutralizado pelo fogo de apoio;

2º, o fogo inimigo está realmente desencadeado.

No primeiro caso, devem pôr-se em ação todos os meios para aproveitar tão preciosa vantagem.

A duração do lance deve atingir o limite máximo. O espaço que separa as cobertas será transposto, sem parar, num único lance.

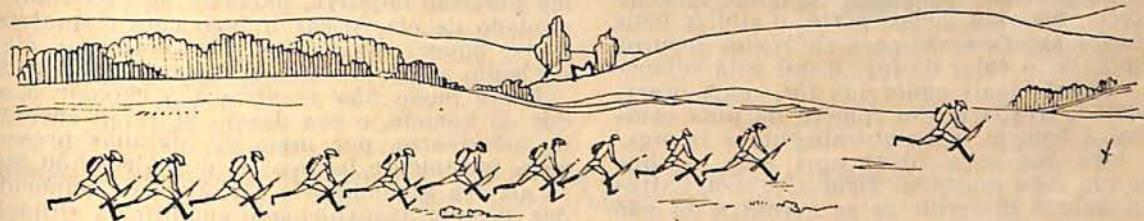


Fig. 2

"gee do inimigo" se aplica às distâncias superiores a oitocentos metros. E' preciso, entretanto, contar com o tiro das metralhadoras pesadas, de ação eficaz mais longinqua. A maneira de tiro desta arma permite fixar-lhe o

Fig. 2. Longe do inimigo, os fogos completamente neutralizados pelo tiro do grupo de metralhadoras M, o grupo em coluna por um progressa para a coberta num só lance e em acelerado.

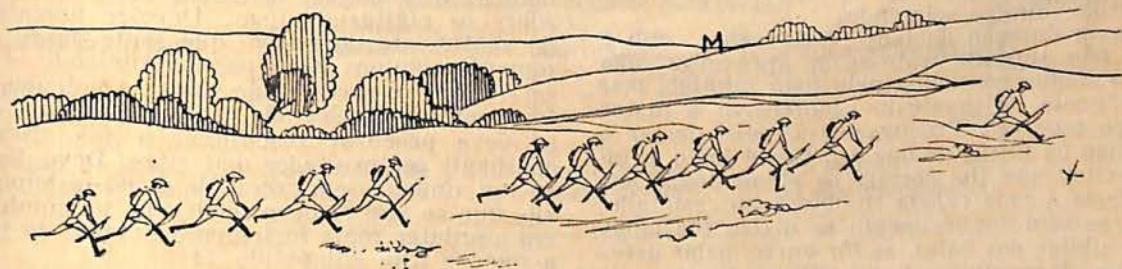


Fig. 3

limite de ação. O regulamento alemão prescreve que o tiro da metralhadora pesada, com

Fig. 3. Perto do inimigo, o fogo completamente neutralizado pelo tiro do grupo de metralhadoras M, o grupo, formado por esqua-

(1) Regulamento alemão de instrução de infantaria. Fase II, n. 182: "A metralhadora leve não se presta aos tiros de longa duração nem aos efetuados às grandes distâncias. Atira em rajadas curtas, três a oito tiros, obtendo o melhor rendimento nas distâncias inferiores a 800 metros.

(2) "Der Infanterist", tit. XVII-A, paragrafo 12. O tiro sem ceifa é exceção. Só será empregado quando não houver nenhuma dúvida sobre a posição da gerba.

dras, progride para a coberta num só lance e correndo.

A velocidade será função da preocupação de economisarem-se as forças dos homens. Longe do inimigo se progredirá, não a passo, como indicaria a inação inimiga, mas em acelerado; a velocidade não será mais forçada porque, aí, o princípio da economia do esforço deve ser respeitado em toda medida do possível. Perto do inimigo, pelo contrário, o princípio da utilização do fogo de apoio, se impõe em primeira plana, é correndo que se avançará de coberta em coberta.

No segundo caso, sob fogo efetivamente desencadeado, a progressão se procede levando em conta sua eficácia. Esta é função da precisão e da densidade do fogo. Por densidade, comprehende-se, aqui, a rapidez das rajadas mais que a quantidade de balas, chegando em um dado tempo.

Sob o ponto de vista da progressão, é evidentemente a precisão quem determina, em primeiro lugar, o valor da eficácia do fogo. Só se levará em consideração a densidade se já se contar com a precisão. Em consequência, dois casos devem, de início, ser considerados: a progressão se efetua sob o fogo ajustado ou não.

O homem, no combate, pôde reconhecer se o tiro do inimigo é ajustado. As balas, tocando o terreno mais ou menos perto, o sibilar mais ou menos agudo, serão para ele meios seguros de aquilar o valor do fogo a que está submetido. Quanto mais aguerrido fôr, mais precisamente o avaliará. No começo de uma campanha, o homem terá naturalmente a impressão, logo que ouça silvar uma bala, de que sofre um fogo ajustado. Bem depressa, entretanto, saberá discernir se se encontra ou não numa zona realmente batida.

O lance sob fogo não ajustado é, não, ha necessidade de dizer, sempre possível. Sob a consideração da vulnerabilidade, as condições são as mesmas que quando o adversário está reduzido ao silêncio, pelo fogo de apoio. A velocidade do lance é identica. Aqui também, longe do inimigo, o lance se fará em acelerado, perto do inimigo, correndo.

Mas a duração do lance é diferente. Sob o fogo não ajustado trata-se de aproveitar, não só da tregua concedida pelo fogo inimigo, mas igualmente de mantê-lo inofensivo o maior tempo possível. Procurar-se-á, pois, deixar o inimigo na ilusão de que seu tiro é justo, afim de evitar que lhe corrija os elementos. Deitando-se a cada rajada se obterá tal resultado; dela se terá conhecimento se o tiro fôr longo pelo sibilar das balas, se fôr curto, pelas detonações da partida. Nesta última hipótese, o fato de deitar-se poderá pôr ao abrigo, numa certa medida, dos ricoschetes que alcançassem a região em que se progride.

A progressão sob fogo ajustado é ainda possível, com a ressalva de que este fogo não ultrapassa certa densidade.

A determinação exata da densidade do fogo é praticamente impossível pelo combatente. Já seria difícil avaliá-lo de modo preciso por meio de considerações puramente objetivas; com mais forte razão, deve reconhecer-se que o problema é insolúvel se notarmos que ele é

função dum importante fator psicológico. Com efeito, segundo seu temperamento, os homens calcularão diversamente a densidade do fogo a que estão submetidos. Um homem bravo avaliará pouco denso o fogo que um outro, menos corajoso, achará denso e que um terceiro muito ousado, considera, ao contrário, como muito pouco denso.

Contudo, dada a impossibilidade de se poder caracterizá-los exatamente, é permitido reconhecer que há diferentes densidades de fogo e dar-lhes denominações particulares, e, segundo os casos assim encarados, indicar o que é possível fazer em vista da progressão. Esta classificação, por assim dizer virtual, em nada falsa a avaliação do fogo pelo combatente. Oferece-lhe simplesmente o meio de catalogar a impressão que lhe causa o fogo inimigo e, pelo nome atribuído a esta impressão, saber imediatamente e sem outra reflexão, o que deve fazer.

Distinguem-se, pois, duas espécies de fogo: *fogo denso* e *fogo fraco*, e apresentam-se as seguintes regras:

1º. Sob fogo denso, não se progride;

2º. Sob fogo fraco, pôde progredir-se por lances.

Assim, definindo-se o fogo por estes termos muito gerais: denso, fraco, e sem dar nenhuma precisão objetiva, deixa-se ao executante o cuidado de classificar o fogo com o qual tem de se haver. Mas, feita esta avaliação, ele é obrigado a agir de uma maneira determinada.

Deste modo não se arrisca a cercear o ardor do homem, o seu desejo de ir ao encontro do adversário, por meio de algumas prescrições, puramente teóricas e abstratas. Não mais se arrisca a conduzi-lo à prática de temeridades, porque, transformado em juiz da situação, nada o obriga a não moldar sua ação aos efeitos do fogo que ela verifica. Arrisca-se, ao contrário, a ver o homem atribuir ao fogo que sofre uma importância superior ao valor real. Mas, se assim suceder, não será culpa das regras apresentadas. Tal fato dependerá exclusivamente da falta de preparação moral do homem, que não foi instruído suficientemente sobre os efeitos do fogo. Deve-se precatá-lo do sentimento do perigo que sente desde que somente algumas balas passem sibilando, e dizer-lhe que é preciso não julgar a potência do fogo por impressões não raciocinadas, mas que se deve procurar reconhecer a sua eficácia consoante os resultados materiais. Deve dizer-se-lhe ainda, e sem receio de torná-lo temerário, que se tem sempre tendência, no combate, em aquilar mais fortemente o valor do fogo a que se está submetido (1).

(1) Em 1914, não foram os homens, espontaneamente ou arrastados pelos graduados, que partiram para o assalto a 500 metros e mais do inimigo. Eles somente, leal e bravamente, seguiram seus oficiais, entre os quais, inúmeras vezes, se encontrava o coronel. Este proceder não deve, pois, fazer temer que se desenvolva demasiadamente o espírito ofensivo do homem. Nunca o será demais. O fogo é um moderador soberano. É preciso não confundir o espírito ofensivo do homem e o espírito ofensivo

Como executar-se o lanço sob fogo ajustado e fraco?

Sabe-se que, progredindo por lanços, se procura estar colado ao solo no instante em que passam as balas inimigas. Desde que o homem se ergue, o inimigo o visa, ou mais frequentemente modifica ou retifica a pontaria da arma, arma quasi sempre automatica, de pontaria normalmente bastante estavel, e a bala atinge o homem após um lapso de tempo que é a soma dos momentos empregados em fazer a visada e da duração do percurso do projétil. Nas melhores condições, uma visada cuidadosa exige pelo menos dois segundos (2). Por outro lado, a duração do trajeto da bala, tomado para as diferentes distâncias consideradas o algarismo mais baixo, pôde ser igual a:

Zero segundo abaixo de seiscentos metros;  
Um segundo entre seiscentos e mil metros;

Dois segundos acima de mil metros;

o que dá, em cada uma destas distâncias, respectivamente, uma duração total de dois, três e quatro segundos para o lanço. O tempo necessário para o homem deitar-se, podendo, entretanto, ser avaliado, no maximo, em um segundo, sobram, para progredir efetivamente durante o lanço, um, dois ou tres segundos, conforme o caso.

O lanço será executado com a maxima velocidade e viu-se que a velocidade do lanço era diretamente proporcional á eficacia do fogo.

Assim, admitindo-se que o homem em uniforme de campanha percorra cem metros em vinte segundos, velocidade que parece normal a amplitude do lanço será, segundo a distância do inimigo, de cinco, dez ou quinze metros (3).

#### QUADRO DANDO A DURAÇÃO E A VELOCIDADE DO LANÇO EM FUNÇÃO DO VALOR DO FOGO INIMIGO

	FOCO NÃO AJUSTADO	FOGO NEUTRALIZADO PELO FOCO DE APOIO	FOGO AJUSTADO	
			Fogo fraco	Fogo denso
1º — Longe do inimigo (acima de 1.000 metros):				
Duração do lanço . . .	Deitar-se a cada rajada e partir imediatamente.	Um unico lanço dum a coberta para outra.	15 metros . . .	
Velocidade do lanço . . .	Acelerado . . . . .	Acelerado . . . . .	Toda velocidade	
2º — Perto do inimigo (entre 600 e 1.000 metros):				E' impossivel qualquer progressão.
Duração do lanço . . .	Deitar-se a cada rajada e partir imediatamente.	Um unico lanço dum a coberta para outra.	10 metros . . .	
Velocidade do lanço . . .	Correndo . . . . .	Correndo . . . . .	Toda velocidade	
Abaixo de 600 metros:				
Duração do lanço . . .	Como acima . . . .	Como acima . . . .	5 metros . . .	
Velocidade do lanço . . .	Como acima . . . .	Como acima . . . .	Toda velocidade	

do chefe. O chefe deve, e tanto mais quanto menos diretamente estiver exposto aos efeitos do fogo, esforçar-se por aliar o sentimento do possivel ao espirito ofensivo que deve animar todos.

(2) Não se leva em conta, aqui, o tempo preciso para apontar porque, na maioria dos casos, as armas empregadas serão armas automaticas de pontaria suficientemente estavel para que a direção d'este movimento seja negligenciada. Trata-se de determinar, para a duração do lanço, dos tempos minima, unicos válidos em qualquer situação.

(3) Estas conclusões devem comparar-se com a seguinte passagem do: "Der Infanterist", t. XII, paragrafo 7º-A, n. 161: "Um inimigo atento espeta o momento em que o homem se vai lançar para frente. Seu movimento só pode consistir numa sequencia de lanços muito curtos, executados com a rapidez do relampago. Nas pequenas distâncias os lanços têm uma amplitude de 10 a 15 metros e em certas circumstancias de cinco a oito metros. Assim, o inimigo tem, sem dúvida, o tempo de assestar a arma e, talvez mesmo, de visar; mas, quando fizer partir o tiro, o objetivo já desapareceu".

2º. Regras de execução, por uma fração (1), da progressão por lanços.

As regras gerais precedentes se aplicam naturalmente á progressão duma fração. Esta progressão comporta, entretanto, outros processos particulares de execução, cujo emprégio deve ser determinado.

Uma fração pôde progredir por lanços executados, quer por todos os homens ao mesmo tempo, quer homem a homem.

E' desnecessario indicar o que se comprehende por "lanços executados por todos os homens ao mesmo tempo". E' movimento bem conhecido. Ao contrário, é preciso caracterizar em que consiste a progressão por lanços "homem a homem".

Neste movimento, os homens partem sucessivamente da coberta distanciados de 10 a 15 metros, depois progridem por lanços, pela propria iniciativa e sem ligar o movimento ao dos vizinhos, até a coberta seguinte. A fração dispersada numa certa profundidade se desloca por assim dizer, em bloco, não dum só e mesmo movimento, mas por movimentos elementares. Esta maneira de progressão não consiste, pois, em se conduzir, um homem após outro, homem por homem sucessivamente duma coberta para outra, como se o acredita algumas vezes. Tal maneira de progredir não deve ser empregada, em princípio, porque conduzirá, sob pretexto de não oferecer um obje-

tas, seja muitas vezes sobre uma muito grande profundidade. Resultará, pois, que a fração escapará mui depressa a qualquer ação do comando e se arriscará a não mais poder reagrupar-se. Além disso, os homens que partem primeiro estão em breve fóra de qualquer proteção e á discreção da mais simples surpresa. Contudo, quando a distância entre as duas cobertas é insignificante, cerca de 30 a 40 metros, a fração pôde transpô-la, evidentemente, por "homens sucessivos", visto não resultar nenhuma consequencia desgradável nem para o comando e o reagrupamento da fração, nem para a segurança dos homens.

Todas as ações de fogo inimigo, sendo iguais, os dois modos de progredir apresentam vantagens e inconvenientes justamente opostos. Progridindo por lanços, todos os homens simultaneamente, a fração tem a vantagem de sempre estar efetivamente comandada. O chefe está permanentemente em condições de arrastá-la para frente e de conservá-la em boa direção. A velocidade da progressão tambem é aumentada sensivelmente. Todos os homens chegam á coberta na mesma ocasião, repousam no mesmo tempo e a duração da parada não é prolongada além do periodo indispensavel ao repouso. Esta maneira de progredir tem, entretanto, o inconveniente de oferecer ao adversario um grande objetivo que, forçosamente lhe atrairá a atenção e lhe será facil visar.

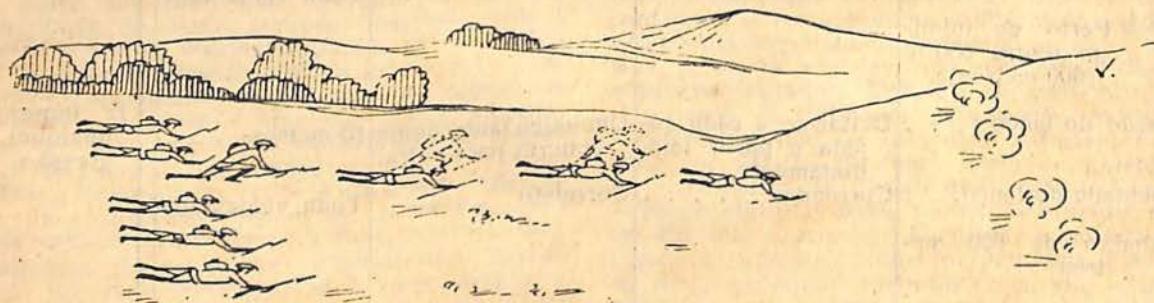


Fig. 4

Longe do inimigo, se o fogo deste fôr curto e não ajustado, o grupo avança de coberta em coberta, por esquadras em coluna por um. O lance é feito por todos os homens ao mesmo tempo e em acelerado, deitando-se a cada rajada e partindo imediatamente

tivo importante ao inimigo, á dispersão da fração em todo trecho que separa as duas cobertas,

(1) Grupo ou esquadras. Os casos em que convém fazer a progressão, seja o grupo ao mesmo tempo, seja por esquadras, não são tratados aqui. Esta questão é, com efeito, de especie puramente e sâe, por consequencia, do quadro de estudo, que ob-

Na progressão "homem a homem" não se realiza o comando da fração durante o lance,

jetiva estabelecer somente regras gerais. Trata-se de determinar, uma vez fixado o efetivo da fração que deve avançar, as regras de execução do avanço por lanços para esta fração.

momento em que ele se impõe. Em cada coberta a fração se deve reagrupar e permanecer até que o último homem chegado tenha normalizado a respiração, o que prorroga o tempo de parada e tanto retarda a progressão. A fração, entretanto, reduzida durante a travessia do terreno, que separa as cobertas, a poeira de homens, escapa, num certo limite, a observação e, principalmente, constitue não um unico e enorme objetivo, mas diversos bem distintos, contra os quais o inimigo só pode agir dispersando o fogo.

Das características destes dois modos de progressão decorrem as respectivas condições de emprego. O fogo, grande senhor do campo de batalha, é quem impõe a escolha da maneira de progredir-se, antes de qualquer consideração de comando e de velocidade. Estas considerações devem, entretanto, retomar seus direitos desde que a ação do fogo o permita.

O fogo inimigo tem ação nula quando *neutralizada* pelo fogo de apoio ou quando não ajustado. Nestes dois casos os lanços serão executados por todos os homens ao mesmo tempo, porque, assim, o comando da fração é mais bem assegurado e a progressão mais rápida.

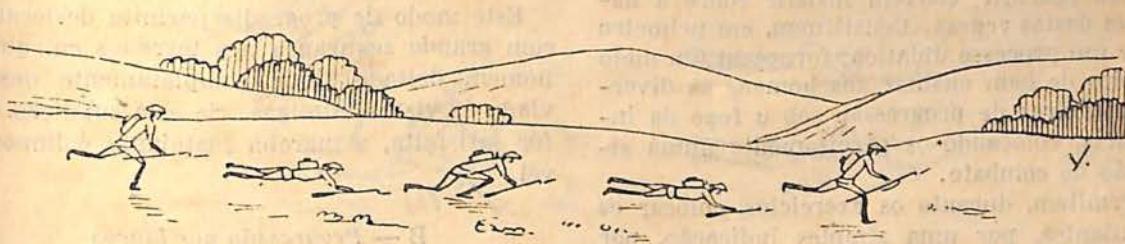


Fig. 5

Longe do inimigo, sob fogo fraco e ajustado, a esquadra em coluna avança duma coberta para a seguinte por lanços de 15 metros, executados homem a homem e a toda velocidade. Observar que os homens progridem consoante a propria iniciativa, ficando sensivelmente na esteira uns dos outros, mas sem nenhuma simultaneidade nos movimentos

Sob fogo ajustado e fraco, os lanços homem a homem são sempre possíveis. E' a propria consequencia das regras gerais precedentemente estabelecidas. O lance pode ser executado por todos os homens ao mesmo tempo sob fogo ajustado, com a condição de que este fogo seja extremamente pouco denso ou antes *muito fraco*.

Fig. 6 — A 400 metros do inimigo, sob fogo ajustado e fraco, a esquadra em linha progride para a coberta seguinte por lanços de cinco metros, executados homem a homem e a toda velocidade. Notar que os homens progridem segundo iniciativa propria, sem preoc-

cupação de alinhamento nem de simultaneidade nos movimentos.

Como já se chamou atenção, não ha regras precisas que permitam avaliar a densidade do fogo.

Fig. 7 — A 400 metros do inimigo sob fogo muito fraco e ajutado, a esquadra em linha progride para a coberta seguinte por lanços de 5 metros executados por todos os homens ao mesmo tempo e á toda velocidade. Os homens que partiram de (1) se deitam em (2) e partem apôs para um novo lance de 5 metros.

E impossível dar definição categorica do fogo muito fraco. Deve admitir-se, entretanto, que nunca é muito fraco: o fogo da metralhadora pesada aquem de 1.000 metros, pois o tiro, a partir desta distância, embora de frente, se torna muito eficaz; o fogo da metralhadora leve abaixo de 600 metros, distância a partir da qual a arma tem bom rendimento; enfim, o fusil a menos de 400 metros, distância fixada para alça de combate. Contudo, uma observação se impõe. Contrariamente ao que se disse mais acima, para avaliação do fogo, aqui, em caso de dúvidas sobre a densidade, é preciso aquilar com prudencia sempre, preferentemente, além do valor que aquem. E' preferivel,

com efeito, em caso de incerteza, executar-se o lance homem a homem, que cometer uma imprudencia, que poderá sair cara, fazendo executar o lance por todos os homens simultaneamente.

## II — A progressão rastejante

Tem-se a tendência de considerar a progressão rastejante utilizável em qualquer terreno, como o último meio, mas seguro, de avançar sob qualquer fogo. E' um erro.

Que se reflita um instante na situação dum homem rastejando num terreno em que, na posição deitada, não está desenfiado nem ás

vistas nem ao fogo inimigos. Não se pôde duvidar que, muito depressa, não seja presa de um tiro que, contra um objetivo bem visível e deslocando-se muito lentamente, tem toda facilidade em ser atingido.

Por ocasião dos ataques da Champagne, em 1918, quando a zona organizada foi ultrapassada, necessitou-se progredir nos campos, cobertos somente de vegetação baixa, que apresentam extensas e suaves ondulações argilosas próprias desta região. Nenhuma vegetação, nenhum buraco de granada, nenhum aterro oferecia o menor desenfiamento ao tiro rasteante das metralhadoras alemãs. Em breve se viu que os homens hesitavam em deitar-se, preferiam ser derrubados por ferimentos nas pernas, após o qual esperavam não ser mais visados pelo inimigo, que colar-se ao terreno pela própria iniciativa, devido ao temor de permanecer sob um fogo que, só os abandonando depois de os pôr fora de combate, os mataria com uma bala na cabeça.

As diferentes regras estabelecidas no decorrer deste estudo são sintetizadas no quadro junto, que contém tudo quanto deve ser ensinado aos graduados e aos homens para a progressão sob o fogo da infantaria.

Para concluir, convém insistir sobre a natureza destas regras. Constituem, em primeiro lugar um processo didático; fornecem um meio simples de bem ensinar aos homens as diversas maneiras de progressão sob o fogo da infantaria, colocando-os precisamente numa situação de combate.

Permitem, durante os exercícios, colocar os executantes, por uma simples indicação, por exemplo: "Está-se sob o fogo ajustado e muito fraco", numa situação bem nítida sob o ponto de vista do fogo que se supõe eles recebam e fiscalizar, sem discussão possível, se a progressão se executa como convém.

Enfim, e principalmente, têm a vantagem de encontrar aplicação no campo de batalha; se reflexas nos graduados e nos homens, estas regras os levarão, sob o fogo, a refletir sobre a situação, lhes permitirão decidir sobre o que fazer para progredir e os premunirão, eis o ponto capital de uma pusilanimidade que, na maioria das vezes, se origina, não na falta de coragem, mas na ignorância.

#### REGRAS PARA A PROGRESSÃO SOB O FOGO DA INFANTARIA

##### I — MEIOS

Progride-se sob o fogo da infantaria:  
Utilizando o terreno;

Deslocando-se rapidamente e por surpresa (lanço);

Impedindo que o inimigo atire, porque se o mantém sob fogo.

##### II — EXECUÇÃO

###### *Progressão de posição de tiro em posição de tiro*

De uma posição para outra se progride:

Pelos caminhamentos;

De coberta (abrigos) em coberta (abrigos);

Pelos caminhamentos:

Marchando ao passo e numa formação que dê o máximo desenfiamento.

De coberta (abrigos) em coberta (abrigos):

Rastejando;

Por lanços.

###### *A — Progressão rastejando*

Este modo de progredir permite deslocar-se com grande segurança nos terrenos em que o homem deitado fique completamente desenviado às vistas inimigas. Se esta condição não for satisfeita, a marcha rastejante é impossível.

###### *B — Progressão por lanços*

###### 1º. Sucessão dos lanços:

O espaço existente entre duas cobertas é transposto por uma sequência de lanços ininterruptos, apenas com as paradas indispensáveis — no fim de cada lance — para deitar-se e levantar-se imediatamente. Com mais razão, os lanços são interrompidos quando o fogo inimigo atinge, subitamente, tal violência que todo movimento se torna imediatamente impossível; os homens se colam ao terreno o mais que podem.

As paradas nas cobertas são tão curtas quanto possível; têm apenas a duração indispensável para retomar a respiração.

Quando se é detido numa posição de tiro, a progressão só é reencetada se o apoio de fogo, que presta às unidades vizinhas, puder cessar sem inconvenientes.

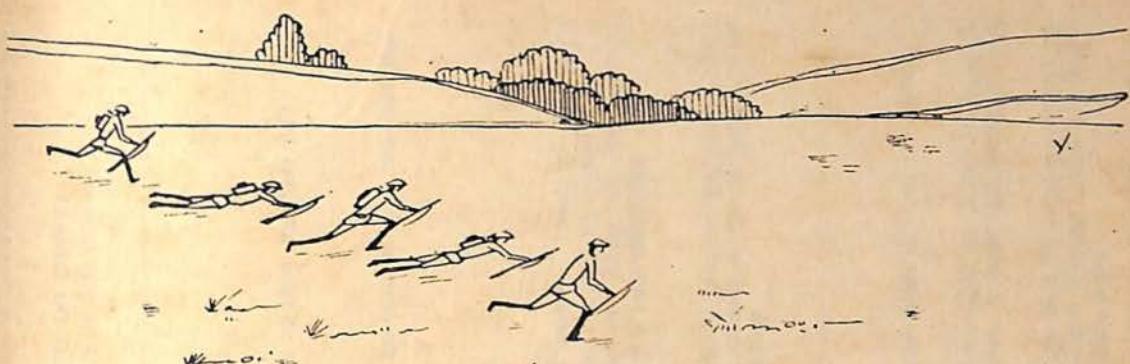


Fig. 6

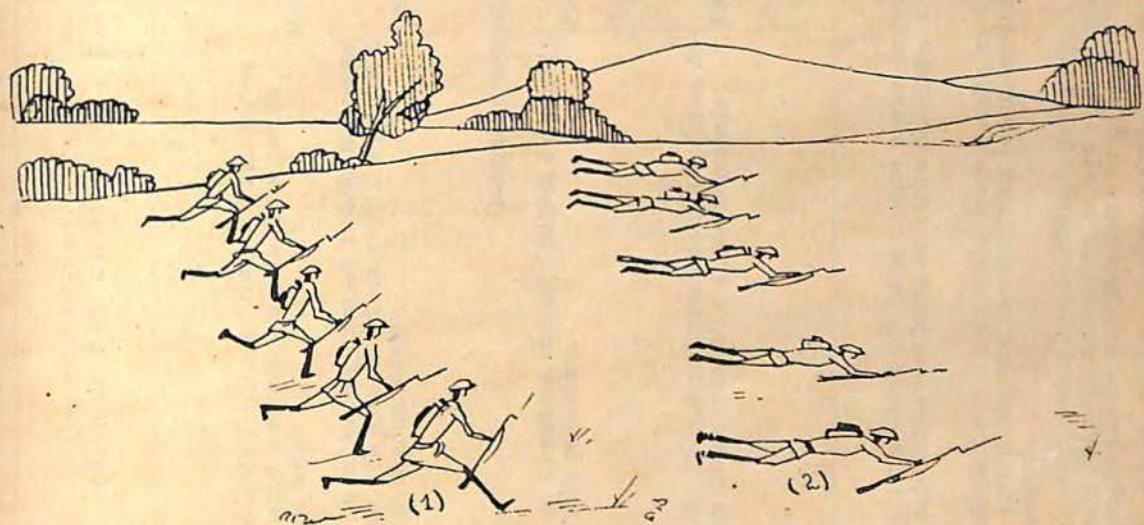


Fig. 7

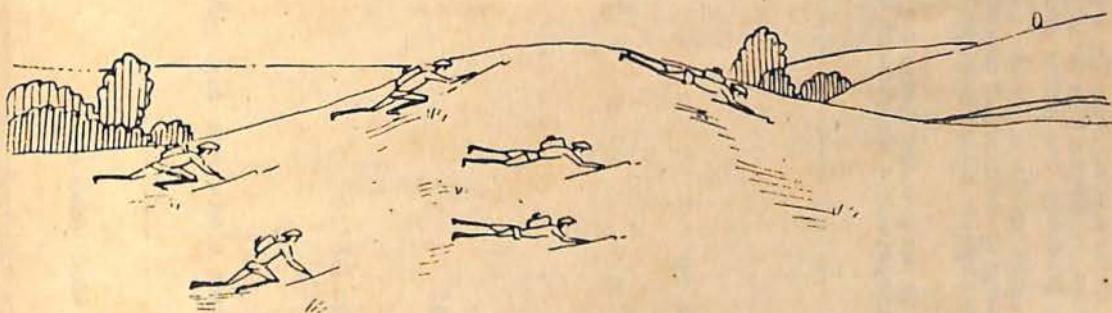


Fig. 8

Os homens avançam para uma crista, primeiro de gatinhas e, depois, rastejando, à medida que o desenfiamento em relação à posição ocupada pelo inimigo (0) diminue. Escapam assim às vistas e aos tiros do inimigo. Mas o homem que ultrapassou a crista faz mal em se colar no terreno, pois visto de 0, sua progressão lenta vai fazê-lo um presa fácil das balas inimigas

## 2º — EXECUÇÃO DO LANÇO

FOGO INIMIGO	LONGE DO INIMIGO (Além de 1.000 metros)	PERTO DO INIMIGO (A quem de 100 metros)
Fogo completamente neutralizado pelo fogo de apoio . . . . .	Progride-se de coberta em coberta d'uma só vez, por lanço em acelerado e tocos os homens ao mesmo tempo . . . . .	Movimento identico ao lado, mas correndo.
Fogo não ajustado (1) . . . . .	Lanço em acelerado, todos os homens ao mesmo tempo. Deitam-se a cada rajada e tornam a partir imediatamente . . . . .	Lanço analogo ao do caso ao lado, mas correndo.
Fogo ajustado (2)		
Fogo denso . . . . .	Qualquer progressão é impossivel.	
Fogo fraco . . . . .	Lanço de 15 metros, realizado homem a homem (3) e a toda velocidade. . . . .	Entre 1.000 e 600 metros: Lanço de 10 metros, homem a homem e a toca velocidade. A quem de 600 metros: Lanço de cinco metros, homem a homem a toca velocidade.
Fogo muito fraco (4). . . . .	Lanço de 15 metros, executado por todos os homens simultaneamente e a toca velocidade . . .	Identico ao resultado para o fogó fraco, entretanto todos os homens ao mesmo tempo em vez de homem a homem.

(1) — Reconhece-se o ajustamento do fogo inimigo pelo sibilar das balas e pelos pontos de chegada.

A rajada de um tiro não ajustado é caracterizada pelo sibilar das balas se o tiro for longo, e aproximadamente pelas detonações da partida se curto.

(2) — Não existem meios precisos para fazer distinção entre o fogo denso, fraco e muito fraco. O homem deve avaliar os efeitos do fogo que sofre, não segundo as impressões nervosas e falhas de raciocismo, mas consoante os resultados materiais verificados, e fazer esta avaliação sem temor. Deve desejar atingir o inimigo o mais rapido possível.

(3) — Ao progridir por lanços homem a homem, estes partem sucessivamente da coberta, a uma distancia de 10 a 15 metros, depois progridem por lanços realizados pela propria iniciativa e sem ligar seu movimento ao dos vizinhos até á coberta seguinte. Exceto o caso em que as cobertas estão muito aproximadas (30 a 40 metros) a progressão de uma para outra nunca se deve fazer um homem após outro.

(4) — Nunca devem ser considerados como muito fracos: os fogos da metralhadora pesada aquem de 1.000 metros, o fogo da metralhadora leve aquem de 600 metros, o fogo do fuzil e mosquetão aquem de 400 metros.

# DA GUERRA

Pelo Gen. Carl von Clausewitz

(Extrato que oferece aos leitores d' "A Defesa Nacional" um camarada que leu o livro de lapis em punho)

### III

O combate é a verdadeira atividade guerreira, tudo o mais é apenas preparatório.

Combate é luta, e nesta o objeto é aniquilar ou suplantar o inimigo; e o inimigo no combate é a força combatente que se nos opõe.

Que é suplantar o inimigo? É sempre aniquilar suas forças combatentes, quer matando ou ferindo ou de todo outro modo, totalmente ou só, em tal medida que ele não mais queira sustentar a luta. Portanto, deixando de lado os objetivos especiais dos combates, podemos considerar como seu único fim o aniquilamento total ou parcial do adversário.

Quem lê a história, sem idéias preconcebidas, não poderá resistir à convicção de que de todas as virtudes guerreiras sempre a energia do impulso dado pelo comando foi o que mais contribuiu para a glória e o bom êxito das armas.

Que se entende por aniquilar a força combatente do inimigo? Uma redução da mesma, relativamente maior do que a nossa própria. Si temos grande superioridade numérica sobre o inimigo, naturalmente a mesma grandeza absoluta de perdas será para nós relativamente menor e já isso poderá ser considerado como uma vantagem.

Si por meio de nossas habeis disposições metemos o inimigo em situação tão desvantajosa que ele não possa sem risco prolongar o combate e por isso se retira após pequena resistência, podemos dizer que nesse ponto o suplantamos; si, porém, para isso perdemos forças exatamente na mesma proporção que ele, pouco restará dessa vitória, si tal se pôde chamar, quando no fim da campanha se fizer a conta final.

... Ora, é sabido que as perdas físicas no decurso do combate raro apresentam grande diferença entre vencedor e vencido, às vezes nenhuma, às vezes são maiores da parte daquele, e que as perdas mais graves para o vencido vão aparecer na retirada, quando justamente o vencedor não as tem. Os fracos restos de batalhões abalados são massacrados pela cavalaria; os estropiados juncam os caminhos; canhões e carros de munição ficam paralizados; outros não podem marchar com a necessária presteza pelos máus caminhos e são capturados pela cavalaria inimiga; à noite vários grupos de tropas erram o caminho e caem sem resistência às mãos do inimigo; e só então é que a vitória ganha corpo, depois de já ter sido decidida. Aí haveria um para-

doxo si não se encontrasse a solução. É que às perdas físicas de forças combatentes que ambas as partes sofrem no combate, juntam-se os abalos, as quebras e a morte das forças morais. Não é só a perda em homens, cavalos, canhões, mas em ordem, coragem, confiança, coesão e plano, que intervêm na questão de resolver si o combate pôde ou não ser sustentado. São preponderantemente as forças morais as que aí decidem e sempre foram só elas em todos os casos em que o vencedor tinha tantas perdas materiais quanto o vencido.

A relatividade das perdas materiais é difícil de aquilatar no combate; não assim a das morais. Há duas coisas que notoriamente as revelam. A primeira é a perda do terreno em que se combateu, a segunda é a preponderância das reservas. Quanto mais as nossas reservas vão fundindo em relação às do inimigo, tanto mais forças temos gastado para manter o equilíbrio; já nisso se manifesta uma prova palpável da superioridade moral do inimigo, a qual raro deixa de repercutir no ánimo do chefe, produzindo certa amargura, certo menospreço pelas suas próprias tropas. Mas o principal é que todas as tropas que já combateram demoradamente se apresentam mais ou menos como uma fogueira meio consumida: gastaram as munições, tiveram baixas, sua energia física e moral está esgotada, talvez também sua coragem esteja abatida. Semelhante tropa, independente da baixa numérica, considerada em conjunto, está, portanto, longe de ser o que era antes do combate e daí vem que a perda de forças morais se mede, como numa bitola, pelo consumo das reservas.

Terreno perdido e falta de reservas frescas são, pois, ordinariamente as duas causas principais que induzem à retirada...

Todo combate é, pois, o nivelamento sanguento e destrutivo das forças físicas e morais. Quem, no fim das contas, conservar a maior soma de ambas, é o vencedor.

... As perdas na batalha constam mais de mortos e feridos; depois dela mais de peças e prisioneiros.

As da primeira espécie atingem mais ou menos igualmente vencido e vencedor, as outras não, em geral só se encontram de um lado, ou pelo menos em muito maior escala. Por isso, de todos os tempos, canhões e prisioneiros foram considerados os verdadeiros troféus da vitória e ao mesmo tempo sua medida, porque por eles se manifesta indubitablemente a extensão da vitória.

... O efeito moral duma vitória não só aumenta na proporção do efetivo das forças combatentes, mas em razão mais forte, isto é, não só em extensão como ainda em intensidade. Numa Divisão batida facilmente se restabelece a ordem; como um membro enregelado que logo se reaquece ao contato do resto do corpo, assim o ánimo duma divisão batida prontamente se reergue com o ánimo do exército, desde que volte ao seio d'este. Assim, si não desaparecem de todo os efeitos de uma pequena vitória, contudo o inimigo torna a perde-los em parte. Não é assim quando o próprio exército sucumbe numa batalha malograda; então, tudo se esborracha solidariamente. Um grande incendio desenvolve um gráu de calor muito superior ao de uma porção de pequenas fogueiras.

... Se os prisioneiros e os canhões capturados são as coisas em que, principalmente, a vitória ganha corpo, se cristaliza, a disposição do combate ha de tê-las de preferencia em vista; a danificação do inimigo, em mortos e feridos, assim aparece simplesmente como meio. ... A montagem do combate tem relação com isso, quer na segurança da propria retaguarda, quer na ameaça á do inimigo. Disso depende em alto gráu o número de prisioneiros e de canhões capturados, e em muitos casos a tática sósinha pôde não bastar, notadamente quando as condições estratégicas são muito desfavoraveis.

O perigo de ter que bater-se por dois lados e o ainda maior de ficar sem retirada entibiham os movimentos e a força da resistência e repercutem na alternativa de vitória ou derrota, além de que neste caso elevam as perdas muitas vezes ao seu extremo limite, isto é, ao aniquilamento. Isto é, a retaguarda ameaçada torna a derrota mais provável e mais decisiva.

Dai nace, assim, um verdadeiro instinto para o comando, especialmente nos combates grandes e pequenos: a segurança da retaguarda e a ameaça á do inimigo; ele resulta da noção da vitória, a qual, como vimos, comprehende alguma coisa mais do que simples matança.

Nessa tendência vem assim o primeiro objetivo imediato do combate, que é inteiramente geral. Não se concebe combate em que não domine esse instinto, em sua forma simples ou dupla, ao lado da simples idéa do choque violento. Por menor que seja a força combatente, ela não se lançará ao seu adversário, sem ter pensado na sua retirada e na maior parte das vezes procurando a do inimigo.

... Si lançarmos um olhar sobre a noção total da vitória nela veremos tres elementos:

1º, a maior perda do inimigo em forças físicas;

2º, em forças morais, e

3º, o reconhecimento público, traduzido pelo abandono da intenção.

Quanto ás perdas em mortos e feridos, os relatórios de ambas as partes nunca são exactos, raramente verídicos e na maioria dos casos

eivados de deturpações propositadas. Mesmo a quantidade de troféus é raramente declarada com fidelidade e, portanto, quando não aparecerem importantes pôde-se até duvidar da vitória. A não ser pelos troféus, nenhum juizo se pôde fazer sobre a extensão das perdas morais; portanto, em muitos casos o abandono da luta é a unica prova verdadeira da vitória.

... E é esta parte sómente a que atua sobre a opinião pública fóra do exército, sobre o povo e o governo em ambos os estados beligerantes e em todos os demais interessados.

Acontece, porém, que o abandono da intenção não é sempre identico com a retirada dc campo de batalha, mesmo onde tenha havido combate tenaz e prolongado; ... em muitos casos é difícil distinguir uma coisa da outra, mas não se pôde desprezar a impressão que tal abandono causa no exército e fóra dele.

... E culpa de nossa terminologia que só saíbamos no caso da derrota associar-lhe a idéa da vitória e no caso duma simples vitória a do correspondente desbarato do inimigo.

Além da destruição das forças combatentes inimigas, pôde um combate ter por objetivo especial a posse de um ponto ou de um objeto, ou de varios, neste caso geralmente um deles sendo o principal. As duas fórmulas principais da guerra — defesa e ataque — não são modificadas por esses objetivos e poderiamos assim distinguir:

#### *Combate ofensivo:*

1. Aniquilamento das forças inimigas.
2. Conquista de um ponto.
3. Conquista de um objeto.

#### *Combate defensivo:*

1. Aniquilamento das forças inimigas.
2. Defesa de um ponto.
3. Defesa de um objeto.

... Teremos que admitir uma quarta classe. Bem examinadas as coisas, nos reconhecimentos ofensivos, em que o inimigo quer que nos mostremos, nos alarmes, em que ele quer nos fatigar, nas demonstrações, em que ele não quer que abandonemos um ponto ou quer voltar-se para outro, todos esses fins são baseados mediataamente e com a simulação duma das tres acima especificadas atitudes, geralmente a segunda; pois o inimigo que quer reconhecer simula que quer devêras nos atacar, e bater ou repelir, etc. Mas esta simulação não é o verdadeiro objetivo e é só por este que indagamos; portanto, precisamos completar aqueles tres objetivos do atacante esse de induzir o inimigo em êrro, ou em outras palavras, a simulação dum ataque. E' da natureza da coisa que semelhante objetivo só se pôde buscar ofensivamente.

Do outro lado precisamos notar que a defesa de um ponto pôde ter dois aspectos: ou é absoluta, quando se deve sustentá-lo a todo transe, ou relativa, quando baste conservá-lo por determinado tempo. Esse segundo caso é

frequente nos combates de vanguardas e retaguardas.

E' claro que a natureza desses diversos objetivos do combate exerce influência decisiva sobre as disposições do mesmo.

... A importancia dos objetivos do combate obedece aproximadamente á ordem decrescente em que acima os enumeramos; o primeiro deles é o que predomina sempre na batalha principal; os dois ultimos no combate defensivo são os que não dão juros, são totalmente negativos, só mediatamente podem ser uteis, desde que facilitem alguma outra coisa, positiva. Por isso é um mau sinal para a situação estratégica quando se tornam demasiado frequentes os combates defensivos.

*A duração do combate* pôde ser a considerada como um segundo êxito, subordinado. Para o vencedor nunca o combate se decide assá depressa, para o vencido nunca ele dura bastante. A vitória rápida é uma potencia mais alta da vitória, a decisão retardada na derrota é uma compensação da perda.

Essa verdade é geral, mas assume maior importância quando aplicada a combate com intenção de defesa relativa. Aí muitas vezes todo o êxito reside puramente na duração do combate.

... o efetivo numérico, a proporção entre as armas, e a distribuição devem ser levadas em conta sempre que o combate deva realizar uma intenção pela sua duração.

Nenhuma decisão de combate se produz num só momento, si bem que em todo combate haja momentos de grande importância, dos quais principalmente resulta a decisão.

A perda de um combate é, portanto, uma queda gradual do prato da balança. Porém ha em cada combate uma ocasião em que se pôde considerá-lo decidido, de modo que o seu prosseguimento equivale a um novo combate e não uma continuação. E' muito importante ajuizar claramente dessa ocasião, para poder resolver se ainda haverá utilidade em retomar o combate com o socorro de novas forças.

Muitas vezes, em combates que não é possível restabelecer, sacrificam-se inutilmente forças novas; muitas vezes se perde a ocasião de arrebatar a decisão quando ainda era possível.

A esse respeito temos dois exemplos que não pôdem ser mais concludentes.

Quando em 1806 em Jena o principe de Hohenlohe com seus 35.000 homens aceitou a batalha contra os 60 a 70.000 de Bonaparte e a perdeu, mas tão perdida que se podiam considerar como esmagados os 35.000 homens, empreendeu o general "Rüchel" de renovar a batalha, com cerca de 12.000 homens; o resultado foi que num apice também ele se viu esmagado.

E, ao contrario, no mesmo dia, em Anerstedt cerca de 25.000 homens haviam-se batido até

o meio dia contra os 28.000 de Davout, sem sorte, mas sem ficarem desbaratados, sem mais perdas que os inimigos, totalmente desprovido de cavalaria — e deixou-se de empregar a reserva de 18.000 homens do general Kalkreuth, que teria visado a sorte da batalha, que em tal caso era impossível perder.

Todo combate é um conjunto, em que os recontros parciais se totalizam num resultado de conjunto. Nesse é que reside a decisão do combate. Nem sempre ela será uma vitória, pois às vezes seu traçado não terá visado esse objetivo; outras vezes escapa a ocasião por se subtrair o inimigo; e na maioria dos casos, mesmo quando tenha havido renhida luta, a decisão se produz mais cedo do que aquele resultado que principalmente corporifica a noção da vitória.

Pergunta-se pois: qual é de ordinário o momento da decisão, isto é, aquele em que uma força nova naturalmente não desproporcionada, não pôde mais mudar a face a um combate desfavorável?

Deixando de lado os combates simulados, que por sua natureza não têm decisão:

1º, quando o objetivo é a posse dum objeto móvel, a perda d'este importa sempre na decisão;

2º, quando o objetivo do combate é a posse duma região, geralmente também a decisão está na perda da mesma, mas não sempre; notadamente só o está quando essa região é sobremaneira forte; uma região facilmente acessível, embora por al muito importante, pôde ser retomada sem perigo;

3º, em todos os demais casos, em que o combate já não esteja decidido por uma dessas duas circunstâncias, portanto, especialmente no caso em que o objetivo principal é o aniquilamento da força combatente inimiga, a decisão incide naquele momento em que o vencedor cessa de se achar em estado de caos e, portanto, duma certa incapacidade, em que, assim, cessa o emprêgo vantajoso do dispêndio sucessivo de esforços.

Pôde-se, pois, dizer que quanto menor é a fração das forças que efetivamente cobateram, quanto maior aquela que como reserva pela sua simples presença contribuiu para a decisão, tanto menos pôde uma nova força do inimigo nos arrebatar a vitória e desta maneira o mais seguro caminho para a vitória é o daquele chefe, daquele exército, que mais se apuram nesse sentido, que realizam o combate com a maxima economia de forças e em toda parte dão realce ao efeito moral de fortes reservas.

... Acrece que quanto menor o efetivo, tanto mais prontamente chegará o momento em que da parte do vencedor cessa o estado de crise de combate e se restabelece a primitiva capacidade de combate. Um trôco de cavaleiro que perseguê seu adversario na cóla retomará em poucos minutos a primitiva ordem e mais

não durará a crise; já num regimento inteiro de cavalaria será maior o tempo necessário a esse restabelecimento da ordem; mas ainda ele custará na infantaria que entrou em fogo, e ainda mais nas unidades mixtas, quando uma parte tomou esta direção, outra parte aquela, e portanto o combate causou uma perturbação da ordem que em geral se agrava porque uma parte não sabe bem onde está a outra. Enfim, este momento em que o vencedor reempunha os instrumentos empregados e que ficaram misturados e um tanto em desordem, os levou de novo aos lugares convenientes e poe em ordem a ofensiva da batalha, este momento, repetimos, tarda tanto mais quanto maior o efetivo.

Esse momento também tarda mais quando sobrevém a noite na crise, e quando o terreno é cortado e coberto... Mas também essas circunstâncias dificultam a retomada do combate.

Se o socorro que acode pela retaguarda a um partido a pique de perder-se é um simples aumento de efetivo, o que é o caso mais comum, o aspecto muda inteiramente quando esse reforço incide no flanco ou na retaguarda do adversário... Essa direção pode aumentar muito o efeito dessa força, mas não o faz necessariamente sempre, pode mesmo diminuí-lo consideravelmente. Tudo depende das circunstâncias. Ha, entretanto, aí dois fatos importantes: primeiro — que os ataques de flanco ou de retaguarda em regra atuam mais favoravelmente sobre o êxito após a decisão, do que mesmo sobre esta; segundo — que é grande a força moral da surpresa que em geral traz consigo um socorro superveniente num combate. ...? Quem não sente que um ataque de flanco ou de retaguarda pronunciado no começo do combate, quando as forças estão reunidas e sempre ha previsões para semelhante incidente pode surtir pouco efeito, ao passo que muito outro se torna o efeito quando semelhante ataque se produz no último momento do combate?!

Decidido um combate ele não pode ser motivo para se resolver a travar outro; essa resolução para novo combate deve resultar das demais circunstâncias.

A esse raciocínio se opõe um fato moral: o sentimento da vingança e do revide... E' da natureza das coisas que esse segundo combate provocado pelo vencido ha de ser um ataque por ele feito... Foi evidentemente um sentimento dessa ordem que a 14 de fevereiro de 1814, levou o nobre Blücher, depois de batidos três dias antes dois de seus corpos, a levar o terceiro corpo ao campo de batalha de Montnárai. Si ele tivesse sabido que afim havia de topar com Napoleão, teria tido razões preponderantes para adiar a satisfação de sua sede de vingança; mas ele contava vingar-se em Marmont, e em vés de colher as vantagens de seu nobre sentimento, sucumbiu aos azares de um erro de cálculo.

O êxito final do combate resulta da soma dos êxitos de todos os combates parciais que o compõem; e estes êxitos parciais se finam em tres objetos distintos.

Primeiro — na força moral que forra a consciência dos chefes... Segundo — na rapidez da baixa dos efetivos combatentes... Terceiro — no terreno perdido.

Todos esses objetos servem de bussola ao olho do chefe, para reconhecer a direção que toma o navio da sua batalha. Se ele perdeu baterias e não tomou nenhuma — se batalhões seus foram dispersos pela cavalaria inimiga, ao passo que a infantaria inimiga constitue massas impenetráveis — e se a sua linha de fogo vai cedendo terreno involuntariamente — si são baldados os esforços para a conquista de certos pontos e os batalhões de reforço são dizimados por bem apontada artilharia — si a artilharia começa a arrefecer o seu fogo contra a do inimigo — se os batalhões engajados fundem rapidamente e com os feridos refluem não feridos — si até pela perturbação do plano de batalha certas frações estão cortadas ou aprisionadas — se a retirada começa a estar ameaçada: então certamente por todas essas coisas o chefe ha de reconhecer qual a direção que está tomando a sua batalha. Quanto mais persiste essa direção, quanto mais ela se torna decisiva, tanto mais difícil se torna alterá-la, tanto mais se aproxima o momento em que o chefe deve desistir da batalha.

A batalha principal deve ser considerada como a guerra concentrada, o centro de gravidade de toda a guerra ou campanha. Como os raios do sol refletidos num espelho concavo se concentram no seu foco formando a sua imagem e condensando-se no maximo de calor, assim na guerra as forças e as circunstâncias se concentram na batalha principal, para efeito condensado, maximo.

O mais difícil, que é o mais possível preparar a vitória, é silencioso merecimento da estratégia, que raramente lhe rende louvor. Ela se torna brilhante e gloriosa pelo aproveitamento da vitória alcançada.

...em quaisquer circunstâncias imagináveis, a verdade é que sem perseguição nenhuma vitória pode ter grande efeito, e por menor que seja a trajetória vitoriosa, sempre ela deve ultrapassar os primeiros lances da perseguição.

... A energia com que se realiza a perseguição é que determina principalmente o valor da vitória; ela é um segundo ato da mesma, em muitos casos até mais importante que o primeiro, e a estratégia, aproximando-se aqui da tática para receber dela a obra rematada, revela em primeiro grau a sua autoridade em exigir esse remate da vitória.

# VERDUNIZAÇÃO

Pelo engenheiro civil João Fulgencio de Paula

A Verdunização é um novo e importantíssimo processo para purificação das águas, hoje bastante conhecido nos círculos civis e militares da Europa. Foi criado durante a batalha de Verdun, em 1916, pelo coronel Philippe Bunau-Varilla, então chefe de batalhão de engenharia e diretor do serviço de águas do segundo exército, o qual teve a honra de travar, sob as ordens de Petain, Nivelle e Guillaumat, a maior batalha que registrou a história.

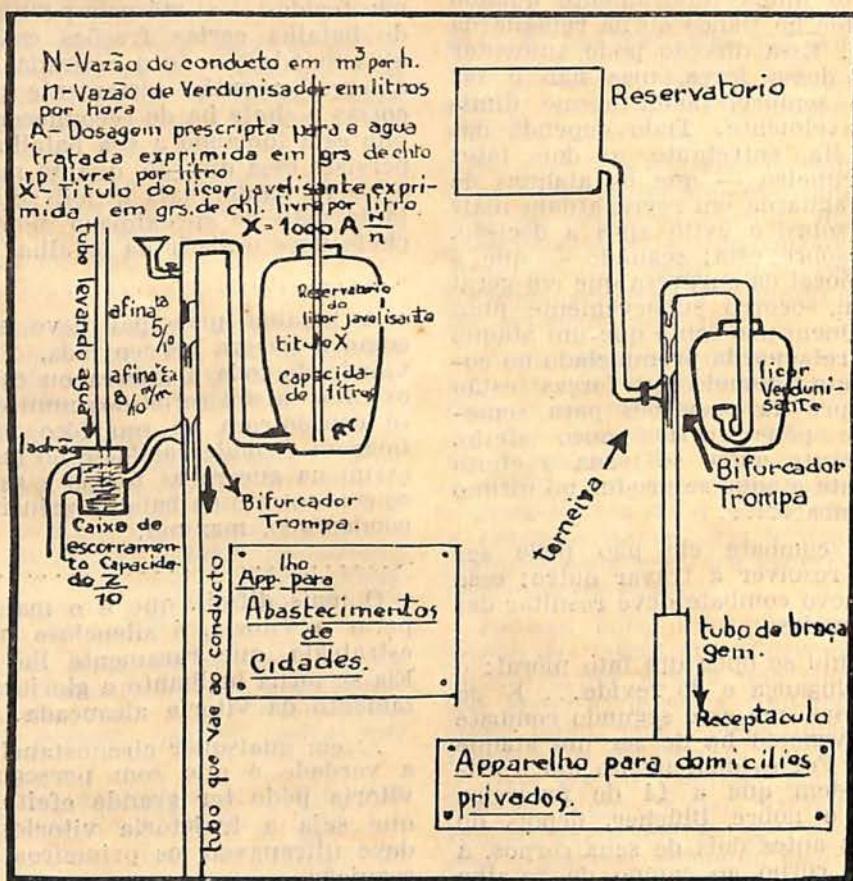
O mau gosto característico das águas tratadas pelo cloro é, não somente para o meio civil, uma de suas grandes inconveniências, mas acresce ainda mais, para o meio militar, visto a quasi impossibilidade de se fazer uma deschlorinação da água. Assim é que, já há longos anos, se vem, em experiências suces-

ocasiões, seus grandes estudiosos, dentre eles Schüder, Pfuhl e Schumburg.

Modernamente adota-se somente o cloro, visto a sua grande eficiência na esterilização das águas. Eis as instruções do Serviço de Saúde, formuladas, definitivamente, em 25 de setembro de 1915, para o emprego do hipoclorito de sódio, no saneamento das águas potáveis. Essas instruções, insertas em uma ordem do G. Q. G. de 14 de fevereiro de 1916, enunciavam que:

1º, deve-se empregar uma dose de um miligrama de cloro livre, por litro, em águas claras; dois miligramas para águas turvas, enfim, quatro miligramas para água poluída;

2º, como justificação do emprego da dose conveniente deve existir a presença de um a dous decimiligramas de cloro livre, na água,



Schemas dos apparelos para o abastecimento de cidades e de residencias particulares

sivas, procurando um meio mais rápido, barato e eficaz de se tratar as águas abastecedoras das tropas em campanha.

Engel, em 1901, já fazia e preconisava o tratamento das águas no exército alemão, por meio do bromo. Este processo teve, por esta

após uma meia hora de contacto com a solução antisética.

Essas doses, assim prescritas, eram empregadas em pequenos depósitos d'água, formados por toneis e estabelecidos nos acantonamentos à retaguarda do front. Ora, o sabor desta agua

tornou o seu uso extremamente impopular; ninguém vinha se desseentar nos depositos assim constituidos.

Assim, constatou-se, em Verdun, a impossibilidade material do emprêgo do extrato de Javel nessas condições. Com efeito, os soldados se abstinha de tomar semelhante agua, procurando mais as aguas poluidas e estagnadas, porque não lhes ofereciam um tão nauseante gosto. Afinal, as reclamações eram inumeras, visto não somente pela agua, como também porque era essa agua que cosinhava os seus legumes e fazia o café. Os resultados estavam tendo consequencias gravíssimas, pois as tropas combatiam mal e por outro lado, o tifo, a amebiana e a bacilar rondavam, projetando as suas mortiferas sombras sobre um exército, constituído até por tropas indochinesas.

Não era somente esta questão do excesso de cloro na agua, mas também havia a questão do aparelho. Esse aparelho era excelente, mas exigia sempre a presença de um homem, e qualquer omissão tinha consequencias fatais; eis a descrição do aparelho:

Um pequeno reservatorio analogo ao de uma Water-Closet, recebia por um tubo afunilado uma solução titulada de extrato de Javel. Um condutor de saída ligava o fundo do reservatorio ao tubo de aspiração de uma bomba que sugava a agua que se propunha esterilizar. Ao mesmo tempo que esta agua, a bomba sugava a agua no reservatorio, carregada de licor antisético; um tubo ligado ao condutor de recalque levava a agua para o reservatorio.

A vazão d'este tubo era maior que a do tubo de aspiração; a agua teria pois tendência a subir e transbordar se uma boia não fechasse o condutor a partir de um certo nível.

Tinha-se assim um meio práctico e simples de fazer passar a dose esterilizante na agua elevada pela bomba.

Se o encarregado esquecesse de fechar a torneira parando o fluxo da solução esterilizante, quando a bomba parasse, a solução se acumulava, fosse no poço, fosse no reservatorio, tornando assim na proxima mise-en-marche da bomba, a agua perigosa pelo seu excesso de cloro.

Se ao contrário, esquecesse de abrirla, esta agua seria entregue infetada áqueles que estavam convencidos de sua esterilização.

Bunau-Varilla resolveu estes grandes inconvenientes de uma maneira verdadeiramente maravilhosa. Ao envez de empregar doses macissas de cloro, como a tecnica até então mandava, ele empregou a dose de um decímilograma de cloro livre por litro dagua, ou seja uma grama de cloro para dez mil litros dagua !

Ao mesmo tempo, inventou este engenhoso e simples aparelho, cujo primeiro emprêgo foi em Verdun.

A caixa de escorvamento recebe a agua de um tubo que vem do conduto de recalque da bomba. A razão d'este tubo é calculada de modo que seja igual á soma das vazões da agua que vai pelo cano do bifurcador-trompa e da que se escôa pelo orificio de desescor-

vamento. Este tubo é aberto ou fechado, quando a bomba funciona ou para.

Para isso, é suficiente ligar mecanicamente a torneira que o abra ou feche, com um orgão de "mise-en-marche" da bomba. Desde que a bomba comece a funcionar, a torneira se abre e a agua começará a encher a caixa de escorvamento. Ao mesmo tempo, no tubo de aspiração da bomba, o ar é aspirado juntamente com a agua que está na caixa de escorvamento. Esta agua passando pelo bifurcador-trompa produz o efeito de uma verdadeira trompa hidráulica e o licor do reservatorio começará então a cair em gotas, indo deste modo se misturar á agua sugada pela bomba.

Desde que a bomba pare, a agua deixará de cair na caixa de escorvamento e esta se esvaziará então pelo orificio de desescorvamento pelo bifurcador-trompa e o consequente desescorvamento do apparelho. Pode-se usar como licor ou o hipoclorito de sodio ou a cloramina, também chamada clonazona e que se vende em pastilhas no comércio.

A dose a se empregar é de um decímilograma de cloro livre para as aguas claras; um e meio a dous para as aguas turvadas. Hoje pode-se perfeitamente afirmar que a ação esterilizante desta dose é maravilhosa e que não só produz o efeito esterilizante instantaneo, como dota a agua de um chamado poder químico remanente, o qual tem a propriedade de muitas horas após a sua esterilização ficar ainda dotada de uma faculdade bactericida incontestável! Assim, é que, pelos dados oficiais, quer do exército francês, quer do poder civil, em todos os lugares que se aplica este tratamento, desapareceram por completo o tifo, a amebiana e a bacilar!

Hoje temos na Europa cidades como Carcassonne, Reims, Nice, Lyon, Marselha, Lisboa, Sevilha, etc., cujo indice de mortalidade por tais molestias, está reduzido a zero, desde a sua primeira aplicação. Nos acantonamentos militares das tropas coloniais da República Francêsa, este processo é obrigatório. Como se pode compreender a ação tão maravilhosa de uma tão irrisória dose de cloro?

Sabia-se, até então, que o efeito antisético do hipoclorito era atribuído á combustão ou oxidação da matéria orgânica viva ou não pelo oxigénio que desprende a molécula de hipoclorito quando ela se destroe em contato com a matéria orgânica. Afinal, é o seguinte: o cloro, possuindo uma grande afinidade pelo hidrogénio, decompõe a agua fixando o seu hidrogénio e livrando o oxigénio. Este exerce, então, uma ação oxidante sobre as matérias orgânicas.

Assim sendo, é preciso duas vezes 35,5 de cloro, em peso, para livrar 16 de oxigénio. Para as aguas contendo um milígrama de matéria orgânica por litro, a teoria da oxidação exige dois milígramas de cloro por litro.

Com o processo Bunau-Varilla, conseguem-se resultados com um décimo de milígrama de cloro livre ou seja um vigésimo do que a teoria marca como limite mínimo! Como explicar então, semelhante resultado? Jean Perrin fez em uma notável memória intitul-

lada "Materia e Luz", uma admirável hipótese, segundo a qual todas as reações químicas (junções ou rupturas de valência) e, de um modo geral as mudanças de estado dos corpos se acompanhariam de emissões ou captações de um radimento particular.

Mallet a princípio e após os esposos Magrou juntamente com Reiss, demonstraram a emissão de raios ultra violetas nos fenômenos de oxidação.

Bunau-Varilla e o Dr. Techoneyres demonstraram, à sociedade, que a esterilização se dava pela emissão de raios da espécie ultravioleta, e nesta experiência demonstraram ainda a existência do que eles chamam poder remanente. Em uma água verdunizada, após horas, imergiram um provete de quartzo com água poluída e verificaram que a água dentro do provete se achava esterilizada!

Ora, só os raios da espécie ultra violeta têm a propriedade de atravessar o quartzo. O Dr. Blane, chefe do Laboratório Microbiológico do Aude, e ex-monitor do Instituto Pasteur, escrevia em outubro de 1926: "As novas noções sobre os íons e as vitaminas têm revolucionado nossos conhecimentos biológicos. Os espantosos resultados da verdunização são de natureza a revolucionar igualmente as concepções atuais sobre os modos de destruição da vida microbiana." Que benefício inestimável não se traria com a adoção de tal processo em abastecimentos suspeitos? Simples, barato, pois é aproximadamente o custo de um franco por cada milhão de litros de água tratada enfim, reune em si todo o ideal que o higienista procura.

A sua utilização e emprêgo não é privilégio de ninguém.

O aparelho pode ser construído por quem o desejar, existindo somente uma clausula, que é mais uma homenagem aos valentes soldados da França, isto é, deve-se colocar uma placa

com os dizeres que o autor pede em seus livros.

Existe somente uns acessórios que são brevetados, mas mesmo assim o autor não estende os seus brevets aos governos. São:

Um filtro pequeno de areia afim de não deixar acumular o carbonato de cálcio, quando a água é carregada de sais desse corpo e um medidor instantâneo de vazão do licor esterilizante.

Para o viajante que queira purificar sua bebida, éis uma regra: Tome de uma pastilha de clorazona que corresponda a 625 decímiligramas de cloro; esmague-a em um vidro seco e junte trinta gramas de água, dissolseco, em seguida o pó. Uma gota desse líquido é suficiente para purificar um litro de água, visto a pastilha ser suficiente para purificar 600 litros e as 30 gramas correspondem a 600 gotas. É necessário agitá-la bastante.

Para aplicação desse processo é necessário que a água sofra uma braçagem violenta, sem o que a esterilização não se faz completa.

Quantas vezes temos ouvido falar na decadência do gênio latino, ao lado das outras raças! Ai temos, contrastando com a opulência e suntuosidade dos caríssimos processos norte-americanos, na sua maravilhosa simplicidade, a descoberta de um latino, que mais uma vez grita ao mundo o famoso lema de Verdun: *on ne passe pas*.

Bibliografia: Rappylose chimique, Verdunisation des Eaux, L'Atojavellisation Imperceptible, Guide Théorique et Pratique de la verdunisation (todos por Bunau-Varilla, 1926, 1928 e 1930). Matière et Lumière (Jean Perrin, 1919). Das Schumburgsche Verfahren der Trinkwasserreinigung mittels Brom (Schumburg, 1902). Centralblatt für Bakter (Engel, 1902). Revue d'Hygiène (1901). Notas do Congresso de Hygiene, França, 1924. Paris Medical, 1926 e 1928.

## As paixões políticas e o exercito

A sensibilidade peculiar, a noção de honra e os melindres das classes armadas pairam absolutamente além da compreensão média do homem da rua.

Além do que, nunca silenciaram em face do inimigo as contendidas partidárias e as concorrências e os apetites.

Exercitos, baixas, mortos, moribundos e feridos, hospitais e epidemias, consideravam-se como coisas distantes, assuntos para discursos de oposição ou de críticas a governos, ocasiões para paralelos entre liberais e conservadores no corpo de oficiais. Entremelos o sangue brasileiro corria em regatos e ondas.

(Calogerás — Formação Histórica do Brasil.)

## CORRIGENDAS

No artigo "Clama, ne cesses", à pag. 170 do número de Abril, 2<sup>a</sup> coluna, 13<sup>a</sup> linha, em vez de política militar, deve ler-se política de guerra.

—No artigo Contabilidade administrativa, do número de abril, à página 204, na Obs. que se acha no fim da 2<sup>a</sup> coluna, leia-se:

*Obs.* — Devemos salientar que em todos esses exemplos não apresentamos os modelos dos livros com o número exato de colunas que devem ter, mas somente as necessárias à compreensão do assunto exposto.

# O R. I. S. G. 1930 e o Regulamento n. 58

Pelo Ten. medico Dr. Erwin Wolfenbuttel.

## PROEMIO

Conhecer é comparar. A definição psicológica de *conhecer* é dizer que só se chega a conhecer, comparando.

Nada que não seja contraste fere os nossos sentidos ou a nossa inteligencia e mesmo o nosso sentimento. Um individuo eternamente feliz seria um individuo inteiramente desgraçado, porque não teria conciencia da sua felicidade, mesmo no dia em que a perdeu.

O *confronto* é, pois, o melhor meio de *conhecer*.

E' o que nos exige este tema: confrontar. Isto é, obriga-nos a um trabalho para *melhor* conhecer as partes indicadas dos regulamentos indicados.

Afim de evitar, tanto quanto possivel, qualquer erro na interpretação das teses, começemos por *definir*.

*Definir* é distinguir as coisas entre si, sabendo o que cada qual é.

Definições.

*Confrontar*: "Examinar simultaneamente para conhecer as semelhanças, as diferenças ou as relações" (Aulete).

*Apreciação*: "Estimação do valor de uma causa." (Aulete).

*Generico*: "Geral" (Aulete).

*Ajustar*: "Inteirar, completar" (Aulete).

*Correspondencia*: "Correlação, conformidade, relação entre as causas; ha perfeita correspondência entre as partes do edificio." (Aulete).

*Sugerir*: "Lembrar, trazer ao espirito alguma idéa" (Aulete).

*Perfazer*: "Completar o número de, completar" (Aulete).

*Corrigir*: "Emendar, reformar" (Aulete).

*Subsidiario*: "Que dá ou presta auxilio" (Aulete).

*Providência*: "Disposição prévia dos meios necessarios para a consecução de um fim, para evitar um mal ou para remediar alguma necessidade" (Aulete).

*Entender*: "Ter idéa clara de, julgar, interpretar" (Aulete).

*Julgar*: "Decidir como juiz ou como árbitro" (Aulete).

*Interpretar*: "Traduzir, verter de lingua estrangeira ou antiga; aclarar o sentido de" (Aulete).

*Estatuir*: "Ordenar" (Aulete).

Começar por definir, — dissemos acima — e, agora, acrecentamos: em seguida ler os regulamentos e as instruções a que se refere o tema.

Ler é pensar com um pouco de auxilio.

Finalmente, produzir, transformar em palavras o pensamento.

1º tema: *apreciação generica sobre o capítulo II do título 3º do R. I. S. G. e o capítulo V do título 2º do Regulamento n. 58.*

Não é possivel fazer uma "apreciação generica", isto é, *geral*, sem ter confrontado artigo por artigo, linha por linha, palavra por palavra, dos trechos referidos dos dois regulamentos. Este trabalho fizemo-lo, pacientemente, por escrito, e o seu remate é a "apreciação generica", que já então podia estar calcada em dados seguros, irrefutaveis, claramente dispostos pelo confronto, saltando aos olhos na primeira consulta.

Temos por certo que é este o melhor meio de estudar regulamentos e damo-nos por satisfeitos com o mourejamento, não pequeno, que nos foi imposto, porque com o mesmo lucraramos mais do que teria sido possivel, ainda através de numerosas leituras *sem a aproximação das partes condizentes*.

Falhas e erros que o nosso trabalho encerre não foram cometidos por desleixo, antes traímos, então, a memória e a inteligencia, apoiadas ambas.

Não obstante, — digamo-lo com franqueza — trabalhamos com entusiasmo e com a convicção de que procedíamos a uma obra util a nós mesmos e aos outros indiretamente.

O serviço de saúde nos corpos de tropa está, de um modo geral, bem previsto pelos dispositivos regulamentares do 58 e R. I. S. G., mas desordenadamente disposto.

A sucessão que em ambos os regulamentos poderia ser a mesma, para facilidade de consulta, não foi conservada.

A indicação pelo R. I. S. G. (último publicado), dos artigos correspondentes do regulamento 58, não foi feita, o que teria sido útil.

A redação de artigos que dizem em essência a mesma coisa, foi sem necessidade alterada no R. I. S. G. Dado que a linguagem humana nunca é *precisa*, porque *nunca pôde ser* absolutamente precisa (excluindo a simples negação e afirmativa), e isso porque toda palavra já é uma traição das nossas idéias, ela nem mesmo formando frases pôde representá-las fielmente, fotograficamente — seria de toda utilidade que a redação, onde não pretendesse alterar o sentido, não fosse alterada na forma; pois, do contrário, cream-se confusões (em virtude da mesma impossibilidade da representação exata das idéias) que poderiam ser evitadas.

O R. I. S. G. apresenta repetições desnecessarias de dispositivos do Regulamento 58, que, segundo a redação do seu proprio artigo

210, pretende apenas completar: "o funcionamento do serviço de saúde é regido pelas disposições do R. S. S. E. em tempo de paz, no capítulo referente ao serviço de saúde nos corpos de tropa E pelas do presente R. I. S. G.)"

Não corrigiu disposições já revogadas, dando-as como válidas, resuscitando-as até, o que se depreende daquele E do próprio 210, acima transcrito (por exemplo: os ansejadas).

O R. I. S. G., que dá por válido todo o regulamento 58, o que se depreende da redação do art. 210, não previu que ha *discordâncias* entre os seus dispositivos e os do regulamento 58 (por exemplo, a discordância entre o parágrafo 3º do art. 140 do regulamento 58, que manda iniciar a instrução técnica do pessoal da F. S. *após* a instrução individual, e o n. 5 do art. 211, que manda iniciar a instrução técnica *juntamente* com a de fileira, tomando como sinônimos *individual* e *de fileira*; discordância grave: entre o § 3º do art. 163, que manda dar ciência *posteriormente* ao comandante da correspondência do médico com seus chefes técnicos em caso de urgencia, e o n. 1 do art. 212 do R. I. S. G., que ordena dê o médico ciência *prévia* disso ao comandante; o § 5º do art. 170 do regulamento 58, diz que o cabo enfermeiro mantém (isto é, faz) o asseio da E. R., contrariamente ao que dispõe o n. 4 do 219 do R. I. S. G., que manda o cabo enfermeiro apenas *velar* pela limpeza, isto é, fiscalizá-la; o mesmo regulamento 58 contradiz-se a si próprio, porque a letra e do art. 171 diz que a limpeza é feita pelos soldados padoleiros e dirigida pelo cabo (discordância do § 5º do art. 170, que manda o cabo *fazer* limpeza); o regulamento 58 contradiz-se a si próprio novamente quando diz que as prescrições médicas são *executadas* pelo sargento enfermeiro (letra b, 171) contrariando o § 4º do art. 170, que manda o cabo enfermeiro *executar*.

O médico-chefe tem autoridade para distribuir o serviço entre ela e os médicos que lhe são subordinados, dizem o art. 164 e § 2º do art. 170 do regulamento 58, e o n. 2 do art. 212, mais o § 1º do art. 235 do R. I. S. G.; ha, porém, esparsos pelo R. I. S. G. e pelo regulamento numerosas atribuições que, como são redigidas, fazem crer, sem dar certeza, que o são *especificadamente* do médico-chefe. Conviria elucidar o assunto. Esses artigos são: n. 8.212 (R. I. S. G.), conferências sobre S. S. em campanha; 155 (regulamento 58), fiscalização higiênica do quartel; idem, relatório anual ao comandante do corpo; conferências de higiene aos oficiais e sargentos e homens de tropa; P. 5, 156, fiscalização da agua e dos filtros, pedido de análise da agua mensalmente; providências sobre a colocação de cartazes nos logares onde a agua não é potável; 157 (regulamento 58) menção das epidemias no livro de aquartelamento; P. 3, 155, fiscalização de roupa de cama, dependências do quartel, fardamento e outros objetos; 158 (regulamento 58), provocar medidas contra a insolação; P. 1, 158 (regulamento 58), solicitar anualmente as melhorias necessárias para evitar epidemias e colaborar no estudo das condições higiênicas do quartel, linhas de tiro, campos de instrução e manobra; 161 (re-

gulamento 58), a visita médica cabe ao médico-chefe; P. 7, 161 (regulamento 58), é a ele que devem apresentar-se as praças *obrigatoriamente* comparecem á revista médica; P. 1, 162 (regulamento 58), a parte diária sobre o serviço é enviada pelo médico-chefe; P. 2, 162 (regulamento 58), parte sobre execução das prescrições higiênicas nas dependências do quartel; certificado de origem (haja vistas para o inquerito sanitário); P. 1, 163 (regulamento 59), parte quinzenal pelo médico-chefe; mapa zoológico mensal; P. 2, 163 (regulamento 58), relatórios excepcionais; 165 e letra f, 171 (regulamento 58), direito de punição; 170 (regulamento 58), regimento interno redigido pelo médico-chefe; 170 (regulamento 58), responsável por todo o material; letra b, 171 (regulamento 58), médico-chefe assiste á administração dos medicamentos que apresentam algum perigo; etc.

Ora, entre estes dispositivos os ha que o médico-chefe precisa executar ele próprio, e outros que pode distribuir por seus auxiliares médicos subordinados e outros, mas o regulamento não estatue quais são da primeira, quais da segunda categoria, e é essa a dúvida que precisa ser removida.

Encontram-se em ambos os regulamentos assuntos da mesma natureza esparsos por artigos distantes do mesmo regulamento, quer se trate de repetições desnecessárias, quer de complementos utilíssimos, que escapam muita vez, ao consultante, porque julgou mui logicamente, esgotado o assunto, quando dele não se trata mais sob a epígrafe que lhe compete. Exemplo: da polícia de E. R. tratam, e de sua disciplina, 165 e letra f, 171 (regulamento 58), repetindo-se no que se refere á autoridade do chefe, completando-se no qué diz respeito á autoridade do sargento-enfermeiro e ao momento da efetivação das punições impostas (só após alta) e esquecendo-se de dar autoridade ao cabo enfermeiro e aos médicos subordinados.

Um dos maiores vícios dos nossos regulamentos é o tão repetido: "*proceda-se de acordo com as disposições em vigor*" (por exemplo; alínea 12ª, da letra h do art. 171 do regulamento 58: "Nos casos de morte violenta, procede-se de acordo com as disposições em vigor"). Uma das atribuições do legislador é justamente reunir disposições, pondo-as ao alcance de facil consulta e isso principalmente no exército, tem um grande valor, porque vão ao infinito das possibilidades práticas do consultante essas "disposições em vigor", esparsas pelos meses, pelos anos e até pelos decenios. Seria obra de grande mérito práctico dizer sempre quais são as disposições em vigor, no mínimo indicar precisamente a fonte, quando essa é de fácil consulta, e transcrevê-las quando se acham em literatura vedada a muitos, porque esgotada.

Um regulamento que puzesse em ordem de facil consulta os dispositivos do regulamento 58 e do R. I. S. G., sem repetições, eliminando as discordâncias entre dispositivos de um e outro regulamento e as que existem entre os dispositivos de um mesmo regulamento (R. I. S. G., regulamento 58), indicando precisamente as fontes de dispositivos em vigor

a que se refere, ou transcrevendo-os, e previsse ainda a necessidade do constante progresso clínico dos médicos militares, em benefício dos próprios militares e de suas famílias e do bom nome do corpo de saúde do Exército Nacional, seria de desejar ardenteamente, e é mais do que um desejo, é uma *necessidade* este último ponto, para o progresso do corpo de saúde.

Porque afirmamos: repetição, discordância, não expurgamento de dispositivos revogados, desordem na disposição dos artigos dos nossos regulamentos (R. I. S. G. e 58, nas partes de que trata este tema), necessidade de considerar o médico também como *clínico* e não só como colaborador de instrutor na educação física, do comandante na questão higiênica, etc., está justificado:

1º, no confronto que fizemos entre o regulamento 58 e R. I. S. G.;

2º, nas considerações, quando tratamos do modo de entender a colaboração do médico com o instrutor.

Não há fugir: o R. I. S. G. é discordante entre os seus dispositivos (n. 3 e 6, 227).

O regulamento 58 é discordante entre os seus dispositivos;

Contradizem-se os dois regulamentos.

E os dois regulamentos, si não obtiverem um aditivo, continuarão responsáveis pela ignorância relativa, em questões de clínica, dos médicos militares de tropa.

*2º tema: Sugestões de providências para fazer o ajustamento entre o Capítulo II do Título III do R. I. S. G. e o Capítulo V do Título II do Regulamento ER, si fôr o caso, ou corrigir um dos regulamentos, ou ambos*

Como já vimos na "apreciação genérica" sobre o ajustamento dos dois regulamentos, são muitas as discordâncias entre os dois regulamentos e há discordâncias entre os dispositivos do regulamento 58, além de uma entre dois dispositivos quase contíguos do R. I. S. G. (ns. 3 e 6 do art. 227).

O melhor a fazer para um perfeito ajustamento entre o que manda um e outro regulamento, seria (usando de linguagem metafórica), fundi-los como se foram metal, e vasar o que têm de bom, em nova fôrma.

As impurezas, isto é, discordâncias, redações duvidosas e repetições, viriam assim à tona como as impurezas de um xarope simples, e poderiam, destarte, ser facilmente retiradas.

Em todo caso fazemos aqui uma aproximação de ajuste, aproximação porque o ajuste perfeito, só, como dissemos, é possível, vasoando tudo que ambos os regulamentos têm de realmente bom, em nova fôrma.

\* 1º. Não devem subsistir duvidas sobre a extensão das obrigações do médico militar de tropa: realmente os deveres deste precisam ser, por equidade com o que acontece com outras funções de tropa, limitados ao seu corpo. O art. 139 C, do regulamento n. 58, precisa, pois, para evitar discordâncias com o art. 159 do mesmo regulamento e o 233,

n. 3, e 235 do R. I. S. G., ser assim redigido: "O serviço de saúde nos corpos de tropa compreende....., a assistência em domicílio aos militares do corpo em que serve o médico e suas famílias". O sublinhado é o que sugerimos acrescentar, ou, melhor, intercalar.

2º. É mistério, por ser mais prático e mais lucrativo para a instrução técnica, que vogue o art. 244, 5º, do R. I. S. G., em detrimento do art. 140, p. 3, do regulamento 58, iniciando-se, pois, a instrução técnica juntamente com a da fileira. (Tomando fileira como denominação genérica para a instrução individual e coletiva, isto é, no caso, para toda aquela que não é de saúde).

3º. O § 2º do art. 162 do regulamento 58, deve ser privado da parte que manda o médico chefe dar certificado de origem, porque este foi substituído pelo inquérito sanitário.

4º. Quanto à correspondência direta do médico com os seus chefes técnicos, deveria ser conservada a redação do regulamento 58, p. 3, do art. 163, revogando o n. 1 do art. 212 do R. I. S. G., pois si há urgência, deve ser compreendida a necessidade de um entendimento direto entre o médico e seus chefes técnicos, mesmo sem ciência do comando, bastando que o médico, *posteriormente*, lhe dê ciência disso. A necessidade de um entendimento prévio com o comandante já tira à comunicação o seu caráter de absoluta urgência.

5º. Pelo R. I. S. G. e pelo regulamento 58, as atribuições do médico chefe são maiores do que as de seus médicos auxiliares, aos quais não resta quasi nada a fazer; é verdade que o art. 164 do regulamento 58 e o n. 2 do art. 212 e § 1º do R. I. S. G. dão ao médico chefe toda a autoridade para distribuir o serviço entre ele mesmo e os médicos subordinados. E nada mais justo. Mas os mesmos regulamentos, como já vimos, *especificam*, ao que parece, quais são as atribuições do médico chefe, quasi todas do serviço de saúde em corpo de tropa. Os artigos mencionados deveriam dizer claramente quais as atribuições que o médico chefe pode e quais não pode distribuir pelos seus auxiliares.

6º. Quanto ao art. 170, p. 4, do regulamento 58 e n. 5, 214 do R. I. S. G., sou de opinião que a escrituração deve ser feita sómente pelo sargento enfermeiro (regulamento 58) e não também pelos cabos enfermeiros (R. I. S. G.), porque si "os sargentos nem sempre são..... sargentos, mas apenas porta-divisas", isto é, não estão na altura de fazer uma escrituração sem falhas, muito menos aos cabos pode caber tal incumbência. Demais, há um momento psicológico a observar: "*responsabilidade dividida é responsabilidade nula*".

Sómente ao sargento enfermeiro cabe a escrituração, sabemos a cada momento de quem foi o desleixo ou erro, si tal houve, mas uma vez distribuído o serviço, dirá o sargento que mandou, o cabo que não recebeu ordem, e o médico chefe ver-se-á embaraçado para decidir com justiça, não só com justiça regulamentar, que faria recair a culpabilidade sobre o cabo, mas com justiça de fato. Para

evitar, pois, sempre possíveis iniquidades, apesar da maior boa fé do julgador, deve-se, e não sómente aqui, tanto quanto possível, dar a cada indivíduo uma responsabilidade inteira e não dividida com outro indivíduo. As considerações são válidas quanto à discordância regulamentar sobre a limpeza da F. S., coerentemente. Estatuiendo que: os padoleiros fazem a limpeza, o cabo enfermeiro dirige a limpeza e o sargento enfermeiro a fiscaliza, levando ao conhecimento do médico as deficiências, temos tanto quanto possível evitado a divisão de uma mesma responsabilidade (veja arts. 170, p. 5 e letra e, 171 do regulamento 58 e n. 4, 219 do R. S. I. G.).

7º. Quanto à administração de medicamentos, deve ela caber ao cabo enfermeiro, presidido pelo sargento enfermeiro (p. 4, 170, regulamento 58) e sendo as demais medidas divididas entre cabo e sargento enfermeiro, segundo regimento interno que cada médico-chefe estatuir para a sua enfermaria, independente da intervenção do comando; o médico-chefe, assim, poderá proceder de acordo com a competência de seus auxiliares (cabos e enfermeiros). As responsabilidades tocam assim inteiras para cada indivíduo: a tal cabe tal espécie de serviço, a tal outro, tal outra espécie.

8º. O p. 1 do art. 164, do regulamento 58, manda fazer a visita médica na E. R., e só aos doentes impossibilitados de deixar o leito, nos alojamentos. O R. S. I. G., em seu artigo 226, diz também que só excepcionalmente a visita será passada nos alojamentos, dando como razão a mesma que o regulamento 58, isto é, a impossibilidade de locomoção dos doentes.

Ora, o médico só visita quanto vai aos alojamentos, quando sai da E. R., quando, ao contrário, é procurado na E. R., ele passa, antes, uma revista médica, como muito bem expõe o R. S. I. G. Seria útil usar da propriedade de termos, chamando de revista o exame médico na E. R. e de visita aquele feito fóra da E. R., quando o médico vai à procura do doente.

9º. O número de leitos de uma F. R. é fixado segundo o art. 168, do regulamento 58, em princípio (quer para os doentes, quer para os convalecentes), em dois por cento do efetivo normal da tropa a que a enfermaria é destinada. Essa fixação só pode ser modificada pelo Ministro da Guerra, mediante proposta do comandante do corpo, devidamente informada.

Ora, a prática diuturna mostra que não é suficiente a percentagem indicada: só-lo-ia sómente para os doentes baixados, e assim mesmo nem sempre, mas incluindo convalecentes e praças de repouso ou observação, é evidente a sua insuficiência. Basta dizer que na E. R. deve haver uma repartição para os doentes em observação, chamada "quarto de isolamento" (art. 169, letra b, do regulamento 58), outra para os doentes comuns e outra para os sargentos. E uma questão de matemática: a minha companhia (C. C. C.) não atinge a um efetivo de 150 praças, não tem, pois, direito a três leitos. Como dividir dois

leitos entre as três dependências? Ainda admitindo que o efetivo real da companhia seja de 150 praças, é muito insuficiente a dotação de apenas dois por cento de leitos. Deve ser no mínimo de quatro por cento, numa companhia. Uma dotação inferior obriga a baixar ao hospital.

10. Diz o art. 172 do regulamento 58, em vigor:

"Nenhuma despesa, normal ou accidental, pode ser determinada pelo médico-chefe do serviço, o qual não dispõe, para isso, de fundos. As despesas normais e extraordinárias são determinadas pelo Conselho Administrativo no corpo e pelo S. S. (Lab. Ch. Pharm. Mil. e Depósito de M. Sanitário)".

Isso é um mal e um grande mal. É a morte ao estímulo do médico-chefe que, com recursos próprios, quiseria atender, pelo menos, às pequenas despesas utéis de sua E. R. O médico luta com dificuldades para provêr certas necessidades da E. R., em virtude dos entraves burocráticos e do desinteresse do Conselho Administrativo, muitas vezes (apreciação em tese) !

Seria fácil dar ao médico uma verba pelo seguinte modo: assim como cabe ao hospital a diferença da etapa para o custo real da alimentação, quando as praças estão baixadas, poderia caber à E. R. o mesmo, quanto aos seus herdeiros. E, em caso de dieta hidrica, isto é, constante só de água, a E. R. receberia a etapa por inteiro. Assim teria o médico-chefe sempre uma pequena soma à sua disposição, para atender, a seu critério, a pequenas despesas necessárias para a melhoria do serviço. "Não ha coisa mais dura do que pedir" — dizia o grande Vieira — "e depois de ter pedido, receber um não". Isso é inteiramente verdadeiro, também no Serviço Militar. Quem pediu uma vez, duas, três, e não foi atendido, deixa muitas vezes de pedir, quando talvez o fosse, — e ficam assim prejudicados os interesses do serviço, que maior carinho merece: isto é, o de manter e melhorar a saúde dos homens.

Naturalmente essa verba que lembramos não excluiria o auxílio do Conselho Administrativo e do S. S. (L. C. P. M. e D. M. S.).

Outra sugestão:

11. Dividir, regulamentarmente, as manhãs do médico de tropa, entre a colaboração com o instrutor e comandante, no que concerne à educação física, e a frequência hospitalar. Esta última poderá ocupar alguns dias da semana (2-3, por ex.) uma vez obtida a adaptação inicial dos recrutas, a critério do médico.

12. Si os regulamentos não são integralmente cumpridos, é isto, em parte, devido à sua difícil consulta eficiente, e essa por sua vez devida à sua disposição desordenada, e à falta de um memento cronológico (a exemplo do que fez Bertholdo Klinger em seu "um ano de instrução") e índice alfabético completo. Seria obra de grande paciencia, de muito amor, mas não de pequena utilidade.

## As qualidades do chefe — JOFRE

*A calma* — “Apesar da serie de más noticias sobrevidas desde 20 de agosto, principalmente, á sede do comando em chefe, não se percebia aí nenhum traço de agitação, de perturbação, ainda menos de “affolemento”. A ordem, o sangue frio, a decisão aí recuavam de um modo absoluto.”

“A situação era certamente agonizante, ainda de perigo e pelo menos de incerteza. O comandante em chefe guardava felizmente uma admirável impassibilidade” (*Memorias do Marechal Foch*).

*A firmeza* — Em principios de 1915, havia surgido a idéa vitoriosa na Inglaterra e quasi outro tanto na França, de procurar obter a decisão da guerra no teatro do Mediterraneo. Wilson, na Inglaterra, e Joffre, na França, se opõem a esse erro que seria fatal com tenacidade. A esse proposito conta Wilson (*Marechal*) em seu diario:

“Joffre descreveu primeiro seu encontro com os ministros no Eliseu e disse como lhes expôz a situação geral, da qual eles duvidaram, mostrando-se inclinados a adotar o ponto de vista inglês preferente de uma operação nos Dardanelos ou no Adriatico. Nesse momento ele, Joffre, declarou, dirigindo-se ao Presidente: “si vós retirais um só homem utilizável de meu front, eu me demitirei.”

Ao que Poincaré replicou:

“—Ao contrario, vós obedecereis ás ordens que vos serão dadas.”

Respondendo então Joffre:

“— Sr. Presidente, se vós me ordenais ir para a trincheira, e aí morrer, eu vos obed-

Finalmente, um ponto que tem dado motivo a pedidos inuteis por parte dos medicos de tropa ao L. C. P. M.:

13. A' alinea 8<sup>a</sup> da letra b, do art. 171, do regulamento 58, lê-se:

“Quando houver doentes que necessitem de medicação especial que não possa ser feita com os recursos da tabela em vigor, o médico fará as receitas respectivas em uma mesma folha de papel, as quais serão aviadas na farmacia militar da respectiva guarnição”.

O “Boletim do Exército” n. 480, de 30 de setembro de 1928 revogou esse dispositivo e o L. C. Ph. M. não mais fornece tais medicamentos, quando o médico os receita. Mas, dado que o R. I. S. G. (1930) é posterior ao “Boletim do Exército” que revogou o citado dispositivo, e que esse R. I. S. G. torna válidos todos os dispositivos do regulamento 58, ficou por sua vez revogado o que diz o “Boletim do Exército” citado, no que estiver em discordância com o regulamento 58, e, parece-me deveriam ser fornecidos os medicamentos pedidos dentro do dispositivo citado do regulamento 58.

O que quero frizar aqui, com esses comentários, é que esse dispositivo é um dos mais sábios do regulamento 58 e que a sua revogação importa na baixa ao hospital de doentes

cerei; mas si vós me ordenais descobrir o coração da França, eu desobedecerei”. (*Memorias do Marechal Wilson*).

*O golpe de vista, o saber, a inteligencia, e o espirito de decisão* — É sabido que a França entrou em guerra em 1914, com uma doutrina imperfeita, assentada somente sobre as fôrças morais. Ofensiva à outrance, sempre, por toda parte. Daí as decepções da batalha das fronteiras! Assim sendo, embora, conquistou a vitória do Marne, principalmente ás qualidades de seu General em Chefe.

Foch sintetiza:

“A batalha do Marne terminava; era bem uma grande vitoria. Era a obra daquele que a tinha preparado desde o 24 de Agosto e levado sua realização até o fim, obra do General Joffre. Logo após os reveses da fronteira, ele compreendeu claramente que a partida tinha sido mal engajada e rompeu o combate para recomê-lo depois de corrigidos os erros iniciais. Em face das intenções do inimigo, então reveladas, de sua poderosa manobra através da Belgica, como tambem deante das insuficiencias de certos chefes, ele não hesitou em fazer nova repartição de suas fôrças, em formar a Oeste um exército de manobra, em reorganizar o comando, em prolongar a retirada até que viesse um momento favoravel; e, esse momento vindo, em combinar judiciosamente a ofensiva e a defensiva, após uma meia volta energeticamente comandada. Com uma parada magnifica ele deu um golpe mortal na invasão.”

leves, por falta de medicamentos adequados, com evidentes prejuizos para as finanças da tropa e, sobretudo, para a instrução, da qual são tais praças afastadas, quando uma vez bem medicadas, tal não seria mistér.

Todo receituário dentro da tabela em vigor será aviada na propria E. R. e sómente aquele que está fóra dos recursos da tabela será enviado á farmacia da guarnição, — dizem as alineas 9 e 14 da letra b do art. 171, do regulamento n. 58, e o boletim do Exército acima citado.

E' o caso de perguntar: quem deve aviar esse receituário: o medico que não é farmaceutico ou o sargento enfermeiro ou o cabo enfermeiro, ou os padoleiros que tambem não são?

Uma simples mistura é de facil execucao, mas: pilulas, supositorios, certas emulsões, etc., só podem ser feitas “segundo a arte”, como escreve o medico abaixo do seu receituário: F. S. A. (faça segundo a arte).

Seria mais util que as E. R. tivessem sómente os medicamentos de maior urgencia (a criterio de cada medico) artigos de penso e formulas oficiais, isto é, medicamentos já pronto para o uso, dispensando qualquer manipulação. As dotações dos demais medicamentos seriam transferidas para a farmacia da guarnição (onde houver), para a qual, então, os corpos enviariam o seu receituário.

# LIVROS Á VENDA

## ASSUNTOS

<i>Manobras da circunscrição Militar</i> (Setembro 1931) sob a direção do gen. Klinger.....	
<i>Noções de topografia de campanha</i> .....	
<i>Adestramento para o combate</i> .....	
<i>Ensinamentos táticos sobre a D. I. na ofensiva</i> .....	
<i>A Defesa Nacional</i> (Propaganda e regulamento do sorteio) .....	
<i>Operações de uma D. I. durante a Grande Guerra</i> . Comandante Petibon, tradução do	
<i>Assuntos Militares</i> (Conferencias do gen. Gammelin). Tradução do .....	
<i>O que deve a Infantaria conhecer sobre a Artilharia</i> (Coronel Triguier). Tradução do .....	
<i>Telemetros</i> .....	
<i>Orientação em campanha</i> .....	
<i>O que é preciso saber a Infantaria</i> (Coronel Abadie). Tradução do .....	
<i>Impressões de estágio no Exército francês</i> ....	
<i>Resumo da Guerra do Paraguai</i> (2ª edição)..	
<i>Notas á margem dos exercícios táticos</i> .....	
<i>Infantaria-Notas de estudos sobre os novos regulamentos</i> .....	
<i>Manual de licenças</i> .....	
<i>Brasil-Alemanha</i> .....	
<i>Guia para a instrução militar</i> .....	
<i>Curso de educação física</i> (1º vol.).....	
<i>Curso de educação física</i> (2º vol.).....	
<i>Educação física — Idéias fundamentais</i> .....	
<i>O Estado Independente do Acre e J. Placido de Castro</i> .....	
<i>Notas sobre o comando do batalhão no terreno</i> (Tradução) .....	
<i>L'Artillerie au Combat.</i> (2º p.).....	
<i>Règlement du Genie</i> (1º p., 1º vol.).....	

## Autores Pelo correio mais

No prélo .....	4\$000	
Coronel Paes de Andrade..	7\$000	\$700
.....	3\$000	\$500
Tenente-coronel Gentil Falcão .....	1\$500	\$500
.....	3\$000	\$700
.....	8\$000	\$900
.....	10\$000	1\$000
Tenente-coronel Francisco José Pinto.....	4\$500	\$600
Major Dermeval.....	3\$000	\$500
.....	3\$000	\$500
.....	5\$000	\$800
Major J. B. Magalhães....	2\$000	\$500
Capitão Danton Garrastazu.	7\$000	1\$000
Capitão Travassos.....	6\$000	\$700
.....	5\$000	\$600
Capitão Silva Barros.....	7\$000	1\$000
Capitão Salgado dos Santos	6\$000	1\$000
Tenente Ruy Santiago.....	10\$000	1\$000
Tenente O. Rangel Sobrinho	7\$000	\$700
.....	10\$000	1\$000
.....	2\$000	\$500
Genesco de Castro.....	8\$000	1\$000
Comandante Audet.....	3\$000	\$700
.....	5\$500	\$700
.....	6\$000	1\$000

A Gerencia de "A DEFESA NACIONAL" incumbe-se da venda de livros militares, mediante condições a combinár com os autores interessados.

Facilitaremos aos nossos assinantes a obtenção de livros militares á venda nas livrarias do Rio de Janeiro, mediante a taxa de 1\$500 ou 2\$ para o registro e expediente. A quantia correspondente deverá ser remetida *adiantadamente*, em vale postal.

A Gerencia não se responsabiliza pelos extravios no Correio.

Dirigir os pedidos ao Bibliotecario d"A DEFESA NACIONAL", Caixa Postal 1602, Rio. Sede provisoria da Gerencia: QUARTEL GENERAL DO EXERCITO, FACE DOS FUNDOS.